

JOÃO BAPTISTA H. FENHANE

HISTÓRIA

10ª CLASSE



 *Diname*



HISTÓRIA

10^ª CLASSE

FICHA TECNICA

Título: História 10ª classe

Edição: Diname

© do autor e Diname

Autor: João Baptista H. Fenhane

Revisão: Luís Fernando

Arranjo gráfico: Castigo Khan

Ilustração: Benjamim Mondlane

República de Moçambique 01303/FBM/96

Diname, Rua da Demanda, 22

Tel. 424508 – Fax 424509

Maputo – Moçambique

Índice

CAPÍTULO I	7
O imperialismo no mundo e as contradições do fim do Séc. XIX até ao fim da Primeira Guerra Mundial	9
O mundo capitalista nos finais do Séc. XIX e começo do Séc. XX	9
Inglaterra	9
A França	11
A Rússia	12
A Alemanha	12
Império Áustro-Húngaro	13
A formação de alianças militares	14
O nacionalismo, suas origens e manifestações	14
O imperialismo e o sistema colonial	16
A expansão colonial e a partilha de África	16
A partilha de África	16
A administração colonial	17
As companhias concessionárias e as grandes plantações	18
As revoltas contra a administração colonial	19
As revoltas do Sudoeste Africano 1904-1907	19
Revolta dos Herero	19
Revolta dos Nama	20
A resistência à ocupação colonial em Moçambique	20
Revolta de Bárue	20
Causas da revolta de Bárue	20
Preparação da rebelião	21
Início da rebelião	22
O movimento operário em Lourenço Marques	22
A greve dos trabalhadores ferro-portuários de Lourenço Marques 1917	23
A greve dos mineiros do rand	24
Os movimentos nacionalistas organizados	25
O surgimento do African National Congress (ANC) na África do Sul	25
O colonialismo e a partilha de Ásia e os movimentos nacionalistas	26
A penetração imperialista na Índia	26
Mahatma Gandhi e o Congresso Nacional Indiano	27
A penetração imperialista na China	27
A Revolução Burguesa na China (1911-1913)	28
Movimento de resistência à ocupação colonial na América Latina	29
Os Estados Unidos da América e a política do "Big Stick"	29
A Revolução mexicana (1910-1917)	30
A Primeira Guerra Mundial	31
As causas da Primeira Guerra Mundial	31
Luta pela posse de novos mercados	32
Conflitos entre as potências imperialistas	32
A questão da Alsácia e Lorena	33
Corrida aos armamentos	33
O atentado de Serajevo e o início da Primeira Guerra Mundial	33
A generalização do conflito	34

O movimento operário internacional e a guerra — o colapso da II Internacional	34
O decurso da Primeira Guerra Mundial	35
1ª fase — A guerra de movimento (1914)	35
2ª fase — A guerra de trincheira (1915-1917)	36
3ª fase — Retorno à guerra de movimento (1917-1918)	37
A intervenção dos Estados Unidos da América na I Guerra Mundial	37
A paz de Wilson	38
Os tratados de paz	39
A Conferência de Paris	39
O tratado de paz de Versalhes	40
Criação da Sociedade das Nações	40
As consequências da I Guerra Mundial	41
CAPÍTULO II.	55
O mundo no período entre as duas guerras (1918-1939)	57
A revolução socialista de Outubro na Rússia	57
Situação da Rússia entre 1905 e 1917	57
A revolução de 1905-1907	57
A revolução burguesa de Fev. de 1917 na Rússia	57
Da revolução democrática à revolução socialista	59
A crise de Julho e o fim das liberdades democráticas do governo provisório	60
A Revolução Socialista em Petrogrado e as medidas socialistas	60
Rússia após a Revolução Socialista	61
A Rússia de 1917 a 1923	62
Lénine e a Nova Política Económica (NEP)	62
A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.	63
A Rússia de 1924 à Segunda Guerra Mundial	64
O regime de Estaline e os planos quinquenais	64
O desenvolvimento sócio-político de alguns países europeus depois da I Guerra Mundial	64
O movimento operário contra a política de guerra na Alemanha	64
O desenvolvimento dos Estados Unidos da América	65
Os Estados Unidos do fim da guerra até 1929	65
A crise económica mundial 1929-1933	67
O papel de Franklin Roosevelt e o "New Deal"	68
Os regimes fascistas da Europa	68
Os regimes totalitários no período entre guerras	68
O Fascismo na Itália	69
Itália após a I Guerra Mundial.	69
O surgimento do Partido Fascista	70
A tomada do poder pelos fascistas e as medidas tomadas	70
O Nazismo na Alemanha	72
A Alemanha após a I Guerra Mundial	72
Surgimento e Ideologia do Partido Nazi	72
A subida dos nazis ao poder	74
O desenvolvimento sócio-político em Portugal 1910 a 1929	74
A greve de 1912.	76

A queda da República e a instauração da ditadura fascista	76
O Estado novo e a situação nas colónias portuguesas	77
CAPÍTULO III	81
A II Guerra Mundial e as relações entre o Leste e o Ocidente até 1990	83
A II Guerra Mundial (1939-1945)	83
As causas da II Guerra Mundial	83
As anexações territoriais e os preparativos da guerra.	84
A guerra civil na Espanha (1936-1939)	84
A ocupação da Áustria e o Pacto de Minique	85
O desenrolar da Segunda Guerra Mundial	87
A guerra relâmpago e a dominação da Europa Ocidental pela Alemanha	87
O ataque japonês a Pearl Harbor e a expansão da guerra pelo Pacífico	89
África e a Segunda Guerra Mundial	89
Intervenção Fascista italiana na Etiópia	89
O ataque Nazi à União Soviética	90
A Batalha de Estalinegrado e a viragem da II Guerra Mundial	91
A abertura da Terceira Frente e o fim da Guerra	92
O desembarque na Normandia e a tomada de Berlim	92
O fim da guerra no Extremo Oriente e o lançamento da bomba atômica	93
As consequências da Segunda Guerra Mundial	93
A Conferência de Potsdan	94
A criação da Organização das Nações Unidas	96
CAPÍTULO IV	101
Os Movimentos de Libertação Nacional em África, Ásia e América Latina.	103
África após a Segunda Guerra Mundial	103
O nacionalismo africano	103
As lutas anti-coloniais e as independências em África	105
Situação das colónias inglesas	105
África Ocidental e do Norte	106
Costa do Ouro (Ghana)	106
África Oriental	107
Tanganhica	107
Quênia	110
África Central Britânica.	111
A Federação	111
O movimento nacionalista e a independência do Zimbabwe	112
A Zâmbia	115
Situação das colónias francesas	117
A Argélia	117
O Senegal	119
Situação das colónias belgas	120
Os movimentos de libertação nacional na Ásia	122
O movimento de libertação na Índia	122
A Revolução Socialista na China	124
O movimento de libertação nacional na América Latina	125

O Chile	125
A Revolução Socialista em Cuba	127
A descolonização e o neocolonialismo	131
CAPÍTULO V	135
O Mundo entre a Confrontação e o Desanuiamento	136
A Guerra Fria e a deterioração das relações entre as super-potências	136
As grandes potências após a II Guerra Mundial	137
A União Soviética	137
Do fim da guerra a 1955	137
A União Soviética de 1955 a 1964	138
A União Soviética de 1964 a 1982	139
Os Estados Unidos	141
Os Estados Unidos de 1953 (Harry Truman e o Plano Marshall)	141
Os EUA de 1953 a 1961	142
A coexistência pacífica	142
As relações Leste-Oeste no contexto do fim da Guerra Fria	144
A Perestróika de Mikhail Gorbatchov	146
A reunificação alemã e o fim da confrontação Este-Oeste	147
As mudanças do Leste europeu e as transformações democráticas de Moçambique	148
O Terceiro Mundo	150
O mundo contemporâneo e o grande desenvolvimento tecnológico	152
Progressos na indústria energética	154
A revolução técnico-científica e os desníveis do mundo actual	158
Os problemas ambientais	159
A luta da sociedade pela preservação do meio ambiente	161
A Conferência do Rio	163
Bibliografia	166

CAPÍTULO I

O IMPERIALISMO NO MUNDO E AS CONTRADIÇÕES DO FIM DO SÉCULO XIX ATÉ AO FIM DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

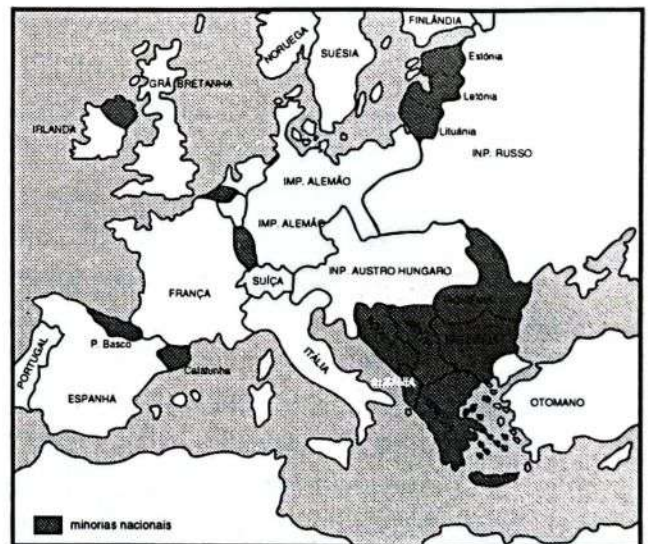
O Mundo capitalista nos finais do século XIX e começos do século XX

Nos finais do século XIX e princípios do século XX, os países capitalistas da Europa apresentavam um desenvolvimento muito desigual. Por um lado existiam os países da Europa ocidental e do norte que já haviam realizado as suas revoluções industriais e, por conseguinte, encontravam-se num estágio de desenvolvimento bastante avançado, tendo inclusive participado com sucesso na corrida colonial do final do século. Neste grupo destacam-se a Inglaterra, França, Bélgica e o reino dos países baixos. Por outro lado, existiam os países da Europa meridional, os países da "Europa Agrária", ainda presos às velhas formas de produção feudais ou em fase de transição para as novas formas de produção capitalistas. Entre estes países encontramos os grandes impérios centrais, como o Austro-Húngaro e Otomano, a Alemanha, Itália e Rússia. Os EUA na América do Norte e o Japão no extremo oriente eram outros dois estados cujo rápido desenvolvimento não passava despercebido aos olhos do mundo.

Passemos a analisar a situação de cada um deles:

PAÍSES	1880	1900	1913
Produç. de carvão			
Grã-Bretanha	149,0	228,8	292,0
Alemanha	47,0	109,3	190,1

Estados Unidos	64,9	244,6	517,0
França	19,4	33,4	46,8
Japão	0,8	7,5	21,3
Ferro fundido			
Grã-Bretanha	7,7	7,7	10,3
França	3,8	31,0	31,0
Japão	1,7	2,7	5,2
Alemanha	2,5	2,5	19,3



MAPA 1 — Europa do fim do séc. XIX até à Primeira Guerra Mundial

Inglaterra

Em 1900 a Inglaterra era a primeira potência industrial e imperial do mundo. A esquadra inglesa dominava os mares e a paz britânica era a regra de convívio internacional quebrada pelo crescimento rápido e inquietante da Alemanha, pelos

episódios distantes em que russos e japoneses se defrontavam e os boers ofereciam resistência inesperada à dominação inglesa na África do Sul.

Economicamente os ingleses tinham sacrificado a agricultura às exigências do mercado da indústria e esta não chegava a empregar 20% da população total. A Inglaterra importava do seu vasto império colonial tudo o que precisava para o seu consumo, enquanto os esforços internos eram concentrados na exploração da indústria, do comércio e da banca que aumentavam a riqueza do país, tornando-o na fábrica da Europa, no banco e no grande mercado mundial, com efeito, a libra substituída o ouro nas transacções universais.

A nível político a Inglaterra apresentava um grande equilíbrio e organização. As instituições políticas funcionavam com uma precisão e equilíbrios perfeitos. O sistema político procurava adaptar-se às necessidades do tempo sem abandonar as suas características (a monarquia) e os diferentes órgãos de estado trabalhavam em coordenação mútua.

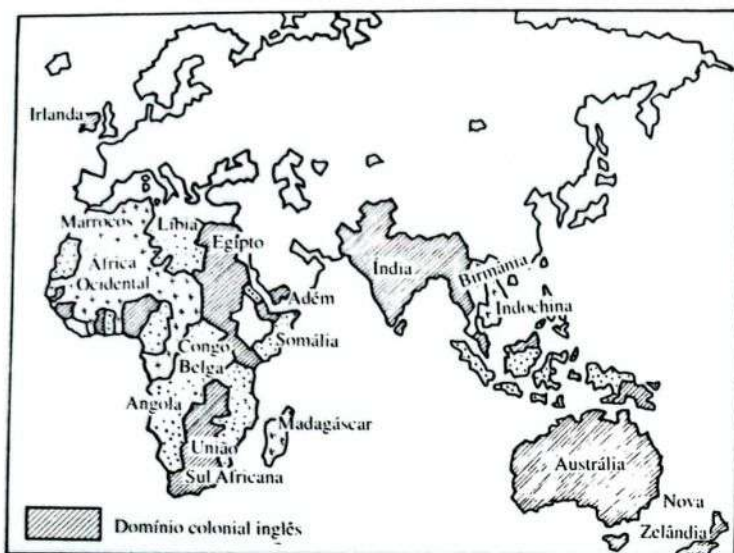
A nível colonial, a Inglaterra apresentava o maior império do mundo e as colónias faziam as suas vidas com governos dirigidos por nativos directamente subordinados à coroa britânica. Os parlamentos locais eram eleitos entre as elites nacionais, garantindo-se assim a defesa dos interesses ingleses em cada uma das colónias. Desta forma, o

império britânico tomava a feição de uma comunidade de nações, tendência confirmada no final da I Guerra Mundial com a formação da **COMMONWELTH**, agregando antigas colónias britânicas.

Porém, a opulência britânica era ameaçada por graves problemas internos e pela grande concorrência externa que o império sofria.

A nível interno, vários problemas dilaceravam o velho monstro continental. O contraste entre a opulência ostentada pela burguesia e nobreza e as condições de desgraça e penúria em que vivia a classe operária; a questão da Irlanda que era uma ferida aberta no governo britânico; a guerra com os boers (1899-1902) demonstravam as grandes carências e as deficiências militares da grande potência colonial.

Do outro lado do Atlântico, os EUA revelavam as suas possibilidades ilimitadas e os seus recursos inesgotáveis. No continente, o rápido crescimento da Alemanha constituía não o sinal de uma competição pacífica, mas o indício de uma ameaça temerosa. Estas novas potências, ávidas de riquezas e conquistas, da revelação de novas doutrinas e novas concepções sociais e pelos novos métodos de concorrência e conquistas militares, ameaçavam a hegemonia naval, o esplêndido isolamento, a prosperidade económica, a supremacia industrial e a influência mundial da Inglaterra.



MAPA 2 — O império colonial britânico (África e Ásia)

A França

Em 1900 os franceses entravam na consolidação da 3ª República, caracterizada pela derrota dos inimigos das instituições republicanas, isto é, da nobreza conservadora e pela instalação definitiva da burguesia radical no poder. Porém, o triunfo da nova instituição não venceu as grandes contrariedades existentes no seio da sociedade francesa, caracterizada por uma grande heterogeneidade ideológica.

A nível económico, a Revolução Industrial não afectou, tal como na Inglaterra e Alemanha, a produção agrícola que conservou a sua importância tradicional e constituiu, tanto na paz como na guerra, a principal riqueza da nação. Na metalurgia, na indústria de transportes e têxtil, a França conheceu um grande desenvolvimento; tendência acompanhada, como noutros países fortemente industrializados, pela concentração de produção

e capital e formação de um partido socialista numeroso e aguerrido. A solidez económica e a saúde financeira, apoiada e mesmo baseada num amplo império colonial, que na prática dominava parte considerável da África e Ásia, tornavam o país invulnerável às vicissitudes exteriores quando estas se traduziam em crises profundas nos mercados ou nas bolsas de valor.

Em compensação a esta estabilidade económica, a luta de ideias, o debate das paixões, o gosto da independência individual geraram um ambiente de insatisfação e polémica em que a agitação das ruas se somava ao tumulto das assembleias com ideias bastante heterogêneas e composição diversificada. As disputas entre o parlamento e o presidente provocavam uma forte interferência deste último no papel do primeiro, razão pela qual a França não conheceu uma tranquilidade política como a Inglaterra e a Alemanha.

A Rússia

Com 174 milhões de súbditos e uma superfície de 21.784.000 km², o Império Russo constituía, nos finais do século passado e primórdios deste século, um mundo complexo e original. Tratava-se de um verdadeiro mundo de contrastes, muitas vezes violentos, onde estavam juntos o antigo e o moderno.

O poder político encontrava-se nas mãos do ditador **Czar Nicolau II**. Até 1905, o **despotismo czarista** foi total. Tratava-se de uma ditadura onde não havia lugar para qualquer instituição representativa eleita, mesmo de carácter aristocrática, susceptível de servir de contrapeso às decisões do poder executivo (czarista). De um modo geral, o czarismo era o escudo protector de uma classe privilegiada — a nobreza.

A igreja ortodoxa era, juntamente com a polícia e o exército, um dos pilares do regime. Esta igreja é a Igreja do Estado e o Czar era a sua figura máxima. O seu principal papel era de pacificar as massas para melhor domínio czarista.

Neste período o Império Russo continuava a ser marcado por uma nítida preponderância rural. Cerca de 85% da população vivem no campo e 80% da população activa vivem da agricultura que é deveras pobre, sendo a própria charrua um privilégio das famílias nobres. Nos finais do século, a industrialização começa a ser uma realidade e a Rússia ocupa então o 5º lugar na produção industrial do mundo

A Alemanha

A Alemanha do século XIX era um autêntico "jovem gigante". O desenvolvimento da produção e da riqueza assumiu neste país proporções inesperadas e impressionantes. A Alemanha agrícola transformou-se numa Alemanha fortemente industrializada.

A sua riqueza assentava em abundantes reservas de carvão e ferro, as quais lhe permitiam criar, rapidamente, uma indústria pesada e uma indústria de guerra que se tornou uma ameaça para o resto da Europa e do Mundo.

Os êxitos germânicos não tinham comparação com os resultados alcançados pela Inglaterra e França. À exploração racional dos seus recursos, os alemães juntavam a aplicação consciente das qualidades que os distinguiam: o **método**, a **disciplina** e a **audácia**. Com efeito a sua indústria abastecia-se incessantemente com estudos laboratoriais dos seus engenheiros, o que se traduzia numa maior qualidade de produtos manufacturados. A facilidade de créditos industriais e a grande preocupação do governo em assistir os trabalhadores conferiam rendimentos sociais fortes.

A política de cartéis limitava a concorrência e permitia a estabilização dos preços, medida aprovada pela política proteccionista adoptada pelo estado germânico para defender a produção nacional e facilidade de transportes e comunicações de que o país se dispunha.

A vida económica da Alemanha dependia essencialmente da indústria em constante evolução. A produção, apesar do aumento rápido da população, dependia dos mercados externos, cuja conquista era para os alemães uma necessidade vital, pois a sua unificação tardia não lhes permitiu a tomada de colónias como a França, Inglaterra ou a Rússia.

Contrariamente à França, a Alemanha apresentava uma estabilidade política forte e, apesar da diversidade de classes, era comum o respeito pelo poder central. O **Reichstag** (parlamento) não exercia influência directa sobre o poder executivo. O regime parlamentar, nas palavras de **Bismark** em 1885, não tinha grandes mandos, pois "só há um senhor" no império germânico — o Imperador.

Império Austro-Húngaro

O império Áustro-Húngaro era, no limiar do nosso século, o "estado das diversas nações" em que os grupos minoritários, sujeitos à dominação estrangeira manifestavam incessantemente a sua ânsia de libertação e independência, coagidos não só pelo direito natural, como pela acção externa movida pelo vizinho e rival Império Russo.

A heterogeneidade na composição populacional era igual nos aspectos de raças, idiomas e variedades de tendências políticas, sem, por isso, existir uma coesão política

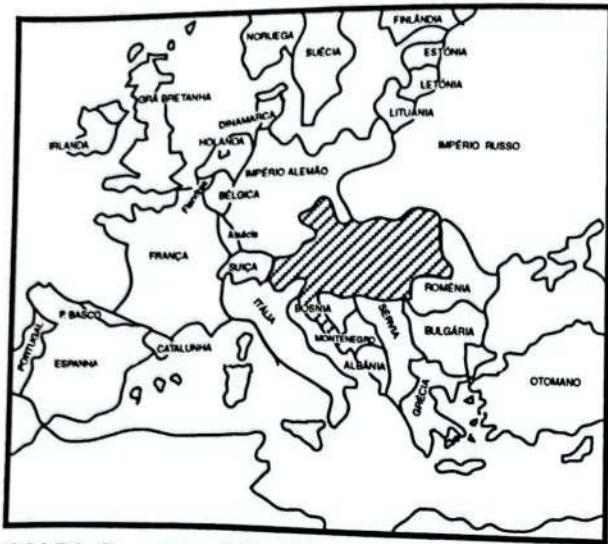
e uma legislação económica uniforme para o governo.

Mesmo em termos académicos e de desenvolvimento económico notava-se um forte desnível: a Áustria era predominantemente industrial, o mesmo acontecendo na Bósnia. Nos dois países a existência de uma burguesia culta contrastava com o baixo nível intelectual da população rural do resto do império. Em contrapartida, os habitantes da planície húngara ainda não haviam alcançado um nível de desenvolvimento forte, tendo sido relegados à prática da agricultura e fraca afluência política.

A subjugação política de grupos fortes e instruídos, como os croatas e romenos da Transilvânia pelos Magiares, alimentaram uma hostilidade latente e fatal para, fortificação do império fortemente roído por intrigas dos impérios vizinhos.

Nacionalidade	População
Áustria	
Germânicos	10.000.000
Polacos	5.000.000
Checos	6.000.000
Ruteranos	3.000.000
Eslovenos	2.000.000
Hungria	
Magiares	10.000.000
Eslovacos	2.000.000
Romenos	3.000.000
Croatas	2.000.000
Sérvios	1.000.000

Fig. 2 — Distribuição da população no Império Áustro-Húngaro



MAPA 3 — Império Austro-Húngaro

A formação de alianças militares

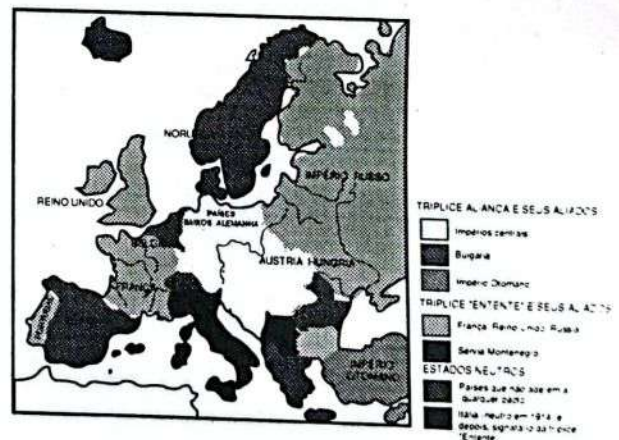
Nos anos anteriores a 1914, a Europa tinha-se organizado em dois sistemas destinados a preservar o equilíbrio do poder, conhecidos como “**equilíbrio europeu**”. O equilíbrio europeu consistia na existência de blocos militares rivais.

A **Tríplice Aliança** de 1882, reunia a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália; a **Tríplice Entente**, datada de 1907, agrupava a Rússia, a França e o Reino Unido. Ambos afirmavam-se combinações formalmente defensivas, mas susceptíveis de operar ofensivamente.

A primeira era uma verdadeira aliança; obrigava as partes a prestar assistência a qualquer das outras que fosse atacada. Porém, a Itália, a pouco e pouco, ia se afastando deste grupo graças à diplomacia francesa e à contrariedade de interesses entre este e a Áustria-Hungria no mar báltico.

A Tríplice Entente contemplava o circuito da aliança franco-russa

de 1894, por um lado, e da **Entente Cordiale de 1904**, que pusera fim à rivalidade colonial franco-britânica, por outro. No que se referia ao Reino Unido, este não assumia compromissos muito definidos. Efectivamente, Londres não desejava e nem podia assumir qualquer compromisso com a França, com quem tinha num passado recente sérias rivalidades coloniais. Foi assim que, no lugar de uma aliança, foi assumido o termo entente cordiale (entendimento cordial, em português). A crise diplomática provocada pelo ultimatum austríaco à Sérvia, agravada pela declaração de guerra, desenvolveu-se com base nestes canais que acabaram por opor os dois grupos rivais



MAPA 4 — Os blocos militares rivais da I Guerra Mundial

O nacionalismo, suas origens e manifestações

O século XX. foi para a Europa o século dos nacionalismos exacerbados até ao fanatismo. Antes da

Primeira Guerra Mundial, os povos oprimidos no quadro dos vastos impérios autocráticos (Império Áustro-Húngaro e Russo) identificaram o seu destino com o das nações a que tinham pertencido e cuja independência reivindicavam. O problema nacionalista foi para esses povos : os polacos, checos, finlandeses, sérvios e croatas o problema da recuperação da sua soberania, e para os opressores foi o problema das minorias raciais e linguísticas, cuja vitalidade resistia intacta a todas as formas de dominação.

É importante referir que nas grandes potências, o fenómeno nacionalista não se dissociou dos interesses das classes exploradoras. Na Rússia foi uma expressão do eslavismo que levou o governo de S. Petersburgo a proclamar-se protector de todos os eslavos, onde quer que estes se encontrassem. Na Grã-bretanha o jingoísmo e o imperialismo colonial foram as suas manifestações mais típicas e reveladoras. Na França, a pátria do nacionalismo moderno, conhecia uma grande popularidade e adesão além fronteiras com a expansão da bandeira tricolor e dos modernos ideais iluministas triunfados na Revolução do século XVIII. A causa da nação advogada pela cúpula francesa, era a desforra à derrota de 1870, o que equivalia a um sentimento de

profunda hostilidade à Alemanha, vizinha e inimiga que com os seus actos arrogantes, inúteis e provocatórios, exalava os ânimos dos franceses.

Na Alemanha do começo do nosso século, a propagação do nacionalismo militante teve repercussões profundas e dramáticas na vida do mundo. Os alemães aliaram o seu nacionalismo a uma doutrina científica que estabelecia a confusão entre os conceitos de raça e língua. Para eles a raça alemã, confundia-se com a raça germânica, que não existiu nunca, e o seu sinal, exterior, visível, da diferenciação que os superiorizava aos outros povos era a sua língua. Em suma, o nacionalismo alemão foi radical, chauvinista e racista onde os seus percursores se achavam sucessores dos passados germânicos, representantes inconfundíveis da raça branca, arianos puros e superiores a outros povos.

A repressão que sofriam os judeus, como fruto do nacionalismo alemão e russo, que os considerava inferiores e exigia a sua retirada dos seus territórios, exacerbava o sentimento nacionalista destes que passaram a reivindicar a posse de uma nação em que se concentrassem. O sionismo, que no começo era uma aspiração vaga, tomou forma e tornou-se num fenómeno político incontestável na evolução dos acontecimentos mundiais até aos nossos dias.

O IMPERIALISMO E O SISTEMA COLONIAL

A expansão colonial e a partilha de África

A expansão colonial do século XIX foi realizada principalmente pelos países da Europa Ocidental, tendo feito parte também países como os Estados Unidos, Rússia e o Japão. Os factores que levaram à sua efectivação foram vários.

Em primeiro lugar podemos destacar os factores económicos em que a Revolução Industrial provocou um aumento extraordinário da população, a expansão da produção, a expansão demográfica das cidades e a conseqüente insuficiência de alimentos, a necessidade de enormes matérias-primas, como o ferro, carvão, alumínio, petróleo, etc., possíveis de encontrar nas latitudes tropicais. O rápido aumento da produção levou à saturação dos mercados europeus em virtude da concorrência que cedo se fez sentir, obrigando à procura de novos mercados.

A nível político, o nacionalismo europeu do século XIX, fez crescer as rivalidades entre as nações da Europa. Com as fronteiras bem definidas, os territórios unificados, os governos fortemente estabelecidos, a busca de prestígio só se tornava possível fora das fronteiras da Europa numa expansão que provocou uma acesa disputa pela posse de regiões estratégicas do mundo, sobretudo na África e Ásia.

As correntes eurocentristas procuraram defender a expansão

colonial na diferença de cor entre a negra e a branca. Para estas, o branco é superior e, por isso, com direito de dominar e "civilizar" os povos atrasados. Do ponto de vista religioso, a expansão colonial foi sustentada pela "necessidade de expandir a fé cristã e salvação das almas dos infiéis e de transmitir-lhes os valores da civilização ocidental.

A partilha de África

Dado o secular contacto entre a África e a Europa, o nosso continente foi um dos primeiros territórios a sofrer a cobiça do imperialismo industrial.

O passo inicial da conquista do nosso continente foi dado pela França, com a tomada da Argélia em 1830. Mais tarde a Tunísia, África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, a Somália Francesa e Madagáscar foram igualmente tomados pelos franceses.

Entretanto, o grande impulso para a partilha de África foi dado pelo **rei Leopoldo II**, da Bélgica, valendo-se de instituições aparentemente científicas, como a **Sociedade Internacional Africana**, a **Sociedade Geográfica de Bruxelas** e o **Comité de Estudo do Congo**. Foi graças a estas sociedades que a Bélgica, entre 1876 e 1885, explora e conquista o Congo.

A expansão inglesa começou com a compra do Cabo à Holanda

em 1815. A penetração inglesa no Cabo iria provocar o descontentamento dos **Boers**, colonos holandeses e franceses, resultando na migração destes para o norte, onde fundaram o Estado Livre do Orange e a República Sul-Africana do Transval. Este movimento ficou conhecido pelo nome de **Treck Boer**. A descoberta dos diamantes e ouro em Kimberly e Witwatersrand, respectivamente, levaram à **Guerra anglo-boer** (1899-1902), pois os ingleses pretendiam o controlo total das regiões mineiras.

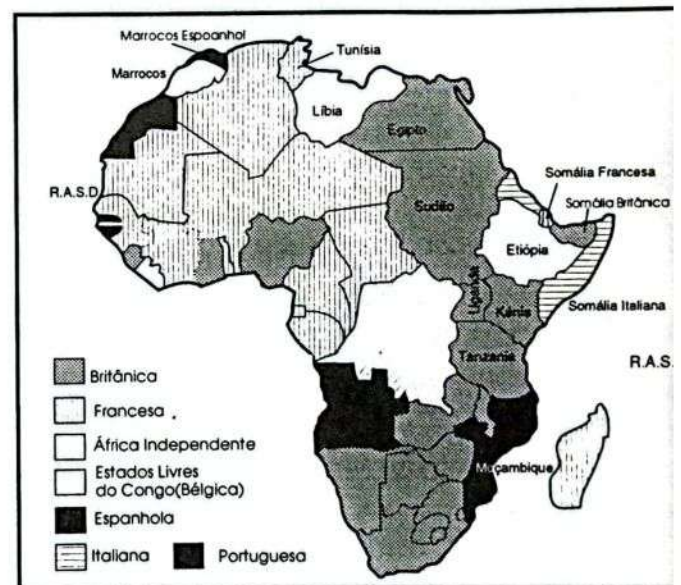
A tomada do Canal de Suez, construído pela França e Egipto entre 1859 e 1869, garantiram à coroa britânica o controlo do comércio com a Ásia e o estabelecimento de uma importante área de influência no Egipto. A partir daqui os ingleses tomaram o Sudão, Nigéria, Costa do Ouro, Quênia e Somália. No Sul a União Sul-Africana e a Rodésia do Sul e outros pequenos territórios completavam o quadro das conquistas britânicas.

Portugal e Espanha, fortes potências mercantis no século XVI, têm uma participação limitada no continente africano. Portugal, para além da Guiné Portuguesa, pretendia juntar Moçambique a Angola (**projecto de mapa cor-de-rosa**) refutado pelos interesses expansionistas britânicos. A Espanha anexou o Rio do Ouro, a Guiné Espanhola e o Marrocos Espanhol.

A Alemanha e a Itália, dada a sua unificação tardia, não tiveram tempo suficiente de ocupar territórios em África. Mesmo assim, a Alemanha conquistou a África

Oriental Alemã, Togo, Tanganyica e o Sudoeste Africano (que passaram à jurisdição da Sociedade das Nações, após a Primeira Guerra Mundial). A Itália conquistou a Eritreia, a Somália Italiana e a Líbia, após ter fracassado na tentativa da conquista da Abissínia e da Tunísia.

A exploração efectiva dos novos espaços coloniais conseguidos foi feita com auxílio de companhias monopolistas que, com os seus capitais, iniciaram o processo de plantações e venda de mão-de-obra.



MAPA 5 — Partilha de África

A administração colonial

A partir de 1885, cumprindo com os compromissos de Berlim, as potências imperialistas iniciaram um processo de ocupação efectiva dos seus territórios, que assumiu diversas formas. Era necessário que a presença colonial se fizesse sentir

em toda a vastidão dos territórios coloniais, contrariamente à ocupação do litoral como era prática de algumas potências. Para o estabelecimento desta ocupação efectiva, foram usadas pelas potências imperialistas duas formas de administração.

A **administração directa**, onde os colonizadores estabeleciam uma máquina administrativa completamente trazida das metrópoles, sem se dar espaço a estrutura tradicional pré-existente, é relegada a um plano secundário. Este tipo de colonização foi característica no nosso país, onde Portugal instituiu administradores coloniais europeus, desde a província até aos postos mais recônditos do país.

A **administração indirecta** era caracterizada pela manutenção das estruturas tradicionais no poder e pela continuidade do respeito das normas da sociedade. Porém, a antiga estrutura tradicional deixou de ser autónoma e passou a depender da potência colonizadora. Esta administração foi prática corrente da Inglaterra e, por algumas vezes, da França. Com o fim do sistema colonial, esta forma foi aperfeiçoada, passando as potências a controlar a vida dos países através da manutenção de governos neocoloniais e uma forte dependência económica.

Em função da administração, distinguem-se três tipos de colónias:

As **Colónias de Povoamento**, por falta de habitantes ou por o seu número ser reduzido, as potências colonizadoras se viram obrigadas a povoarem o novo território por

seus próprios habitantes, isto é, gente vinda da metrópole. Esta prática foi usada pelos ingleses ao colonizarem a Austrália e Nova Zelândia, e pelos espanhóis ao colonizarem a América Latina, etc.

As **Colónias de Exploração**, que constituem a maioria das colónias conhecidas, são marcadas pelo facto de existir nos seus territórios um número razoável de habitantes, que são usados como mão-de-obra para a exploração colonial. São exemplos destas colónias a Rodésia do Sul e do Norte, Moçambique, Angola e outras.

Os **Protectorados** são territórios marcados pela administração colonial indirecta. Nestes territórios a autoridade colonial é mantida de forma intacta, sem haver qualquer interferência da metrópole. Os regimes tradicionais, geralmente monarquias, continuam a exercer a sua actividade controladora, mas são agora protegidos pelas suas metrópoles e os chefes tradicionais são tidos como súbditos das coroas metropolitanas. São exemplos a Swazilândia, o Malawi e o Lesotho na nossa região.

As companhias concessionárias e as grandes plantações

Em muitas partes de África os governos europeus usaram companhias concessionárias para explorar os impérios recém conquistados. Por este sistema, às companhias privadas eram concedidas vários trechos de territórios africanos para explorar pelos seus próprios recursos

em nome das potências colonizadoras.

Esta foi uma tentativa dos europeus de colonizar de forma barata. Os britânicos usaram este sistema na Nigéria e na Rodésia com British South Africa Company (BSAC), e Imperial East Africa Company (IEAC) na África Oriental. No nosso país são conhecidas companhias, como a companhia do Niassa, Zambézia e de Moçambique.

As companhias concessionárias foram igualmente usadas durante o período da expansão dos alemães, franceses e dos portugueses.

Em termos teóricos, as companhias podiam abrir nos seus territórios uma economia financeira. Este processo dava vantagens às potências da Europa, pois ampliava o número de mercados dos seus produtos e aliviava as despesas da administração directa.

Pode-se, contudo, dizer que as companhias não foram muito sérias na sua dominação e na sua maioria destinavam-se a interesses individuais, daí que a resistência dos povos africanos dos finais do século XIX, tivesse levado à falência muitas delas.

As revoltas contra a administração colonial

A dominação efectiva europeia provocou a ira dos povos africanos, que nos começos do século XIX iniciaram acesas resistências em quase todo o continente. No sul, por exemplo, para além das revoltas no

Sudoeste Africano, dos Bárue em Moçambique que serão objecto de estudo do nosso trabalho, existiram também grandes resistências como a dos Xhosa, Zulu, Pedi, Venda, dos Estados islamizados da costa. Os Hehe na Tanzania, os Nandi, no Quênia, os Bugandas, no Uganda, a resistência do reino Daomé são outros exemplos de resistências ocorridas no nosso continente.

AS REVOLTAS NO SUDOESTE AFRICANO — 1904-1907

Revolta dos Herero

A epidemia de 1896, que dizimou grande parte do gado dos povos herero, provocou o enfraquecimento destes, factor que foi aproveitado para a penetração alemã. Comerciantes e missionários brancos penetraram no território central e anexaram as terras dos povos locais e distribuíram-se entre si.

Em 1904, liderados por Samuel Maherero, os Herero fazem um levantamento contra a ocupação estrangeira, acabando por matar mais de 100 alemães, e recuperam as suas terras. Porém, a resistência dos Herero não foi consistente, pois não contava com o apoio dos Nama que tinham sido expulsos do território em guerras que ambos travaram no período pré-colonial.

Derrotados, os alemães pedem reforços do exterior e contratam, acabando por isolar os Herero em Waterberg. O general alemão Van Trotha escreveu a esse propósito:

"Os herero já não são subordinados dos alemães, eles assassinaram e pilharam (...) os herero devem deixar o país. Se não o fizerem serão forçados (...) No território pertencente aos alemães todo o Herero independentemente de estar armado ou não será morto. Nenhuma mulher ou criança será permitida a entrar no território (...). Eles serão mortos". (Shilton, History of Africa, pág. 287)

Os que resistiram ao extermínio alemão foram deportados para o deserto de Kalahari onde mais de 10 mil deles morreram de sede e fome. Os sobreviventes refugiaram-se na vizinha Bechuanalândia (Botswana).

Revolta dos Nama

Hendrick Witbooi, foi um dos grandes chefes Nama que marcou a resistência à ocupação colonial e opunha-se à assinatura de tratados de protecção, tanto com os alemães, como com a colónia do Cabo e morreu em combate em Outubro de 1905. Com a morte de Witbooi, os Nama continuaram a resistência liderados por Jacob Murenga. Porém, Murenga seria morto em 1907 e assim os alemães eliminaram o último foco de resistência no Sudoeste africano e tomaram o controlo do gado e das terras.

Os sobreviventes destas guerras subordinaram-se aos alemães, pagaram-lhes o imposto, serviram-lhes de mão-de-obra nas planta-

ções e nas minas. Porém, o extermínio massivo de hereros e namas fez com que o número de mão-de-obra não fosse suficiente, obrigando os alemães a recorrerem à mão-de-obra de Ovambo a norte. Os que conseguiram refugiar-se noutros territórios apoiaram a invasão sul-africana levada a cabo durante a Primeira Guerra Mundial.

A RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

A revolta de Bárue

Abortada a última resistência à ocupação colonial portuguesa em 1904, durante uma década, esta limitou-se a esporádicos e isolados movimentos de protesto. Contudo, a hostilidade africana irrompeu finalmente em 1917, quando uma aliança zambeziana, centrada em torno de Bárue, iniciou uma luta anti-colonial numa escala sem precedentes. O seu objectivo era de libertar a sua terra natal, expulsando os portugueses e aqueles que ajudavam a perpetuar o sistema colonial na zona.

Causas da revolta de Bárue

O envolvimento de Portugal na Primeira Guerra Mundial, onde combatia contra os alemães no norte de Moçambique, precipitou a rebelião de Bárue. Em 1914 inicia a construção de uma estrada, ligando Tete à Macequece, passando pela terra dos bárue. Esta estrada tinha por objectivo o

recrutamento de soldados africanos para combater os alemães se tal fosse necessário. A mão-de-obra para a construção da estrada seria recrutada compulsivamente e iria trabalhar sem nenhuma remuneração. Para além deste facto, os trabalhadores recrutados eram vítimas de abusos dos cipaios coloniais, o que provocou a ira dos báruè contra as autoridades coloniais.

Associando-se a estes elementos, as autoridades coloniais decidiram recrutar milhares de soldados e carregadores para irem lutar contra os alemães na campanha da África Oriental. A perda da força de trabalho e de membros influentes afectou decisivamente a estrutura social e o desenvolvimento das forças produtivas dos báruè e de outros povos do vale do Zambeze, tendo isso se reflectido nas graves fomes de 1916 e 1920.

Preparação da rebelião

Nas vésperas da rebelião, os Báruè encontravam-se divididos. As guerras de 1902, que levaram à derrota e fuga de Makombe Hanga para a Rodésia, tinham deixado esta importante comunidade do Zambeze dividida em duas chefaturas: por um lado, **Nongwe-Nongwe**, que controlava a parte central do antigo território com capital em Mungari; e por outro lado, **Makosa**, primo de Nongwe-Nongwe, que governava os territórios do sul em volta de Gorongosa.

A actuação dos dois chefes em relação aos abusos dos portugueses era de simples condenação, recusando-se a utilizar a força.

O aparecimento na cena política zambeziana de uma jovem de nome **Mbuya**, que se auto-proclamava possuidora de espíritos divinos, alterou o quadro de actuação destes povos. Com efeito, Mbuya denunciou os abusos dos portugueses, e foi mais longe, ao apelar à rebelião popular contra os colonialistas. Nongwe-Nongwe viu-se obrigado a apoiar a jovem e aceitou liderar a rebelião dos báruè. Makosa, num grande exemplo de patriotismo, esqueceu todas as divergências que tinha com o seu primo e reuniu forças para lutar contra os abusos coloniais.

O novo chefe báruè iniciou os preparativos daquilo que seria a maior e mais organizada revolta contra o colonialismo, no vale do Zambeze. Para levar a cabo os seus intentos, Nongwe-Nongwe iniciou um intenso trabalho diplomático, visando a formação de uma ampla coligação anti-colonial zambeziana (de todo o vale do Zambeze), mobilizando os Amambos, Tongas, Senas, Achicunda, os Tawara do território rodesiano, e os Nsenga do Malawi. Veja de seguida um relato retratando a intensa mobilização dos zambezianos por Nongwe:

Cado e Mulima perguntaram aos outros chefes se estavam satisfeitos com o governo do comandante Costa. Eles responderam unanimemente que não estavam contentes e que, para

além de serem mal tratados, não queriam ser governados pelos brancos. Os três representantes (...) perguntaram se estavam preparados para uma guerra contra os brancos ao que em uníssono, responderam que sim, que esse era o seu desejo. (A. Isaacman, A Tradição de Resistência em Moçambique: O Vale do Zambeze, 1850 — 1921, p. 265)

Início da rebelião

A revolta de Bárue iniciou a 27 de Março de 1917, quando Chemba, Tambara e Chiramba foram atacados e paralelamente os camponeses de Sena e Tonga se sublevaram.

Em Abril os portugueses foram expulsos de Massangano ao mesmo tempo que as instalações da Companhia de Moçambique foram destruídas, foram expulsos em Gorongosa, Cheringoma e Inhaminga.

Os exércitos bárue marcharam para Tete, cercando-a. Em meados de Abril Zumbo é igualmente tomada, permitindo o grande apoio popular aos rebeldes. As proezas de Bárue estimularam outros povos ainda oprimidos (sobretudo os povos do sul), e os ingleses recusavam-se a apoiar os portugueses na expectativa de ver

estes derrotados e eles puderem tomar o seu lugar e negociarem com os chefes rebeldes.

Porém, a revolta de Bárue chegaria ao seu fim quando, em meados de 1917, os portugueses conseguiram finalmente aliar-se aos angoni do sul, a quem prometeram pagar dez xelins por mês. Tradicionalmente guerreiros os "mercenários" angoni rapidamente alteraram o quadro bélico do Zambeze. Os milhares de voluntários iniciaram um contra-ataque bastante violento e cruel queimando culturas e impondo muito terror às ordens do governador colonial que em 1917 ordenou:

"Devem queimar todas as aldeias rebeldes, destruir todos os campos, confiscar todo o gado e fazer o maior número de prisioneiros, incluindo mulheres e crianças (...) É indispensável que estas acções sejam levadas a cabo o mais rápida e violentamente possível para aterrorizar a população local e evitar futuras revoltas" (A. Isaacman, op. cit; p. 279)

Em Junho, depois de muitas batalhas, os mercenários angoni conseguiram pôr termo à revolta de Bárue, que constituiu o último e o mais saliente episódio da resistência anti-colonial do vale do Zambeze e de Moçambique em geral.

O MOVIMENTO OPERÁRIO EM LOURENÇO MARQUES

O período, que acompanhou e precedeu a I Guerra Mundial, foi caracterizado por uma manifes-

tação de certa forma especial e esporádica do movimento operário africano. Com efeito, a ausência

de uma classe operária genuína, tal como existia na Europa após a Revolução Industrial, fez com que o movimento operário africano fosse dirigido pelos trabalhadores brancos, de origem europeia, cujas reivindicações em alguns casos, as suas abrangiam os seus companheiros negros (caso de Lourenço Marques). Contudo, o operariado branco reivindicava a sua supremacia e domínio sobre o semi-proletariado negro (caso da greve do Rand de 1922). Vejamos dois exemplos:

A greve dos trabalhadores ferro-portuários de Lourenço Marques — 1917

A greve dos ferro-portuários de 1917 constituiu a primeira grande greve na história do movimento operário de Lourenço Marques.

Ela foi iniciada e dirigida pela associação do pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, organização sindical essencialmente de trabalhadores portugueses, mas que também englobava alguns trabalhadores brancos de outras nacionalidades e alguns mulatos. A associação foi fundada em 1911 pelos sindicalistas portugueses que já contavam com larga experiência sindical no seu país.

A greve de 1917 foi o reflexo da situação caótica provocada pela I Guerra Mundial, que se manifestou por uma carestia de vida acompanhada pela inflação do escudo português.

A classe operária de Lourenço Marques exigia na sua greve o

aumento de salário, de uma maneira que este correspondesse às necessidades; pagamento de percentagem em libras esterlinas, moeda forte relativamente ao escudo; gratificações importantes, sobretudo para o pessoal mais desprotegido; anulação de concursos para preencher vagas no complexo ferro-portuário, de maneira que os próprios trabalhadores fossem chamados, em primeiro lugar, para preencher as vagas; redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

A incapacidade do governo colonial português de responder a estas exigências fez eclodir a greve, a 1 de Junho de 1917. A 5 de Junho foi decretada a lei marcial pelo comando da guarda republicana de Lourenço Marques. Contudo, a greve teve apoio de todos os trabalhadores da cidade como o pessoal do comércio, dos carros eléctricos e da indústria que paralizaram igualmente as suas actividades.

A greve alastrou-se também para fora da cidade. No dia 3 de Junho, as estações de Ressano Garcia e Moamba declaravam-se solidárias e organizavam comités de greves próprios.

A resposta do governo colonial não se fez esperar. O exército descarregou sobre os manifestantes do complexo ferro-portuário. As estações dos caminhos de ferro, a linha férrea, as oficinas dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques e as instalações do cais foram ocupadas por militares. Como consequência, parte dos

grevistas foram presos e outros exonerados e incorporados no serviço militar. Enfraquecidos, os grevistas aceitaram as condições irrisórias cedidas pelo governador de Moçambique e puseram termo àquela que foi a mais prolongada greve dos trabalhadores em Moçambique.

A greve dos mineiros do Rand

Antes de tratarmos da greve do Rand é necessário recordar que a União Sul-africana estabelecida em 1910, tinha bases racistas. Por isso mesmo, o estatuto de operário (com direito à greve e à associação) era apenas reservado aos trabalhadores brancos maioritariamente de origem europeia. Estes, para além de apresentarem um elevado grau de escolarização e treino profissional, eram protegidos pelas leis racistas do trabalho, como a "Colour bar", que na essência bloqueava o trabalhador africano.

A situação provocada pela guerra deixava um quadro desolador para a classe operária branca, numa África do Sul racista. Muitos brancos foram recrutados para o serviço militar e tiveram de ser substituídos por brancos africaners pobres e por negros, que até ao fim da guerra eram no governo de Smuts a maioria da força de trabalho nas minas.

Nessa altura (1918), os trabalhadores brancos pressionaram a Câmara das minas no sentido de assinar um tratado destinado a manter a situação anterior à guerra, onde eles tinham o privilégio na

aquisição do emprego. Esse acordo, o *status quo agreement* (1918) estipulava a defesa dos interesses dos trabalhadores brancos nas indústrias, sobretudo nas minas.

A crise do ouro, verificada após a Primeira Guerra Mundial, que reduziu o seu peso no mercado mundial, de 130 libras esterlinas a onça, para 90, abalou a indústria mineira e a Câmara das minas teve que tomar medidas sérias de modo a manter os seus lucros. Uma dessas medidas foi a suspensão, em 1921, do acordo de 1918 e a consequente substituição da mão-de-obra branca, mais cara, pela mão-de-obra negra mais barata. Esta medida afectou a classe operária branca que em Janeiro de 1922 decidiu entrar em greve.

A greve de 1922 foi a mais prolongada do Rand e a ela se juntaram outros trabalhadores brancos afectados pela suspensão do *status quo agreement*. De 6 a 14 de Março participaram na greve entre 20.000 a 30.000 trabalhadores. A reacção do governo de Smuts não se fez esperar e, usando a polícia e o exército, reprimiu os manifestantes, tendo sido mortos mais de 230 grevistas. A ousadia da Câmara das minas custou um preço elevado ao governo de Smuts, nas eleições de 1924., Com participação apenas dos brancos, o partido da União (de que fazia parte o governo de Smuts e Hertzog) foi derrubado pela coligação dos partidos Nacionalista e Trabalhista, todos de tendência racista. O novo governo tomou imediatamente

medidas em defesa dos trabalhadores brancos através de uma legislação industrial e de uma política de protecção ao "trabalho civilizado", isto é, do branco. De um capitalismo assente no trabalho barato dos negros, emergiu um estado racista próspero.

Os movimentos nacionalistas organizados

Nos finais do século passado e começos do nosso século, os movimentos nacionalistas africanos ganharam ímpeto, e na sua maioria surgiram das élites tribais nacionais e de um punhado de intelectuais (na sua maior parte advogados), que até aí tinham gozado o privilégio de se formarem em universidades colonas em várias áreas sociais e jurídicas. Os primeiros movimentos nacionalistas organizados surgiram, por conseguinte, em colónias cujos colonizadores tinham permitido a ascensão dessas minorias: casos das colónias britânicas.

O desenvolvimento económico de algumas colónias inglesas permitiu que surgissem nelas os primeiros desses movimentos. Assim, o desenvolvimento da mineração no rand e o consequente desenvolvimento agro-industrial da Costa do Ouro (Ghana) e de certa forma na Nigéria, teriam jogado papel determinante no surgimento dos primeiros partidos negros de África, nestes países. Vamos de seguida analisar os casos da África do Sul e da Costa do ouro.

O surgimento do African National Congress (ANC) na África do Sul

Em 1906, caía o último chefe zulu que isoladamente tentava lutar contra a penetração estrangeira. Esta e outras derrotas levaram o povo negro sul africano a reflectir sobre as formas de luta a adoptar contra a dominação racial a que estava sujeito. Em 1911, P. Seme escrevia: "O demónio do racismo, as aberrações das contendas Xhosa-Fingo, a animosidade existente entre os zulu e os tonga, entre os basutho e todos os outros devem ser enterrados e esquecidos. Somos um só povo. Estas divisões e estas invejas são a causa de todas as desgraças do nosso atraso e ignorâncias actuais".

À luz de ideias como estas, a 8 de Janeiro de 1912, um grupo de intelectuais e chefes tradicionais, despidos de qualquer sentimento tribalista, criaram o African National Congress (Congresso Nacional Africano em português) cujo objectivo era a defesa dos interesses de todos os negros da União Sul africana sem discriminação tribal.

Na primeira fase da sua existência, o ANC adoptou formas pacíficas de luta que consistiam em reivindicações ao governo britânico, exigindo a igualdade entre brancos e negros. Porém, a intransigência do regime do apartheid, estabelecido em 1948, levou o ANC a optar pela luta armada já nos anos 60.

O COLONIALISMO E A PARTILHA DE ÁSIA E OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS

A razão do forte interesse europeu pela Ásia foi bem diverso do que ocorre em relação à África já analisada na 9ª Classe. Na Ásia, os interesses visados eram os grandes mercados em potencial para a venda de produtos industrializados europeus. Por isso, o modo de expansão imperialista neste continente foi predominantemente o estabelecimento de "zonas de influência", gerando também violentos atritos entre os países interessados e a resistência local.

No fim do século XVIII, os ingleses já dominavam parte considerável da Índia, tomada aos franceses em 1763. Em 1877, o domínio britânico ampliou-se ainda mais, a ponto de

a Rainha Vitória da Inglaterra ser proclamada "Imperatriz das Índias". O estabelecimento de protectorados sobre o Nepal (1819) e sobre a Birmânia (entre 1862 e 1885) revelavam a força expansionista da Inglaterra no Sudoeste da Ásia.

A França também teve grandes interesses na região a partir de 1862, com o controlo da península da Indochina (Vietname, Laos e Camboja).

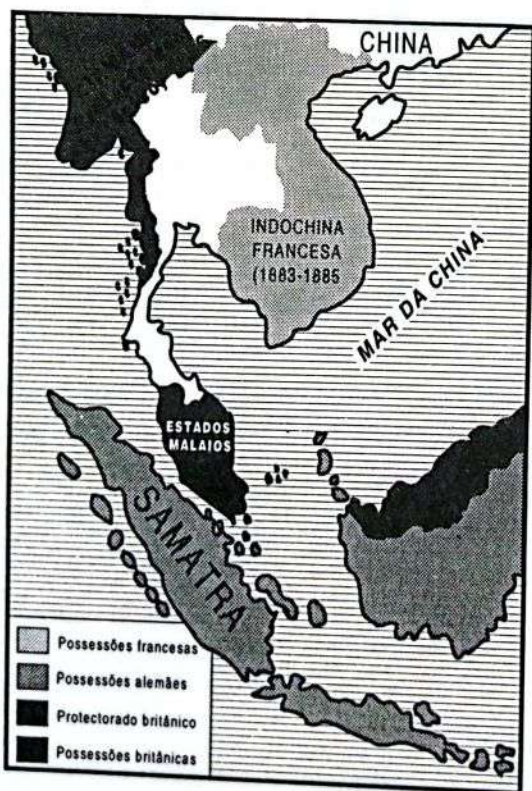
A penetração imperialista na Índia

O primeiro contacto entre a Índia e a Europa deu-se no século XV (1498), quando Vasco da Gama, ido da Ilha de Moçambique, chegou a Calcutá.

No século XVI, os holandeses, franceses e ingleses também chegaram à região atraídos pelas condições de mercados existentes.

Em 1763, a Inglaterra apossou-se definitivamente da Índia após a guerra dos Sete Anos (1756-1763). A Índia ficou assim sob regime de protectorado, que aparentemente mantinha a autonomia política em relação à Inglaterra.

A introdução da administração britânica, que se intensificou em 1848, alterou as tradicionais estruturas económicas indianas, como foi o caso da indústria têxtil. Estes e outros factores despertaram o nacionalismo indiano cujo ponto mais alto foi a Guerra dos Cipaios



MAPA 6 — A partilha da Ásia

em 1857. Porém, esta rebelião foi sufocada em 1859 e a Índia passou a ser colônia britânica, governada pelo vice-rei de Calcutá.

Mahatma Gandhi e o Congresso Nacional Indiano

Fundado em 1885 pelos britânicos, como órgão de consulta, o **Congresso Nacional Indiano** (INC — também conhecido por Partido do Congresso) foi convertido por **Mahatma Gandhi** num instrumento de expressão popular, que recorria a táticas pacíficas, inspiradas na fé indu, como à "não cooperação", primeiro, e à "desobediência civil", depois, para mobilizar o povo e a opinião pública mundial, em favor da causa da independência do povo indiano. A luta pacifista dirigida por Gandhi, na década de 20, assumiu várias formas, como o boicote ao uso de tecidos de fabrico inglês, em defesa dos tecidos de fibra natural manufacturados na Índia.

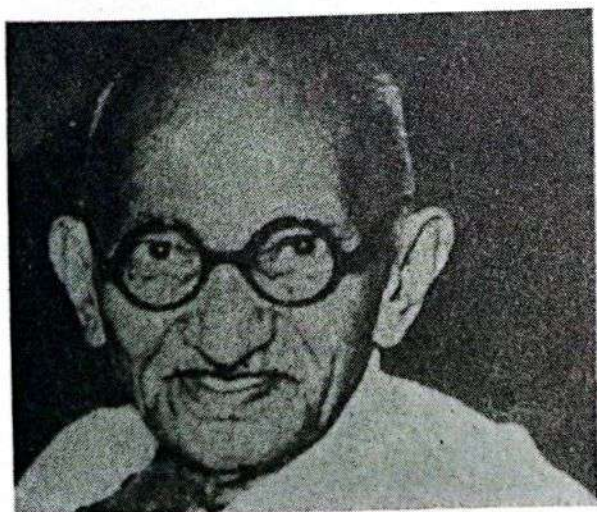


Fig. 3 — Mahatma Gandhi

Com esta luta Gandhi granjeou muita simpatia popular, por isso, foi preso durante 2 anos (1922-1924), findos os quais retomou com maior vigor a luta pela libertação do seu país até à independência, três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial (vê movimento de libertação nacional na Índia).

A Penetração imperialista na China

Até finais do século passado, a China continuava a ser uma das mais antigas e belas civilizações da humanidade. Dirigida pela dinastia Manchú, a China mantinha ainda a velha ordem de dominação feudal e toda a beleza dos tempos da antiga China dos começos da nossa era.

Até por volta de 1830, a China importava poucos produtos do Ocidente e vendia a este muitos produtos, como têxteis, objectos artísticos e de porcelana. O ópio era a grande mercadoria importada pelos chineses, e o consumo exagerado deste, tornou-se um vício nacional, nada tolerado pelo imperador, que mandou destruir grandes quantidades deste produto. A medida tomada não agradou os ingleses que declararam guerra ao império, guerra que ficou conhecida como a guerra do ópio (1839-1864). A guerra do ópio foi o marco da penetração imperialista na China, pois, com a derrota, o império teve que conceder a

abertura de alguns dos seu portos para os produtos ingleses, bem como a venda de Hong Kong à coroa britânica, medidas que animaram outras potências europeias a penetrarem na China. Nem a Revolta de Taiping (1857-1864) nem a dos boxeres conseguiram impedir a perda da independência do império, que ficou dividido em "zonas de influência" controladas pela Inglaterra, França, Rússia e Japão.

A Revolução burguesa na China (1911-1913)

Após a intervenção imperialista, a dinastia feudal Manchú tomou medidas que prejudicaram os interesses nacionais da China. Um exemplo disso foi a medida que decretava a nacionalização dos caminhos de ferro, duramente concebidos e construídos pela burguesia chinesa, para o capital estrangeiro, representado pelos Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra.

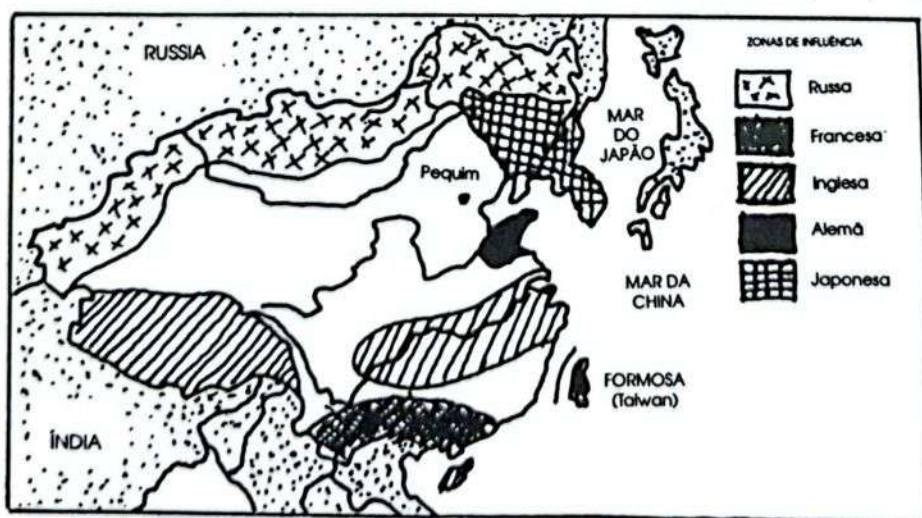
As medidas pró-imperialistas tomadas e a perseguição dos líderes nacionalistas provocaram a

indignação popular que iniciou um processo revolucionário tendente a derrubar a monarquia feudal.

A 10 de Outubro de 1911, os revolucionários compostos por operários, camponeses e antigos soldados amotinaram-se na província de Wuchang, derrubando o poder feudal local e dando triunfo a um movimento que mais tarde ficou conhecido por **Revolução de 1911**. O exemplo de Wuchang foi seguido por várias outras províncias, como Hankow e Hanyan. Os governos feudais foram depostos e, em seus lugares, foram instituídos governos provisórios de camponeses, operários e soldados.

Em Dezembro de 1911, **Sun Yat Sen**, regressa do exílio e é eleito presidente do território, tendo assumido o poder a 1 de Janeiro de 1912 e instituído a República democrática-burguesa na China, pondo termo à Dinastia Manchú.

As características do novo governo foram marcadamente burguesas e de forma nenhuma cumpriram com os pressupostos a que os seus lutadores (revolucionários) se propuseram: a reforma



MAPA 7 — Partilha da China pelas potências imperialistas

agrária e a luta anti-imperialista. Com efeito, não se alterou a base da estrutura sócio-econômica do país e, com o andar do tempo, as

potências imperialistas reassumiram o seu lugar de exploradores dos recursos do território.

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO COLONIAL NA AMÉRICA LATINA

Os Estados Unidos na América e a política do "big stick"

No primeiro quartel do século XIX, a situação política na América Latina alterou-se significativamente. A Inglaterra e os Estados Unidos, impelidos pela necessidade de explorar o intenso mercado regional, apoiaram e incentivaram a luta dos crioulos contra a ocupação espanhola, que perdurava desde o século XVI.

A **Doutrina Monroe**, que dizia que a "América é dos Americanos", foi um grande instrumento que proporcionou as independências crioulas, na sua maioria concretizadas entre 1817 e 1825.

Neste período, líderes como Simon Bolivar e José de San Martin, apoiados pelos ingleses e americanos e favorecidos pelo envolvimento da distante Espanha



MAPA 8 — Emancipação da América Latina.

na Revolução liberal (1820 - 1823), percorreram quase toda a América Latina, numa missão libertadora.

Teodoro Roosevelt, no poder entre 1901 - 1909, adaptou a doutrina Monroe à nova realidade de pós-independências latino-americanas. Com o intuito de defender os interesses do capital norte-americano na região, a nova política de Roosevelt reservava-se o direito do uso da força para intervir nos países do continente. Esta nova política adoptada por Roosevelt ficou conhecida pelos seus seguidores como **big stick** (grande "sticada") e os seus efeitos, ainda hoje se fazem sentir na política de Washington em relação à América Latina. A nova política consistia no estabelecimento forçado de elementos que defendessem os interesses dos Estados Unidos na região, chegando a prever a intervenção militar como uma das medidas a tomar em conta na reposição da "ordem" nos países latino-americanos, caso o poder nestes fosse assumido por regimes hostis.

A Revolução mexicana (1910-1917)

Dominada pela Espanha, desde a expansão mercantil do século XVI, o México conseguiu a sua independência por volta do século XIX, fruto da política "*americanista*" dos Estados Unidos nesta região. Com uma economia bastante caótica e uma instabilidade política constante, a sua História foi marcada por várias guerras civis, ditaduras e pela acção dos Estados

Unidos com o qual perdeu parte do seu território.

A nível económico, o México era um país agrário, onde cerca de 77% da população sobrevivia dos rendimentos do campo. Porém, grande parte dos camponeses não tinham terras, e estas concentravam-se nas mãos dos ricos fazendeiros, que, a pouco e pouco, espoliavam as poucas terras ainda na posse dos camponeses. Nas grandes fazendas dos estrangeiros (sobretudo americanos) cultivava-se borracha, arroz, café, cana-de-açúcar e tabaco.

A proximidade dos Estados Unidos fez com que a economia do país se associasse àquela potência, que tomou também o controlo da extracção mineira e outros sectores vitais da economia, como as finanças.

O descontentamento popular, devido à escassez de terras, manifestou-se com a formação de um movimento de guerrilha camponesa para lutar pela terra. O movimento campesino foi liderado por **Emiliano Zapata** (1877-1919) e **Francisco Pancho Villa** (1877-1923). O movimento lutava contra o governo de Porfírio Díaz, cuja política consistia na venda de terras aos imperialistas americanos.

A Revolução iniciou em Maio de 1910 e foi liderada por Francisco Madero, grande latifundiário e proprietário de um grande parque industrial, instruído em universidades europeias e apoiado por parte dos fazendeiros e pelo movimento campesino. O **Plano San Luís Patoci**, que exprimia o programa político

revolucionário de Madero, priorizava as reformas para o campesinato e uma política anti-imperialista. Com esta política, a ditadura foi derrubada e Madero assumiu o poder.

Descontentes com Madero, os Estados Unidos prepararam uma conspiração que acabou com o seu derrube e a subida de **Victoriano Huerta**. Uma conspiração popular acabou por derrotar Huerta em Julho de 1914 e o poder retornou aos revolucionários.

Com a retomada do poder pelos camponeses revolucionários, iniciou um processo de reformas agrárias que ameaçavam a burguesia local e a burguesia estrangeira, cujos interesses eram dirigidos por **Venustiano Carranza**. Liderados por este último, os burgueses prepararam uma conspiração contra os exércitos camponeses chefiados por Zapata e Villa.

A ameaça dos interesses estrangeiros representada pela Revolução, fez com que os Estados Unidos organizassem intervenções armadas no México, a primeira das quais se deu em 1914 e a segunda em 1917, porém, a determinação

dos mexicanos gorou as tentativas ianques de tomar o poder para os seus servidores.

Em 1917, a Revolução mexicana triunfou com o derrube das ditaduras reaccionárias servidoras dos interesses estrangeiros, e do poder das igrejas a quem nacionalizou os seus bens. A constituição de 1917 reflectia as aspirações anti-feudais e anti-imperialistas tomadas pela Revolução. Pela sua essência esta pode-se considerar uma das mais democráticas constituições do mundo que, no entanto, pouco foi cumprida devido à aliança entre a nova classe governativa e os grandes proprietários de terras.

Esta Revolução, de carácter democrático burguês, marcou o fim de um importante estágio do movimento de libertação na América Latina, fase que se distinguiu pelo facto de, sendo o povo o mais aplicado e sofredor na luta contra a ditadura, não foi ele a tomar conta do poder, e as suas grandes aspirações — fim dos latifúndios, reforma agrária e fim do domínio estrangeiro — ainda não terem sido cumpridas.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

As causas da Primeira Guerra Mundial

A causa mais profunda desta guerra está nos antagonismos que, desde o aparecimento do imperialismo, opuseram as grandes potências. Enquanto nas suas grandes linhas, se não incluiu a

repartição do Mundo, os conflitos apenas deram lugar a tensões diplomáticas, seguidos de adaptações, relativamente vantajosas para os adversários; mas o impetuoso desenvolvimento do imperialismo alemão, numa época em que já tinham sido tomadas as

principais posições económicas mundiais, exasperadas contradições de interesses. Neste contexto, os principais adversários foram a Alemanha e a Inglaterra: o imperialismo alemão entravava os progressos do imperialismo britânico e ameaçava algumas das suas posições (por exemplo, o Próximo Oriente). É por isso que a Inglaterra se lançou na batalha, temendo que o principal adversário saísse reforçado de uma guerra vitoriosa. Contudo, vamos de seguida analisar com alguns detalhes algumas das causas desta guerra.

Luta pela posse de novos mercados

Nos começos do século XX, quando o capitalismo passa à fase imperialista, as rivalidades entre as potências haviam endurecido. O mundo já estava todo repartido e quase não sobravam terras para conquistar (vê a tabela seguinte), mas a guerra, pelas esferas de influência, adquirira maior dimensão, pois países como a Alemanha e Itália, cuja unificação se registara tardiamente, e, por isso, não puderam adquirir posições coloniais vantajosas, pretendiam, neste momento, territórios onde pudessem colocar a sua produção e explorar a matéria prima, tão necessária à sua indústria, em constante crescimento, porém, ao ponto em que se encontrava a partilha do mundo pelas potências, uma nova partilha só seria possível com o uso da força.

Conflitos entre as potências imperialistas

Os conflitos entre as potências imperialistas ameaçavam a estabilidade mundial (vê manual da 9ª Classe pág. 200 e seguintes). Entre 1899 e 1902, teve lugar a **guerra anglo-boer**, em que os britânicos pretendiam anexar as colónias do Transval e Orange; em 1900, as potências europeias, o Japão e os Estados Unidos, organizaram uma **intervenção contra a China**, para se apoderarem dos seus territórios, na sequência da guerra do ópio; em 1904, estalou a sangrenta guerra **Russo-Japonesa**, devido à posse da região da Manchúria chinesa e partes do território coreano; em 1905, o **conflito Franco-alemão pela posse de Marrocos** elevou a tensão entre os dois estados; a **anexação da Bósnia e Herzegovina** pela Áustria-Hungria engendrou um conflito internacional que quase se tornou numa guerra europeia; entre 1912 e 1913, as duas **guerras balcânicas** estremeceram a Europa.

Na região balcânica, a **Rússia pretendia o estreito de Dardanelos** no Mar Negro, único ponto que lhe possibilitava uma saída para o Mar Mediterrâneo e deste o contacto com o mundo, porém, esta encontrava-se sob administração da Turquia.

A Alemanha pretendia, construir uma linha férrea, ligando **Berlim-Bizâncio-Bagdad** (B-B-B), chocando frontalmente contra os interesses britânicos no médio oriente.

Territórios	1878	1900	Diferença
África	10,8	90,4	+79,6
Polinésia	56,8	98,9	+42,1
Ássia	51,6	56,6	+5,1
Austrália	100	100	—

A partilha do Mundo entre 1878 e 1900

A questão da Alsácia e Lorena

As relações entre a Alemanha e a França há muito se haviam agravado por causa da Alsácia e Lorena. Estas províncias, ricas em minérios, tinham sido anexadas pela Alemanha na guerra franco-prussiana de 1870. Os franceses, longe de ter abandonado a questão, esperavam por melhor oportunidade para a sua recuperação.

Corrida aos armamentos

Em todos os países europeus crescia a preocupação pela indústria bélica. Na Alemanha, sobretudo, este interesse era ainda maior, onde que os germanos se preparavam para uma guerra de grande envergadura.

O ritmo de construções navais assumia proporções inquietantes, facto que foi seguido pela Inglaterra. Por sua vez, a França aumentava a duração do serviço militar, de dois para três anos e em quase todos os países as indústrias eram transformadas para a produção de armamento.

Países	1883	1912	1913	1914
Rússia	894	2052	2313	3635
França	789	1343	1471	2565
Inglaterra	702	1779	1943	2027
Alemanha	504	1755	2302	2129

Despesas militares das grandes potências em milhões de francos

O atentado de Serajevo e o início da I Guerra Mundial

A 28 de Junho de 1914, um domingo, quando se celebrava o aniversário da batalha de Kossovo, o arquiduque Francisco Fernando e sua esposa, foram atingidos por vários tiros disparados por um bósnio, estudante de dezassete anos, cujo nome ficou para sempre, ligado ao começo da Primeira Guerra Mundial: **Gravilo Prinzip**. A responsabilidade do atentado foi atribuída à **Mão Negra**, uma organização nacionalista secreta sérvia, que lutava pela unificação dos estados do sul e a sua incorporação num único país, a grande Sérvia reconstituída tal como existia antes da batalha de Kossovo há 500 anos.

Este atentado agravou a situação entre os dois estados e a Áustria declarou guerra à Sérvia, julgando que podia liquidá-la facilmente.

O atentado foi aproveitado pelas potências imperialistas para ajustar velhas contas. O Chanceler alemão escreveu a este propósito, para o seu homólogo austríaco: "**Agora ou nunca**" e deste modo, o conflito não só teve o seu início

como também se generalizou por todo o continente europeu e depois pelo mundo.

A generalização do conflito

A partir do atentado de Serajevo e numa sequência muito rápida, o conflito foi envolvendo quase todos os países da Europa e do mundo. A Rússia entrou em guerra, apoiando a Sérvia contra a Áustria e contra a Alemanha. A Alemanha levantou-se em guerra contra a França. A Inglaterra, vendo-se ameaçada pelo avanço da Alemanha, aliou-se à França. O Japão, directamente interessado nos territórios alemães do Extremo Oriente, declarou guerra à Alemanha. A Turquia, directamente ameaçada pelo expansionismo russo, aliou-se à Alemanha. A Itália declarou guerra à Áustria. Face a esta situação, o movimento operário, uma força sindical forte, agregada a nível internacional, à Internacional Socialista, vai tomar a sua posição em relação aos acontecimentos, que como iremos analisar, foi também díspara e contraditória

O movimento operário internacional e a guerra

O colapso da II Internacional

A II Internacional surgiu com a desagregação da I Internacional ocorrida após a guerra franco-prussiana, quando os países da Europa, decidiram incluir nos seus parlamentos alguns partidos socialistas, como na Alemanha, o que de certa forma enfraqueceu a luta do operariado mundial.

Os grandes princípios da II Internacional eram: a luta contra o colonialismo, militarismo e a guerra. Na conferência de Paris, por exemplo, a II Internacional criticou os crimes dos colonizadores na China, Índia e África. Apoiou a ideia de luta contra o chauvinismo e contra a corrida aos armamentos. Na luta contra a guerra, o congresso aprovou uma resolução que propunha a todos os partidos social-democratas que, com os seus mandatos parlamentares, lutassem contra a política belicista e colonial junto dos seus governos.

Porém, no congresso extraordinário de Stuttgart, convocado a propósito do agravamento da tensão militar, a II Internacional não conseguiu manter-se homogênea, acabando por desmembrar-se devido à atitude de discórdia que reinava no seio do operariado. No centro da discórdia estava a questão da guerra, do colonialismo e imperialismo. Para alguns sectores influenciados pelo nacionalismo cada vez mais crescente, na Europa de 1900, o imperialismo, a guerra e o colonialismo eram imperiosos para a defesa dos seus países.

As tensões do princípio do século fizeram-se sentir também na II Internacional, levando-a ao seu colapso. Os principais partidos-membros ignoravam as decisões que eles próprios tinham tomado nos congressos anteriores, e a Internacional dividiu-se em três grupos que se opunham entre si, tal como acontecia com a Europa desse tempo: os socialistas do bloco

alemão, os socialistas do bloco da Entente e os socialistas dos países neutros.

Uma posição firme contra a guerra foi tomada pelos socialistas russos, representados pelos bolcheviques, que, perante a Duma (órgão máximo do poder na Rússia), levantaram a sua voz contra a guerra, acabando os seus líderes por ser exilados na Sibéria.

A Internacional Socialista			
Ano	Cidade	Países	Delegados
1881	Bruxelas	16	378
1898	Zurique	20	438
1896	Londres	22	700
1900	Paris	21	791
1904	Amesterdão	25	483
1907	Stedtgard	25	884
1910	Copenhaga	23	586
1912	*Basileia	23	555

* Congresso extraordinário para a análise das posições do movimento operário internacional face a guerra que se avizinhava

O decurso da I Guerra Mundial

Ao declarar e iniciar a guerra a 1 de Agosto, a Alemanha esperava, com o seu poderio, liquidar muito rapidamente os seus inimigos numa guerra relâmpago, idealizada em 1905 por *Von Schlieffen*. Segundo este plano a vitória total era possível, evitando-se duas frentes simultaneamente. Assim, perante os russos, lentos a mobilizar os seus efectivos, a Alemanha deixava uma linha defensiva e lançava o grosso das suas forças para a

França, atacando pela Bélgica para assim evitar a linha defensiva francesa. Porém, o plano fracassou porque contra todas as expectativas alemãs, os russos atacaram a fronteira alemã, tornando a guerra mais prolongada.

A I Guerra Mundial decorreu em três frentes: Ocidental, Oriental e Balcânica. Durante o seu percurso ela conheceu 3 fases distintas:

1ª FASE: **A Guerra de Movimento**
— (1914);

2ª FASE: **A Guerra das Trincheiras**
— (1915 - 1917);

3ª FASE: **O Retorno à Guerra de Movimento** — (1917 - 1918);

Ver mapa 8 na página seguinte, relativo aos blocos militares rivais.

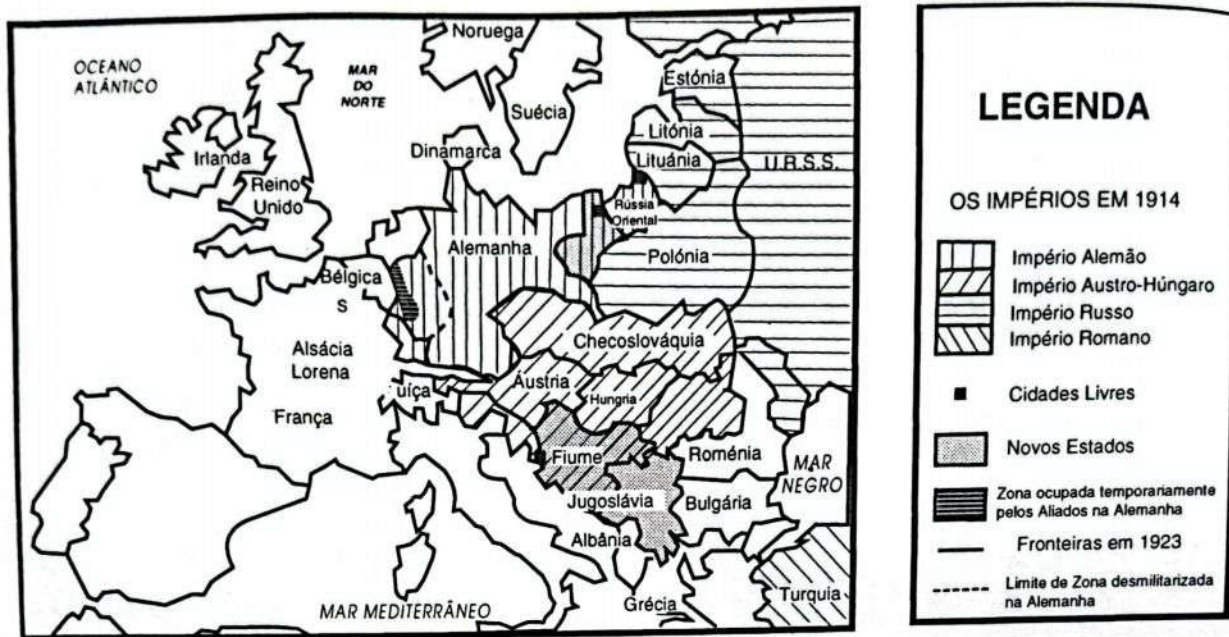
1ª FASE — A Guerra de Movimentos — (1914)

A Alemanha, cumprindo o plano de guerra relâmpago, invadiu a Bélgica e penetrou na França, ameaçando tomar Paris. A intervenção da Rússia pela Polónia alterou os planos alemães, que tiveram de dispersar as forças que combatiam contra a França.

Várias outras potências começam a aderir à guerra em cumprimento de acordos anteriormente firmados, ou em defesa dos seus interesses. A Inglaterra e Itália, por exemplo, intervêm em favor do Entente, enquanto a Turquia e a Bulgária, entram para as potências centrais, abrindo assim a frente balcânica.

O alastramento da guerra pelas colônias dos beligerantes e pelos mares mundiais; o envolvimento do

Japão que ataca as possessões coloniais europeias no Extremo Oriente, tornam o conflito mundial,



MAPA 8 — As frentes da I Guerra Mundial.

2ª FASE — A Guerra de Trincheiras — (1915-1917)

Nesta fase, a guerra foi essencialmente de posições. Derrotados na batalha do Marne em Setembro de 1914, os alemães não se retiraram dos territórios que haviam conquistado. Para isso

cavaram trincheiras e resistiram à contra-ofensiva dos franceses. Estes, não conseguindo expulsar o inimigo, cavaram também uma longa linha de trincheiras, dando assim o início à guerra de posições, que se travou até 1917.

O "HOMEM DAS TRINCHEIRAS"

Nas trincheiras, por vezes descontínuas, mais ou menos profundas, mais ou menos desfeitas pelas chuvas e cheias de lama (...) constantemente suspeltas a alertas, bombardeamentos, ataques repentinos, formava-se uma nova espécie de homem: o homem das trincheiras. Durante esses longos anos, um a dois milhões de soldados de infantaria, sapadores de engenharia, observadores de artilharia, incessantemente renovados à medida das percas, viveram dentro delas, se acaso pode se chamar viver ao que foi a sua vida, e aí morreram de todas as espécies de morte.

(A. Ducasse e G. Perreux, *Vida e morte dos franceses*)

3ª FASE — Retorno à Guerra de Movimento 1917-1918

O ano de 1917, foi marcante no percurso da I guerra Mundial: A marinha alemã, fazendo uso dos seus submarinos, bloqueava todos os oceanos mundiais, afundando embarcações. Foi nesta sequência que os submarinos alemães atacaram a marinha mercante dos Estados Unidos, afundando o transatlântico *Vigilantia* o que serviu de pretexto para estes entrarem na guerra. A entrada dos Estados Unidos contra-balançou os acontecimentos em favor dos aliados.

Em Outubro de 1917, triunfou na Rússia a Revolução Socialista o que fez, com que esta abandonasse o teatro da guerra, ao assinar com a Alemanha o tratado de **Brest-Litovsk** em Março de 1918 (vé capítulo II deste Manual).

As ofensivas alemãs e dos seus aliados intensificaram-se nesta fase e, para além do tratado de Brest-Litovsk, a Itália é derrotada pela Áustria na Batalha de Carpetto, o que permitiu aos impérios centrais virarem as suas atenções à frente ocidental. A Alemanha intensificou o bloqueio marítimo à Inglaterra, pretendendo com isso deter os seus movimentos e impedir o seu reabastecimento.

Porém, os aliados estavam fortalecidos com a entrada dos Estados Unidos e a injeção bélica por estes feita, permitiu a retomada da guerra de movimento com o uso de novo e mais moderno equipamento (tanques, navios de

guerra e aviões de combate).

Impotentes, os impérios centrais sucumbiram ante a contra ofensiva dos aliados. A 11 de Novembro de 1918, o governo social-democrata alemão estabelecido com a fuga do Kaiser, assinou o **Armistício de Rothondes**, pondo termo à I Guerra Mundial.

A intervenção dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial

Ao declararem a sua neutralidade em 1914 e 1916, os Estados Unidos pretendiam desenvolver em ritmo intenso a sua economia de modo a abastecer o grande mercado europeu ora em guerra. Assim, os EUA durante a guerra passaram de devedores a credores do velho continente, abastecendo aquele mercado em víveres, matérias primas e material bélico. Além disso, os americanos aproveitaram a guerra para intervir e conquistar o mercado latino-americano.

A entrada dos EUA ao lado da **Entente cordiale** teve fortes motivos de ordem económica. As exportações americanas aos países com os quais se aliou superavam em muitos milhões de dólares as exportações para a Triplice Aliança. Além disso, as dívidas da Inglaterra e da França aos banqueiros norte-americanos haviam-se elevado.

Com a rendição da Alemanha, que era o país mais desenvolvido do mundo naquela época, os Estados Unidos passariam a ocupar tal posição na economia mundial.

Isto veio a confirmar-se particularmente na década de 20, numa fase de extraordinária prosperidade, com a ampliação ininterrupta da sua área de influência na América Latina e Ásia.

Para além destas motivações os americanos intervêm na guerra

numa altura em que a correlação de forças se estava a desenhar completamente a favor da Entente, daí que estes se preocupassem em entrar ao seu lado para tomarem parte na divisão de colónias das potências vencidas.

A ENTRADA DOS ESTADOS UNIDOS

A partir do dia em que a Alemanha levou a guerra à costa Atlântica, violando a integridade belga, invadindo a França, atacando a Inglaterra e tentando separar-nos (A Inglaterra e os Estados Unidos), a partir desse dia a nossa neutralidade deixava de ser possível. Agora que a Alemanha tenta destruir as comunicações vitais no interior do nosso mundo, não podemos cruzar os braços por mais tempo (...) A nossa civilização encontra-se em perigo. Uma vitória da Alemanha na chefia de uma coligação germano-russo-japonesa contra o mundo atlântico poria em causa todos os nossos interesses.

(W. Wilson, Presidente dos EUA ao Senado, 1917)

As fases da Primeira Guerra Mundial

1914	1915	1916	1917	1918
Invasão da Bélgica	Batalha do Marne Batalha de Flandres	Batalha de Verdun Batalha de Somme	Entrada dos EUA	Ofens de Foch Armistícios
GUERRA DE MOVIMENTO			GUERRA DE MOVIMENTO	
GUERRA DE TRINCHEIRAS				

A paz de Wilson

No início de 1918, falando ao congresso dos Estados Unidos, o presidente **Woodn Wilson** lançou a ideia de uma "paz sem vencedores", baseada num programa de 14 pontos, dos quais os mais importantes eram: a guerra

terminaria sem vencedores; princípio de autodeterminação dos povos; fundação da Liga das Nações com poderes para arbitrar os conflitos internacionais.

Nos vários países, inclusive na Alemanha, o plano do presidente

norte americano que continha dentro de si muita esperança foi bem recebido. A crise provocada pelas sucessivas derrotas alemãs na guerra, provocava uma intensa repulsa popular e como consequência, multiplicaram-se as greves e os movimentos pelo fim da guerra, liderados principalmente pelos partidos socialistas. Em Novembro de 1918, como corolário desse descontentamento, o Kaiser Guilherme II e o Império foram derrubados e foi proclamada a República, e o novo governo pediu a paz aos aliados na esperança de ver cumpridos os 14 pontos de Wilson. Porém, as grandes potências imperialistas europeias desejosas de colher dividendos da guerra ora terminada, não aceitaram a sua aplicação, tendo delineado na conferência de Paris o mecanismo de rendição alemã assinada em Versalhes dias depois.

Os tratados de paz

A Conferência de Paris

Alguns meses após o Armistício de Novembro de 1918, (1 de Janeiro de 1919) reuniu-se a **Conferência de Paz de Paris** com o objectivo de fixar o novo mapa político da Europa e as indemnizações de guerra e de definir as condições de desmilitarização dos países vencidos, de forma a reduzir a sua força militar. Desta conferência resultaria, em Junho de 1919, o **Tratado de Versalhes**, firmado no Palácio dos Espelhos em Versalhes na França, a 28 de Junho de 1918.

A Conferência de Paris reuniu 27 países que tinham participado na guerra ao lado dos aliados, no entanto, as principais decisões couberiam ao "Conselho dos Quatro": Wilson, presidente dos EUA, Lloyd George, Primeiro Ministro da Inglaterra, Clemenceau, Chanceler da França e Orlando (Itália).

Desde o começo, as grandes potências manifestaram sérias contradições em relação à resolução do problema alemão. Para a França, a Alemanha devia ser desarmada e enfraquecida de modo a não constituir, uma séria ameaça à sua integridade. Desta forma, a França exigia anexação de uma República Renana, a restituição da rica bacia hulhífera do Sarre à França, a anexação de outros territórios da Alemanha incluindo as suas colónias e insistia em receber uma indemnização de guerra.

A questão das colónias, resultantes da desagregação do Império Otomano suscitou exacerbados conflitos entre a Inglaterra, que esperava apropriar-se destes territórios e as pequenas potências, que se julgavam no direito histórico daqueles territórios. Porém, a questão das antigas colónias alemãs e turcas acabou por se resolver a favor da Inglaterra e França. Os catorze pontos de Wilson foram simplesmente, ignorados e as potências vencedoras avançaram para a assinatura do Tratado de Paz com a Alemanha em Versalhes. Para além destes pontos foi decidida a

criação da **Sociedade das Nações**, uma ideia do presidente Wilson, dos Estados Unidos.

O Tratado de Paz de Versalhes

A Paz de Versalhes foi presidida pelos presidentes Wilson, dos Estados Unidos, George, da Inglaterra, e Clemenceau, da França. Inviabilizando a paz sem vencedores de Wilson, a França e a Inglaterra consideraram, por este tratado, a Alemanha culpada pela guerra, criando uma série de determinações que visavam enfraquecê-la e desmilitarizá-la.

Entre outros arranjos, estabeleceu-se a devolução de Alsácia e Lorena à França e o acesso da Polónia, ao mar, por uma faixa de terra dentro da Alemanha, que desembocava no porto livre de Danzigue. A Alemanha perdia todas as suas colónias, a artilharia e a aviação e passava a ter um exército limitado a cem mil homens, além de não poder construir navios de guerra. Pelo Tratado, à Alemanha obrigava-se ainda a indemnizar as potências aliadas, pelos danos causados pela guerra, num total de trinta biliões de dólares, valor que foi sendo renegociado nos anos 20, até ser extinto em 1932, na Conferência Internacional de Lausana.

A Alemanha considerou-se traída e injustificada por este Tratado, pois pretendia ver em Versalhes, a materialização da Paz de Wilson, expressa em 14 pontos. Em paralelo a isto, os Estados Unidos

iriam, eles próprios, convocar uma conferência internacional, na qual iriam proceder aos acertos de Versalhes. Foi a conferência de Washington, firmada em 1921.

Por esta razão, no lugar de se resolver a crise nacionalista alemã, ela exacerbou-se até desembocar na criação do Nacional Socialismo de Hitler, na década de 30, e assim conduzir o mundo a um outro conflito, 20 anos depois da sua assinatura.

Criação da Sociedade das Nações

A Sociedade das Nações (SDN), firmada em Abril de 1919, e cuja carta havia sido incorporada no Tratado de Versalhes, propunha-se a manter a paz, independência política dos estados, arbitrar todos os conflitos internacionais para evitar que estes fossem resolvidos por meios militares, lutar por forma a reduzir a intensa corrida aos armamentos, que fora uma das causas do anterior conflito militar; protecção dos interesses das minorias em alusão clara à questão sucedida com as diversas minorias que se encontravam, sobretudo nos impérios centrais, que, de certa forma, serviram de motivação para a eclosão da guerra; promover a cooperação social económica e financeira das nações do mundo, de modo equilibrado e igual, como forma de se proceder ao equilíbrio entre as nações.

As partes contratantes, consideraram que, para desenvolver a cooperação entre as nações e

garantir a paz e a segurança, importava aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra, manter abertas e francas as relações internacionais, fundadas na justiça e na honra e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos tratados, adoptados pelo pacto da Sociedade das Nações.

Apesar de nela fazerem parte a maioria dos países intervenientes na Primeira Guerra Mundial e mais tarde terem-se incorporado a Alemanha em 1926, e a URSS em 1934, a SDN não conseguiu durante os vinte anos da sua existência (de 1919 a 1939), cumprir os objectivos para os quais fora estabelecida. As razões desta limitação podem-se resumir em três aspectos:

- Divergências entre a França e a Inglaterra quanto ao cumprimento integral do Tratado de Versalhes pela Alemanha, pois, a França, por questões económicas e de segurança, assumia, em relação ao seu velho rival, uma posição de extrema intransigência.
- A ausência dos EUA, em virtude de o Senado americano não ter concordado com os pressupostos de Versalhes e acreditar ainda nos 14 pontos de Wilson, como solução única de uma paz na Europa e no mundo, sem provocar ódios e ressentimentos, determinou a gritante falta de recursos financeiros de que a SDN se

ressentiu e a sua transformação em instrumento de defesa dos interesses das potências vencedoras.

- Falta de uma força militar que pudesse intervir a favor da paz internacional e assim arbitrar os conflitos entre as nações. Com isto, os golpes de força tornaram-se prática comum no mundo, perante a impotência da SDN de travar o perigo que eles constituíam. Em consequência disso, em 1939 iria eclodir uma nova guerra com carácter mundial.

As Consequências da Primeira Guerra Mundial

A Europa, que foi o palco dos confrontos da guerra, ficou profundamente devastada em quase todos os aspectos da sua vida. A crise que se instalou depois desta guerra tornou os anos subsequentes, muito penosos, de tal modo que, em todos os domínios da vida, se fizeram sentir os seus efeitos.

A nível demográfico, numerosos mortos e feridos, entre civis e militares eram a maior evidência da guerra, sendo os países com maiores vítimas os directamente envolvidos na guerra. No quadro que se segue são apresentados alguns dados das perdas militares de alguns países beligerantes desta guerra.

PERDAS MILITARES (EM MILHARES DE MORTOS)			
Aliados		Potências centrais	
Inglaterra	744	Alemanha	2000
Itália	750	Áust. Hungria	1543
França	1400		
Rússia	1700	Outros	200
Outros países	670		

A nível social, as condições de vida foram agravadas pela grande crise económica provocada pela inflação. As moedas de quase todos os países europeus perderam o seu peso, o que se reflectiu no agravamento das condições de vida da classe operária. Esta situação levou à emergência de partidos socialistas com tendência de defender os interesses da classe operária, tal como acontecera na Rússia, onde o partido bolchevique tinha dado, em 1917, o poder aos operários.

No fim da guerra, o mapa político europeu foi completamente alterado. Os tratados de paz, firmados pelos vencedores, provocaram o desmembramento dos impérios centrais, que deram lugar a novos países independentes ou então, a perda de parte dos seus

antigos territórios a favor dos vencedores.

O império alemão perdeu a região de Alsácia-Lorena e a região da Prússia Oriental. O império Austro-Húngaro deu lugar à Checoslováquia, Áustria, Hungria, Jugoslávia e à Roménia. O Império Otomano deu lugar, na Europa, ao surgimento da Turquia e de outros países no Médio Oriente. O império Russo, após a Revolução Socialista de Outubro, deu lugar ao surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). (Vê o mapa da página 63).

A nível económico, as despesas militares provocadas pela guerra foram enormes. Fábricas, indústrias, complexos agro-pecuários inteiros foram destruídos, o que levou a Europa, a perder parte considerável dos seus mercados, que foram rapidamente tomados pelos EUA.

Depois desta guerra, os EUA, que eram uma potência sem grande expressão mundial, passaram de devedores a credores das potências europeias. No quadro que segue são apresentadas despesas militares decorrentes da Guerra Mundial.

DESPESAS DA GUERRA (em milhões de dólares)			
Aliados		Potências centrais	
Inglaterra	42	Alemanha	48
França	33	Áustria-Hungria	25
Outros países	45	Outros países	3

A Primeira Guerra Mundial

Cronologia dos principais acontecimentos

	FRENTE OCIDENTAL	FRENTE LESTE	FRENTE BALCÂNICA
1914	Invasão da Bélgica (Agosto). Batalha de Flandres (Outubro) Estabilização da frente (Novembro)	Derrota dos exércitos russos pelas tropas alemães lideradas por Hindenburg (Agosto)	Reconquista de Belgrado.
1915	Entrada da Itália na guerra (Abril) Ofensivas franco-britânicas na Campanha e Artois.	Ofensiva vitoriosa dos alemães desde o mar Báltico até ao rio Deniestre.	Ataque dos alemães no Estreito de Dardanelos. Aniquilamento da Sérvia (Outubro). Desembarque franco-britânico em Salónica.
1916	Guerra de pilhagem. Entrada de Portugal na guerra pelos aliados. Enfraquecimento da ofensiva contra Verdum (Fev./Dezembro)	Contra ofensivas russas.	Entrada da Roménia na guerra pelos aliados. Aniquilamento da Roménia (Dezembro).
1917	Intensificação da guerra submarina; Entrada dos EUA na guerra pelos aliados (Abril)	Revolução burguesa na Rússia (Fevereiro); ruína do exército russo. • Revolução Socialista de Outubro (Outubro).	Entrada da Grécia na guerra pelos aliados (Junho).
1918	Vitória dos aliados em Campanha (Junho). Ofensivas generalizadas dos aliados (Setembro e Outubro). Derrube da Monarquia de Guilherme II na Alemanha e proclamação da República de Weimar (Novembro). Armistício de Copiengue (11 de Novembro).	A Rússia abandona a guerra após o triunfo da Revolução Socialista e assina o Tratado de Brest-Litovski com a Alemanha (Março).	Ofensivas dos aliados contra a Bulgária. Assinatura do armistício entre os aliados e a Áustria-Hungria (Novembro).

QUESTIONÁRIO

1. Lê o texto seguinte e responde:

"Nos finais do século passado, a Inglaterra era indubitavelmente o monstro europeu. Dele dependiam as grandes decisões mundiais, tinha o maior império colonial, era o banqueiro e o industrial do mundo. Porém, nos começos do nosso século, o monstro britânico via a sua opulência ameaçada"

(adaptado)

- a) Que aspectos perturbavam o velho monstro do continente europeu da época?
 - b) Desenha o mapa de África no teu caderno diário e indica as colónias inglesas, francesas e alemãs nos finais do século XIX.
2. Com 174 milhões de súbditos e uma superfície de 21.784.000 Km, o império russo constituía nos finais do século passado e começos do nosso século, um mundo complexo e original, onde estavam juntos o velho e o novo.

O texto transcrito quer referir-se ao facto de:

- A Rússia ser dominada pela burguesia industrial e proprietários agrícolas locais que asseguravam a totalidade da economia nacional.
- A Rússia ser dominada por uma ditadura czarista representada pelas suas mais sugestivas instituições: a igreja, a polícia e o exército.
- Coexistirem no mesmo território duas instituições diferentes: o czarismo e as suas instituições em representação do feudalismo e a nova burguesia apoiada pelo capital francês, que, a pouco e pouco, tomava conta da economia em representação do sistema capitalista.

3. Lê o texto abaixo.

"Se é verdade — escreve Chamberlain — que Jesus foi, não um judeu, mas um loiro ariano, porque não dizer que os germanos estão num cristianismo que lhes pertence? São modelados para o saber, para a cultura, para a civilização. Macerados entre o Império e o Sacerdócio, entre o absolutismo da centralização e da universalidade foram libertados por Lutero desta dupla tirania. Têm por missão, doravante, libertar a ciência do materialismo, criar a vida, autenticamente corporativa, mostrar aos homens esta Presença divina que é imanamente à efémera vida terrestre(...) O pan-germanismo implica, naturalmente, não só a apologia do exército, mas uma teoria da militarização total."

(Vermell, Doctrinários da Revolução alemã)

- a) Que características ideológicas apresenta o império germânico?
- b) De que maneira o pensamento alemão influenciou a política europeia do fim do século passado?
- c) No teu Manual lê o texto sobre "o nacionalismo, origens e manifestações" e responde:
- Que processo levou à eclosão do nacionalismo europeu?
 - Apresente exemplos concretos da manifestação do nacionalismo europeu nos finais do século passado e começos do nosso século.
3. A corrida para África, consumada pela conferência de Berlim em 1885, foi acompanhada por numerosos conflitos entre as potências imperialistas.
- a) Dá alguns exemplos desses conflitos
- b) Que papel tinham as companhias concessionárias no processo de ocupação colonial?
- c) Apresenta as formas de administração adoptadas pelos colonizadores de África e dá exemplos concretos.
4. Se até 1885 a presença europeia em África se confinava às zonas costeiras, a partir deste período quase todo o continente é dominado pelas potências europeias.
- a) Como explicas esta mudança?
- b) Que razões explicam as posições cimeiras da Inglaterra e da França no grupo dos países conquistadores?

Quando os portugueses nos conquistaram há uns anos atrás (eles disseram) que nós tínhamos de pagar impostos, que eram de um xelim por um homem e sua mulher. Depois apanharam raparigas e rapazes e fizeram-nos trabalhar nas obras públicas sem salário nem alimentação. Ultimamente, os homens brancos em Mungari e Nysiwisa têm violado crianças que são demasiado novas para um homem dormir com elas. Muitas delas estavam muito doentes e tiveram de ser mandadas embora. Um cipaio, Nyakatoto, cortou mesmo as partes íntimas da rapariga para poder penetrar.

(Isaacman, 1979 pág. 258)

5. Depois de ler o texto, responde:
- a) Quais foram as causas da resistência de Bárue?
- b) A derrota desta revolta ficou a dever-se:
- Ao apolo prestado pela coroa britânica aos ocupantes portugueses do vale do Zambeze.

- À falta de entendimento entre as dinastias do vale do Zambeze.
 - À fraqueza militar dos exércitos de Bárúè
 - À traição dos Estados Angoni do Sul de Moçambique que apoiaram militarmente os portugueses em troca de dinheiro.
6. A greve dos ferro-portuários de Lourenço Marques em 1917, considerada o primeiro maior levantamento proletário da capital desta colónia, pode ser explicada :
- Pelo triunfo da Revolução de Outubro na Rússia.
 - Pelo desejo do operariado de tomar conta do poder político até então assumido por Portugal.
 - Pela situação crítica provocada pela 1ª Guerra Mundial que se manifestou pela carestia de vida, acompanhada pela inflação do escudo português.
 - Pela exigência da melhoria das condições de vida e de trabalho por parte da classe operária de Lourenço Marques.

7. Lê o texto a seguir apresentado e responde às perguntas:

A "Colour bar" nas minas assentava em três directivas principais:

- a) *O sistema da máxima média*, isto é, o controlo dos salários dos trabalhadores africanos de modo a não exceder um máximo muito baixo, previamente calculado e acordado entre os proprietários das minas (...) a média máxima do salário dos africanos, por unidade, era de dois shillings e três dinheiros, com a aplicação de uma multa à companhia que excedesse este valor.
- b) *O monopólio de recrutamento que não permitia a livre concorrência da força de trabalho negra*. Para quotização dos trabalhadores negros e sua distribuição pelas companhias mineiras havia um acordo que delegava esta tarefa às agências de recrutamento: a WENELA, para África Oriental portuguesa e a Native Recruiting Corporation para a África Austral Britânica.
- c) *Medidas de trabalho servil*, conjunto de normas, tais como a obrigatoriedade de habitação em compounds, para fragmentar a força de trabalho e permitir o pagamento de um salário muito baixo.

(Departamento de História, Manual da 10ª Classe, 1980, pág. 43)

- a) A "colour bar" estabelecida na África do Sul tinha por objectivos:
 - Melhorar a situação da classe trabalhadora negra através da regulamentação das leis de trabalho.

- Permitir o fornecimento de emprego aos trabalhadores do Sul de Moçambique então integrados no sistema regional.
 - Beneficiar os proprietários das minas através do pagamento de salários baixos aos trabalhadores negros maioritariamente imigrantes.
- b) Por que razão no governo de Smuts a câmara das minas decidiu substituir a mão-de-obra branca pela mão-de-obra negra?
- c) Explica a razão que fez com que na União Sul africana o movimento operário fosse representado maioritariamente pelas revoltas do operariado branco.
8. O demônio do racismo, as aberrações das contendas Xhosa-Fingo, a animosidade existente entre os Zulu e os Tonga, entre os basutho e todos os outros devem ser enterrados e esquecidos. Somos um só povo. Estas divisões e estas invejas são a causa de todas as desgraças, do nosso atraso e ignorâncias actuais .”
- (P. Seme, 1911)
- a) A partir do texto de P. Seme apresente as causas do fracasso do movimento nacionalista negro na África do Sul.
- b) Que diferenças encontras entre o ANC e os restantes movimentos nacionalistas da época?
9. O neocolonialismo inglês do fim do século XIX encontrou na China e na Índia amplos mercados para exploração. A Índia passou a importar grande quantidade de tecido de algodão, principal produto de exportação da Grã-Bretanha. Na China, quase metade das importações, em 1870, era do ópio fornecido pelos ingleses. Essa penetração estrangeira suscitou a reacção desses povos, como se depreende das revoltas:
- dos Bóeres na Índia e Taiping na China
 - dos Cipayos na Índia e dos Bauxeres na China
 - da Manchúria na Índia e dos Bóeres na China
 - dos Bauxeres na Índia e dos Cipayos na China
 - de Gandhi na Índia e dos Cipayos na China

10. Atente aos textos seguintes

Texto 1

O Big Stick

O Corolário Roosevelt inaugurou a política do Big Stick (grande porrete), sintetizada pela frase do presidente Theodore Roosevelt, referindo-se às relações com a América Latina: "Devemos falar macio, mas carregar um grande porrete". Esta política resultou em diversas intervenções militares realizadas em países da América Latina, garantindo aos Estados Unidos a manutenção de investimentos e interesses políticos ameaçados.

C. Vicentino, 1991, pág. 240

Texto 2

Pobre México! Tão longe de Deus
e tão perto dos Estados Unidos

*(Desabafo de um Bispo
Mexicano)*

- a) Faz uma análise comparativa dos dois textos.
- b) A "big stick policy", estabelecida nos EUA nos começos do século XX, constituía:
- Uma reforma ampla do sistema policial, a fim de melhor reprimir as revoltas negras.
 - Uma política interna com a qual se pretendia corrigir os excessos do sistema federativo americano.
 - Uma política externa com a qual se pretendia reservar o direito de intervir na América Latina.
- c) Apresenta exemplos da actuação dos Estados Unidos no México, que fundamentem o desabafo do clérigo mexicano.

10. Caracteriza a situação internacional revelada pelos 4 documentos a seguir indicados.

Os antecedentes da 1ª Guerra Mundial

Doc. 1

As colónias são para os países ricos uma colocação de capitais das mais vantajosas. A política de expansão colonial inspirou-se numa verdade para a qual é preciso chamar por momento a vossa atenção: uma marinha como a nossa não pode passar à superfície dos mares sem abrigos sólidos, sem protecções e sem centros de abastecimento.

Senhores, na Europa de hoje, nesta concorrência de tantos rivais que vemos crescer à nossa volta, a política de não intervenção é simplesmente o caminho da decadência

(J. Ferry, primeiro Ministro francês. Discurso de 28 de Julho de 1885)

Doc. 2

Sim, eu creio nesta raça, a maior das raças dominantes que o mundo conheceu, nesta raça anglo-saxónica, orgulhosa e tenaz, confiante em si própria, resulta, que nenhum clima ou mudança pode abastardar e que, infalivelmente, será a força predominante da futura história da civilização. E eu creio no futuro deste império grande como o mundo, de que um inglês não pode falar sem nenhum arepio de entusiasmo.

(Chamberlain, Londres, 1895)

Doc. 3

Podemos afirmar que, no mundo moderno, os franceses são ainda os lídimos, e talvez os únicos, representantes da raça cavalheiresca, e que os Alemães são os lídimos representantes, talvez os únicos da raça dos dominadores. É por isso que nós acreditamos que todo o mundo está interessado na resistência da França às invasões alemãs e que, se nós perecermos, todo o mundo perecerá connosco, o que significa que morrerá a liberdade.

Péguy, Notre Patrie, 1905)

Doc. 4

O desenvolvimento que a frota alemã está a atingir é inquietante. As características da frota alemã mostram que foi construída tendo em vista uma acção agressiva e ofensiva de maior envergadura no mar do Norte ou no Atlântico Norte.

(W. Churchill, 1912)

11. De onde vinha a insuperável rivalidade entre a França e a Alemanha?
12. Que países formaram a Tríplice Aliança em 1886 e a Tríplice Entente em 1907?
13. "Com a morte de Francisco Fernando, herdeiro do trono Austro-Húngaro, o Chanceler alemão escreve: *Agora ou nunca*. E com este acontecimento iniciou a 1ª Guerra Mundial".
 - a) Achas que esta foi a principal causa desta guerra? Porquê?
 - b) A 1ª Guerra Mundial teve como factor principal a competição económica entre potências industriais europeias, o qual se apresentou sob forma de rivalidades político-diplomáticas. Nesse sentido opunham-se:
 - Alemanha e Áustria; Inglaterra e Alemanha; Rússia e França; Alemanha e Rússia; Roménia e Alemanha.
14. O documento abaixo transcrito refere-se às leis militares estabelecidas na Europa nos começos do século.

As leis militares

Alemanha

- O Estado-Maior tinha já feito votar, em Março de 1911 e em Junho de 1912, os créditos necessários para completar os efectivos e para aumentar o número das formações técnicas.
- Nova lei militar de 3 de Julho de 1913: de 623.000 homens, as forças alemãs do tempo de paz devem passar imediatamente a 761.000 homens (oficiais não incluídos) e atingir 820.000 homens em Outubro de 1914.

Áustria-Hungria

- Junho de 1912: modificação da duração do serviço activo (três anos para as armas especializadas, 2 para a infantaria e artilharia), aumento de efectivos do tempo de paz (o contingente anual do exército imperial passa de 103.000 a 210.000 homens).

França

- O estado-Maior reclama a instauração da lei de três anos. O projecto é aceite pelo governo e votado em Agosto de 1913, apesar da oposição dos socialistas e de uma parte dos radicais.

Inglaterra

— Todo o seu esforço voltava-se para a marinha e para o exército colonial. Em 1911 e 1912 a preocupação era a da criação de um grande exército nacional. Para preparar a opinião, a National Service League faz campanha por um serviço militar de curta duração, mas obrigatório. A opinião, no seu conjunto, permanece hostil ao recenseamento militar. Por isso, tenta-se estabelecer uma colaboração mais estreita com os domínios para o caso de conflito.

- a) Por que razão os países europeus procederam deste modo?
- b) Que implicações teve este procedimento para a paz na Europa?

14. Atenta nos documentos seguintes:

Os acordos de paz e o fim da 1ª Guerra Mundial

Os catorze pontos de Wilson (resumo)

1º Fim da diplomacia secreta; 2º liberdade de navegação em todos os mares; 3º fim das barreiras económicas que impediam o comércio livre entre diversos povos; 4º desarmamento, depois de um período de redução dos armamentos existentes; 5º fim do imperialismo colonial, por uma solução adequada das questões resultantes da existência de populações submetidas, fora da Europa; 6º libertação da Rússia ocupada por forças estrangeiras (alemãs) e criação de um governo escolhido pelo povo russo; 7º restauração da Bélgica e sua soberania e independência; 8º devolução à França da Alsácia e Lorena; 9º reajustamento das fronteiras italianas; 10º independência das populações submetidas no antigo Império Otomano (países árabes) e internacionalização dos estreitos; 13º criação de uma Polónia independente com livre acesso ao mar; 14º criação de

O Tratado de Versalhes

Art. 42 — É proibido à Alemanha manter ou construir fortificações, tanto na margem esquerda como na margem direita do Reno, a ocidente da linha traçada a 50 km a leste daquele rio.

Art. 43 — São igualmente proibidas, na zona definida no artigo anterior, a conservação e a concentração de forças armadas a título permanente ou temporário (...)

Art. 51 — Os territórios cedidos à Alemanha em virtude dos preliminares de paz assinados e Versalhes em 26 de Fevereiro de 1918 e do tratado de Francoforte de 10 de Maio de 1871 são reintegrados na soberania francesa (...)

Art. 80 — A Alemanha reconhece e respeitará estritamente a independência da Áustria (...)

Art. 81 — A Alemanha reconhece (...) a completa independência

uma sociedade das nações cuja missão consistiria em salvaguardar a paz, assegurar a cooperação pacífica dos povos e preparar o mais depressa possível, o seu desarmamento.

do Estado Checoslovaco que compre-enderá o território autónomo dos Sudetas ao sul dos Cárpatos (...)

Art. 87 — A Alemanha renuncia, a favor das principais potências aliadas e associadas, a todos os seus direitos e títulos sobre as possessões ultramarinas (*colónias*)

Textos extraídos de Neves, P. e Outros, *A descoberta da História*, pág. 430

a) Por que razão as potências europeias recusaram o documento apresentado pelo presidente norte-americano?

Versalhes. justifica a seguinte afirmação:

b) Partindo do texto sobre a Paz de

“O tratado de Versalhes contribuiu para a eclosão de um novo conflito de escala mundial”

(...) **Artigo 8** — Os membros da SDN reconhecem que a manutenção da paz exige a redução dos armamentos nacionais (...)

Artigo 10 — Os membros da SDN obrigam-se a respeitar e manter contra toda a agressão exterior, a integridade territorial e a independência política presente de todos os seus membros (...)

Artigo 22 — As Colónias territoriais que, em consequência da guerra, deixaram de estar sob tutela dos Estados que os governavam precedentemente, passam para as potências mais adelantadas na qualidade de mandatárias da SDN.

Artigo 23 — Os membros da SDN adoptarão as disposições necessárias para assegurar a liberdade das comunicações e do trânsito (...)

14. “Com a morte de Francisco Ferdinando, herdeiro do trono Austro-Húngaro, o Chanceler alemão escreve: *Agora ou nunca*. E com este acontecimento iniciou a 1ª Guerra Mundial”.

a) Achas que esta foi a principal causa desta guerra? Porquê?

b) A 1ª Guerra Mundial teve como factor principal a competição económica entre potências industriais europeias, o qual se apresentou sob forma de rivalidades político-diplomáticas. Nesse sentido opunham-se:

- Alemanha e Áustria; Inglaterra e Alemanha; Rússia e França; Alemanha e Rússia; Roménia e Alemanha.

15. O documento abaixo transcrito refere-se às leis militares estabelecidas na Europa nos começos do século.

(...) "o impetuoso desenvolvimento do imperialismo alemão, numa época em que já tinham sido tomadas as principais posições

económicas mundiais, exasperadas"

16. Analisa o texto anterior.

- a) Que objectivos tinha o órgão referido pelo documento?
- b) Terá ele cumprido com os propósitos para que foi criado? Justifica a tua resposta.
- c) Apresenta exemplos concretos da aplicação dos artigos 22 e 23.

CAPÍTULO II

A Revolução Socialista de Outubro na Rússia

situação da Rússia entre 1905 e 1917

A Revolução de 1905-1907

Em Janeiro de 1904, rebentou a guerra Russo-Japonesa pelo domínio da Manchúria chinesa e da Coreia no Extremo Oriente. O exército russo, mal equipado e dirigido, sofreu uma pesada derrota, acarretando uma grave crise para o governo czarista. A Revolução de 1905 iria nascer desta derrota que agravou a vida dos operários, pois a comida faltou e as poucas liberdades concedidas pelo governo czarista foram severamente canceladas.

Face à crise, no dia 22 de Janeiro (domingo), dezenas de milhares de operários marcharam pacificamente rumo ao palácio de inverno para entregar uma petição ao governo czarista, donde se reivindicava entre outras coisas, a suspensão das multas, a melhoria das condições de trabalho dos operários, o aumento salarial, o direito à greve, a igualdade perante a lei e a amnistia aos presos políticos. Estas reivindicações eram já prática comum na Europa Ocidental, mas no Império Russo, elas ainda não eram aceites.

Perante esta ameaça de reduzir os poderes do Czar, este ordenou que os manifestantes pacifistas fossem recebidos a tiro pela sua guarda palaciana. O massacre fez mais de mil mortos e dezenas de

milhares de feridos. Desta forma o dia 22 de Janeiro foi considerado Domingo Sangrento ou Domingo Vermelho. As transformações que se operaram até 1907, constituíram a Revolução de 1905-1907.

Apesar deste massacre, a leitura feita por V. Lênine mostra que a manifestação foi positiva para os efeitos que os operários russos desejavam, uma vez que, com ele o Czar fez uma série de concessões democráticas, permitindo a criação de partidos políticos, as liberdades cívicas de expressão e individuais, o que abriu caminho para a criação de partidos burgueses que iriam dirigir a Revolução burguesa na Rússia.

A Revolução burguesa de Fevereiro de 1917 na Rússia

A Revolução burguesa na Rússia não se pode dissociar dos acontecimentos europeus do período da guerra, pois essa Revolução foi preparada e executada devido aos resultados da Rússia na frente de batalha, como veremos a seguir.

A Rússia entrou na guerra com dois objectivos fundamentais: a nível interno, a guerra devia favorecer a repressão contra a oposição e levar o povo a cerrar fileiras atrás do Czar em defesa da

pátria ameaçada pelo eterno e velho rival germânico. A nível externo, a guerra devia impedir o império Austro-Húngaro de dominar a península balcânica, aniquilando a Sérvia.

Ela esperava consolidar desse modo a sua própria influência sobre os estados eslavos dos Balcãs. Por outro lado, pretendia realizar o velho sonho que consistia na tomada de Constantinopla e dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos, que lhe permitiam a livre passagem do mar Negro ao mar Mediterrâneo e deste para o oceano mundial. Porém, a debilidade econômica do império e a inferioridade estratégica e tática do exército conduziu a sucessivas derrotas logo a partir de Agosto de 1914.

Todo o peso da guerra e do descalabro por ela causada recaiu sobre os ombros dos trabalhadores, o que desgostou a burguesia que preparou a Revolução para derrubar o Czar e estabelecer um governo mais competente e capaz de dar boa sequência à guerra. Assim, a 27 de Fevereiro (12 de Março pelo novo calendário), o Czar foi deposto e foi substituído pelo seu filho Nicolau III e estabeleceu-se um governo provisório liderado pela Duma (partido burguês) e pela classe operária representada pelo partido Menchevique representante, da ala direita do movimento operário. Assim, o partido Bolchevique (ala da esquerda) foi ignorado neste governo democrático burguês de Fevereiro de 1917.

A DUALIDADE DE PODERES

A questão fundamental de todas as revoluções é a questão do poder. A revolução de Fevereiro resolveu-a de modo extremamente contraditório. Por um lado, emergiu um poder democrático-revolucionário da classe operária representada pelos soviets, basicamente representada pelos mencheviques e social democráticas de ideias burguesas. Por outro lado, surgiu o poder da Duma, que representava a burguesia e, assim, encontramos na Rússia uma dualidade de poderes.

Os operários que foram os verdadeiros obreiros da revolução foram esquecidos do poder. Como foi isto possível? Aconteceu devido a falta de maturidade política das massas que levou estas a não tomarem conta do poder e a aceitarem as promessas demagógicas dos mencheviques.

(Datsiuk, História da URSS, pág. 178)

Da Revolução democrática à Revolução socialista

Com a Revolução Democrática-burguesa de Fevereiro de 1917, os problemas que levaram o povo a destituir o Czar continuavam de pé. A Rússia mantinha-se na Primeira Guerra Mundial. Os problemas da administração do território continuavam intactos; não se resolveu o problema das nações submetidas ao império; não se resolveu o problema dos camponeses e a terra continuava propriedade de privilegiados; a fome mantinha-se e as reivindicações dos operários foram recusadas (jornada de oito horas diárias).

Esta situação fez com que eclodisse um vasto movimento contra a guerra e contra o governo provisório instituído liderado pelos

Bolcheviques. Vladmir I. Lênine, líder dos bolcheviques exilado na Suíça, iniciou na clandestinidade os preparativos do derrube do governo provisório. Através das "cartas de longe" ele apelava para a **transformação da Revolução burguesa em Revolução socialista** para entregar o poder ao povo trabalhador russo.

Em Abril de 1917, Lênine abandona a clandestinidade e regressa à sua pátria à luz das liberdades burguesas estabelecidas após a Revolução de Fevereiro. Ao chegar à Rússia ele reúne-se com os seus compatriotas bolchevistas e toma importantes decisões conhecidas por **Teses de Abril**. De um modo geral as teses de Abril apelavam à insurreição contra o governo provisório e a não cooperação com este.

AS TESES DE ABRIL

1. Nenhuma concessão ao governo provisório de Lvov e C^a., em vertude do carácter capitalista deste.
2. Transição da Revolução burguesa (primeira etapa) que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, para a sua segunda etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato.
3. Nenhum apoio ao governo provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo a da renúncia às anexações. Desmascaramento em vez da exigência inadmissível e semeadora de ilusões de que este governo, governo de capitalistas, deixe de ser imperialista.
4. Não uma república parlamentar, mas a uma república de soviets, de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo o país, desde baixo até acima.
5. No programa agrário, transferir o centro de gravidade para os Sovietes de deputados assalariados agrícolas. Nacionalizar todas as terras do país, dispondo da terra os Sovietes de deputados de camponeses pobres.
6. Fusão imediata de todos os bancos do país num banco nacional único e introdução do controlo por parte dos Sovietes de deputados operários.

(adaptado de Lênine, Obras Escolhidas Vol. 2, pág. 12-16)

A crise de Julho e o fim das liberdades democráticas do governo provisório

A vitória da burguesia na Revolução de Fevereiro não alterou a situação na frente de batalha. Com efeito a 13 de Julho de 1917, os alemães contrataram e chegam às portas de Petrogrado (a capital), agravando a já crítica situação social do império.

Os bolcheviques aproveitam a situação para intensificar a mobilização popular para o derrube da burguesia. São organizadas marchas e manifestações, exigindo o fim da guerra.

A situação social deplorável em que se encontrava a Rússia obrigou à tomada de medidas severas pelo governo provisório, entre estas destaca-se o cancelamento das liberdades democráticas instituídas em Fevereiro, o que permitiu a perseguição dos bolcheviques e seus líderes. Lênine teve que se exilar em Zináviev para fugir à perseguição que lhe era movida.

O governo provisório foi remodelado e o general Kérenski foi indigitado para governar o país e orientado pelas potências ocidentais a governar o país com "pulso de ferro".

A Revolução Socialista em Petrogrado e as medidas socialistas

A situação catastrófica em que se encontrava o governo provisório a partir de Julho fez com que as condições para o seu derrube se

estabelecessem. Os bolcheviques aproveitaram a oportunidade para tomar o poder.

Em Petrogrado, os Bolcheviques instituem a palavra de ordem "O poder aos sovietes (comités de operários)" e os trabalhadores são mobilizados para a luta. Dados os compromissos firmados no âmbito da Entente Cordiale, as potências capitalistas correm em socorro do governo burguês russo que é instruído para tomar medidas enérgicas nas forças armadas, onde as deserções eram avultadas.

Os bolcheviques preparavam-se intensamente para a insurreição, criando a guarda vermelha e reforçando a direcção que passou a ser composta por Lênine, Bucarino, Estaline, Sverdlov e Dzerzinski.

Em princípios de Outubro a situação na Rússia era penosa: a nível interno, a fome atingiu regiões inteiras do país, os camponeses reclamavam a reforma agrária e os povos reclamavam a sua autodeterminação; a nível externo os alemães ameaçavam ocupar Petrogrado.

A 24 de Outubro (6 de Novembro pelo novo calendário) os bolcheviques iniciam a insurreição, tomando sem oposição pontos estratégicos da cidade de Petrogrado, faltando apenas o Palácio de Inverno, sede do governo provisório.

A 25 de Outubro pelo velho calendário Russo e 7 de Novembro pelo novo, a uma hora e trinta minutos da manhã, o "Cruzeiro Aurora" iniciou o bombardeamento

do Palácio de Inverno, pondo termo ao governo burguês e marcando

o triunfo da Revolução Socialista de Outubro.

O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO

A história da humanidade conheceu muitas revoluções. No entanto, nenhuma delas pode ser comparada com a revolução socialista de Outubro, nenhum acontecimento pode ser comparado pela força de influência sobre países e todos os povos e pelas gigantescas mudanças no destino dos povos por ela produzidas. Com a vitória da revolução socialista de Outubro, o mundo dividiu-se em dois sistemas sociais opostos, o Socialismo e o Capitalismo.

A grande Revolução de Outubro mostrou o caminho para que a humanidade devia seguir para acabar com o capitalismo e as desgraças que causa ao povo trabalhador do mundo inteiro. Ela despertou os movimentos de libertação na Ásia, África e América Latina.

Saboév, História da Grande Revolução Socialista de Outubro, pág. 7

Rússia após a Revolução Socialista

A Revolução socialista de Outubro inaugurou uma nova etapa na evolução da Humanidade e com ela o mundo passou a dividir-se em dois mundos: o mundo ocidental, fiel às tradições seculares da Europa; e o oriente, onde 1/6 da superfície do globo iniciava um sistema até então desconhecido.

Em 1919, ninguém previa que o regime comunista instalado se consolidasse na Rússia e que a sua duração, a sua influência e as suas repercussões se fizessem sentir e criassem uma divisão profunda e insanável até à década de 90. Este aspecto fez com que a Europa Ocidental, cedo se virasse contra o novo regime e por instantes se esquecesse das rivalidades entre vencedores e vencidos da guerra.

Porém, as transformações na Rússia não se fizeram esperar. Sob

direcção de Lênine, a velha Rússia dos czares foi substituída pela nova Rússia dos soviets, operários, soldados e camponeses. A nova Rússia até mudou de designação, passando a chamar-se União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o seu mecanismo sócio-político assentou nos soviets (assembleias) desde a aldeia, vila, cidade, província até ao soviete supremo, órgão máximo do estado soviético.

A expressão política do novo estado assentou na **Ditadura do Proletariado** a qual excluía a existência de classes e assumia a direcção do estado para executar as aspirações dos trabalhadores. A nível económico, o regime de operários e camponeses estabeleceu reformas socialistas. Decretou o controlo operário da produção e distribuição, nacionalizou a grande indústria, a banca e caminhos de ferro. A terra passou

para as mãos dos camponeses pela reforma agrária. Os povos outrora subjugados pelo czarismo passaram a dispor de si mesmos aderiram à federação russa e criaram a URSS (vê formação da URSS). A educação, saúde e desporto tomaram um carácter massivo e gratuito.

A nível da política externa, o conselho dos comissários do povo presidido por Lénine e composto por antigos militares comunistas: Ryskov (interior), Trotsky (negócios estrangeiros), Estaline (nacionalidades) Lumacharski (instrução) e Panlattkov (finanças), decidiu negociar com a Alemanha o ditktal de Brest Ltovsk que punha termo à guerra entre os dois países, ficando a Alemanha com parte do território Russo. Para Lénine este tratado correspondia a uma necessidade urgente e impreterível para a reconstrução da Rússia devastada pela guerra.

A Rússia de 1917 a 1923

Lénine e a Nova Política Económica (NEP)

As medidas decretadas pelo estado soviético suscitaram a ira da burguesia local, que se lançou numa grande guerra civil contra o novo poder instituído. Apoiados pelas potências ocidentais, os russos brancos (mencheviques) iniciaram uma guerra civil sangrenta que termina em 1921 e vencida pelos russos vermelhos (bolcheviques).

Durante esta guerra, o governo de Lénine adoptou como política

económica o comunismo de guerra, caracterizado pela centralização da produção e pela eliminação da economia de mercado. O principal objectivo da nova política era de conseguir recursos para enfrentar o cerco internacional e a guerra contra os russos brancos e seus aliados.

Apesar da vitória dos bolcheviques em 1921, a economia do país encontrava-se arruinada e o governo confrontava-se com revoltas dos camponeses e dos operários. Lénine estabeleceu então a NEP (Nova Política Económica), baseada num planeamento estatal sobre a economia, combinando métodos capitalistas e socialistas. A fim de evitar o colapso da economia no fim da guerra civil, a NEP estimulava a pequena produção privada, o pequeno comércio e a livre circulação de produtos pelos camponeses nos mercados, motivando dessa forma a produção e o abastecimento. Lénine justificava as suas medidas "capitalistas" alegando que estava a dar "um passo para trás e dois passos para frente", por outras palavras, ele pretendia com as medidas capitalistas fortalecer a economia e arrancar para a instauração de um estado socialista.

A NEP durou até 1928, obtendo a recuperação parcial da economia soviética e a revitalização de alguns sectores fundamentais da economia nacional, fazendo crescer a produção industrial, agrícola e comercial.

A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

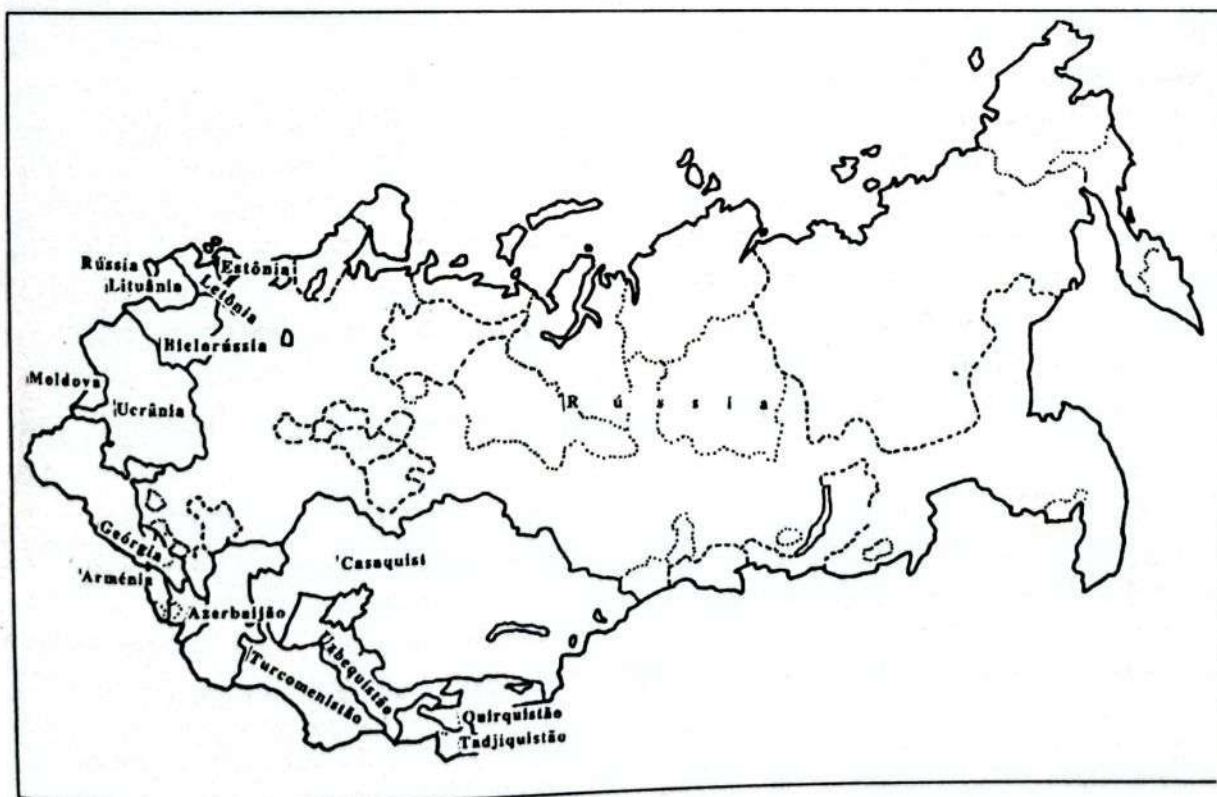
Em 1918, após o triunfo da Revolução foi instituída a primeira constituição da República Socialista Federativa da Rússia (RSFR). A aliança militar, económica e diplomática existente entre a RSFR e outros estados então submetidos ao Império Russo, suscitou a necessidade de acções coordenadas noutras esferas. Lénine aprovou o princípio de um novo estado federal baseado na igualdade de direitos, onde alguns dos estados renunciavam a favor da federação a política externa, a planificação da economia nacional e defesa, mantendo autonomia na educação, saúde pública e segurança social.

Em Janeiro de 1924, foi ratificada

a base da constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) elaborada pelo congresso das delegações dos soviets das Repúblicas da Rússia, Ucrânia, Bielo Rússia e da Federação da Transcaucásia (Azerbaijão, Arménia e Geórgia).

A partir deste embrião foram-se agregando outras repúblicas até então independentes, tais como: Koresn (1923), Bukara (1924), Uzbequistão e Turqueménia (1925), Kazákia e Kirguize (1936) e em 1940, já em plena II Guerra Mundial, as Repúblicas Bálticas da Moldávia, Letónia, Lituânia e Estónia.

Com a formação da União Soviética, parte do leste europeu unia as suas forças e constituía o primeiro baluarte daquilo que seria o mundo socialista do leste europeu, após a II Guerra Mundial.



MAPA 9 — A Comunidade de Estados Independentes — C. E. I. (antiga URSS)

A Rússia de 1924 à Segunda Guerra Mundial

O regime de Estaline e os planos quinquenais

A morte de Lênine a 21 de Janeiro de 1924 deixou o Estado soviético sob direcção de Trotsky e Estaline. Trotsky era partidário da expansão do socialismo para outras partes do mundo e Estaline defendia a fortificação do socialismo dentro da Rússia. As ideias de Estaline vigoraram e rapidamente instituiu uma política ditatorial, tendo eliminado fisicamente os seus rivais ideológicos incluindo Leão Trotsky.

A nível económico Estaline iniciou uma política de socialização total e a NEP foi abandonada, tendo em seu lugar se instituído planos quinquenais elaborados pela GOSPLAN, órgão central de planificação, que visavam a transformação da União Soviética num estado socialista forte, moderno e industrializado.

Com o primeiro plano quinquenal (1928-1933) notou-se um crescimento significativo da indústria sobretudo a indústria pesada (siderurgia, maquinaria, etc.). No campo rural foi instituída

a socialização agrícola e criadas grandes empresas estatais, os Sovkhozes e as cooperativas dos camponeses Kolkhozes. No fim do primeiro plano a economia da União Soviética havia crescido significativamente e a indústria tinha globalmente crescido quatro vezes relativamente a 1928. O terceiro plano quinquenal que visava desenvolver a indústria química, especialmente, não chegou a surtir efeitos devido à eclosão da II Guerra Mundial (1939).

A nível da política externa, o plano visava o apoio dos partidos comunistas internacionais (Komin-tern). Ganhou o reconhecimento dos países capitalistas com quem passou a ter uma relativa harmonia de convivência. Os conflitos da década de trinta suscitados pela ascensão dos partidos nazi-fascistas levaram à participação activa da União Soviética na política internacional.

A nível da política interna, Estaline estabeleceu uma dura perseguição aos seus opositores e através da polícia política KGB, muitos antigos líderes da Revolução socialista foram eliminados, como foram os casos de Kamenev e Leão Trotsky.

O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-POLÍTICO DE ALGUNS PAÍSES EUROPEUS DEPOIS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O movimento operário contra a política de guerra na Alemanha

A derrota da Alemanha na frente ocidental, em Agosto de 1918, agravou a situação deplorável em

que se encontrava o operariado e o povo alemão em geral, e, assim, precipitou a **Revolução de**

Novembro de 1918, uma revolta iniciada a 3 de Novembro em Kiel por marinheiros e soldados. Nos dias subsequentes as revoltas estenderam-se a outras regiões como Hamburgo, Brema, Lípsia, Estugarda, etc.. A 9 de Novembro a Revolução triunfou em Berlim e o Kaiser Guilherme II abandonou a família e refugiou-se na Holanda, dando fim ao domínio dos Hohenzollern e inaugurando a era da República com uma **constituição de Weimar**.

A Revolução de Novembro teve um carácter burguês e com o seu triunfo foi levantado o estado de guerra. Proclamaram-se as liberdades democráticas, decretou-se a amnistia dos presos políticos e instaurou-se o dia de trabalho de 8 horas. Apesar de democrático, o novo governo confrontava-se com os operários cuja força tinha permitido o derrube de Guilherme e apoiou abertamente a burguesia e os "Junkers" alemães. É exemplo disso o Acordo secreto firmado com

os militares para desarmar os operários e a perseguição e encarceramento dos seus dirigentes. Depois do movimento de 5 de Janeiro de 1919, levado a cabo pelos operários, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram cruelmente executados.

A Revolução de Novembro permitiu o derrube do Kaiser, o que permitiu à Alemanha o abandono da guerra e a assinatura do armistício de Copiengue. Por outro lado, a Revolução de Novembro instituiu um regime democrático burguês e ao mesmo tempo mostrou os reflexos da Revolução de Outubro na Europa Ocidental.

Durante os anos que se seguiram, o governo democrático esbarrou-se com vários problemas que acabaram com a sua destituição em 1934. Estes problemas relacionaram-se com a crise económica mundial e o aparecimento de regimes fascistas na Europa e na Alemanha em particular.

O DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos do fim da guerra até 1929

Constituindo um mercado único, com uma grande variedade de produtos e uma população de elementos activos, os Estados Unidos tornaram-se num país essencialmente dinâmico e a nível político eles não tinham nenhum inimigo de quem precisassem de se defender. Não havia nesse país

classes tradicionais, nem castas privilegiadas. Era uma terra onde todos tinham as mesmas probabilidades de triunfar na competição para a conquista da riqueza. O bem estar americano foi favorecido pelas condições que a guerra e as suas consequências geraram.

A CONFERÊNCIA DE WASHINGTON

Terminado o tratado de Versalhes e a partilha da Europa e África pelos vencedores da I Guerra, as potências vencedoras viram a necessidade de partilhar o extremo oriente. Assim, em Novembro de 1921, por iniciativa dos EUA foi convocada em Washington uma conferência de nove potências (EUA, Inglaterra, Japão, França, Itália, Bélgica, Holanda, Portugal e China).

A conferência serviu para os EUA consolidarem o seu poderio no extremo oriente e pacífico e proceder a revisão e acertos de algumas decisões de Versalhes que não eram vantajosas como a livre circulação no Pacífico e o reconhecimento de direitos do Japão sobre a península de Chang-Tong.

As decisões de Washington, tanto do tratado dos nove como do tratado dos cinco sobre limitação do armamento naval, só beneficiaram os Estados Unidos e o Japão.

Adaptado

Dos dois partidos constitucionais, em volta dos quais gravitava a política interna americana, o **Partido Republicano** era, precisamente, aquele em cujas fileiras se recrutava o maior número de homens de negócio e de grandes manipuladores de capitais. A sua subida ao poder em 1920, em substituição do **Partido Democrático**, foi a consagração lógica e normal das aspirações da burguesia e do povo norte americano. Com ele, iniciou a era da prosperidade que durou até à crise de 1929, que tão graves repercussões teve em todo o mundo.

Depois da guerra, e embora Versalhes não lhes tivesse sido favorável, os Estados Unidos possuíam metade da rede ferroviária do mundo, dois terços do número de automóveis existentes e dispunham de uma imensa superioridade em todas as modalidades e formas de produção. As indústrias de

automóveis, de máquinas agrícolas, máquinas de escrever, de calcular, de costura bem como a do cinema eram exploradas praticamente pelo monopólio dos americanos.

Os Estados Unidos estavam igualmente representados por mais de metade da produção mundial. Dominavam a produção de petróleo, carvão, o ferro, o aço, o algodão, o alumínio e o enxofre. Os Estados Unidos também se tornaram nos principais financiadores da Europa e do mundo através da famosa bolsa de valores de *Wall Street* apoiada pela produção em série da *Melton* e *Ford*.

Em 1924, a prosperidade americana conheceu o apoio do presidente **Coolidge** que substituiu **Harding** no poder, cuja política era abertamente de apoio ao empresariado local, através de uma política fiscal virada para a redução da taxa de juro para os novos empreendimentos.

Uma parte da riqueza dos americanos foi transformada em empréstimos, concedidos aos países europeus e, de maneira especial à Alemanha. Os créditos americanos eram aplicados, pelo menos em parte, pelos alemães para pagar as reparações à França e à Grã-Bretanha, que por sua vez pagavam com esse dinheiro as dívidas da guerra aos Estados Unidos. Para os americanos esta prosperidade nunca mais acabaria, porém ela acabou um dia e esse fim arrastou consequências catastróficas para a América e o resto do Mundo que dele passara a depender.

A crise económica mundial 1929-1933

No outono de 1929 estalou nos EUA uma gravíssima crise económica que se alastrou rapidamente pelo resto do mundo e especialmente pela Europa. Essa crise e as suas repercussões (financeiras, políticas, sociais, morais e psicológicas) constituiram o pano de fundo sobre o qual se desenrolaram os acontecimentos que precipitadamente se produziram entre 1930 e 1936.

Sob o ponto de vista das consequências imediatas, todas as actividades se ressentiram, de uma forma decisiva, da rápida evolução do fenómeno, que teve a sua origem nos Estados Unidos e foi, em grande parte provocada por motivos especialmente daquele país. A economia do mundo sofreu

um abalo tão profundo do qual nunca mais se refez.

As finanças, que à custa de sacrifícios incomportáveis se tinham equilibrado ou estabilizado, ficaram irremediavelmente comprometidas. A agricultura conheceu uma fase de ruína quase total. O comércio nacional e internacional e as indústrias viveram um período de franco declínio acompanhado por uma vaga de desemprego sem precedentes. A confiança dos povos no seu destino e das nações no seu futuro ficou irremediavelmente abalada.

A crise abalou igualmente a estrutura social dos estados através do desaparecimento da classe média já enfraquecida pela constante proletarização a que se sujeitou desde o fim da guerra.

Em paralelo a isto, voltou a exacerbar-se o nacionalismo malgrado no conflito de 1914-1918. Não foi por acaso que os anos que coincidiram com o agravamento incessante da crise económica iniciada em 1929, ficaram assinalados por *tempestades políticas e terremotos sociais* em que a autoridade dos regimes totalitários aparece singularmente reforçada e o prestígio dos chefes se consolidou até ao ponto de se tornar o factor determinante, e mesmo o principal factor dos conflitos que então se registaram, tal como aconteceu na Alemanha em 1933.

O papel de Franklin Roosevelt e o "New Deal"

Com a vitória eleitoral do Partido Democrático em 1933, iniciou um período novo na vida americana, caracterizado pela ideia predominante da industrialização posta ao serviço da melhoria da situação dos trabalhadores e da elevação do seu nível de vida.

Para realizar esse objectivo foi necessário aumentar os preços e diminuir a produção, com intervenção directa do estado nas actividades industriais e bancárias, o que levou à criação de grupos financeiros eficientes. O estado comprou ou alugou terras disponíveis, mandou lavar e semear. Realizou importantes obras públicas para acabar com o desemprego, interveio activamente na divisão da riqueza

nacional e na sua aplicação. Para sustentar a crise de superprodução existente, o Estado não hesitou em comprar e destruir stocks de produção.

A adopção destas medidas coube a **Franklin Delano Roosevelt** (1882-1945), membro do partido democrático, eleito presidente dos Estados Unidos em 1933, após vários governos republicanos. Roosevelt inaugurou a chamada "**Nova Era**" (**New Deal**, em inglês). Apesar de protestos da imprensa e outros círculos do poder, que consideravam as medidas do seu plano económico de anticonstitucionais, Roosevelt enfrentou os seus inimigos sem vacilar, os resultados deste plano reconduziram-lhe a quatro mandatos consecutivos, exemplo único da política norte-americana.

OS REGIMES FASCISTAS DA EUROPA

Os regimes totalitários no período entre guerras

O período entre a I Guerra Mundial (1914-1918) e a II Guerra Mundial (1939-1945) foi caracterizado por crises violentas e sérios antagonismos entre as nações.

Estudámos a grande depressão e suas principais consequências, entre elas a mais significativa foi o despertar dos regimes totalitários na Europa capitalista.

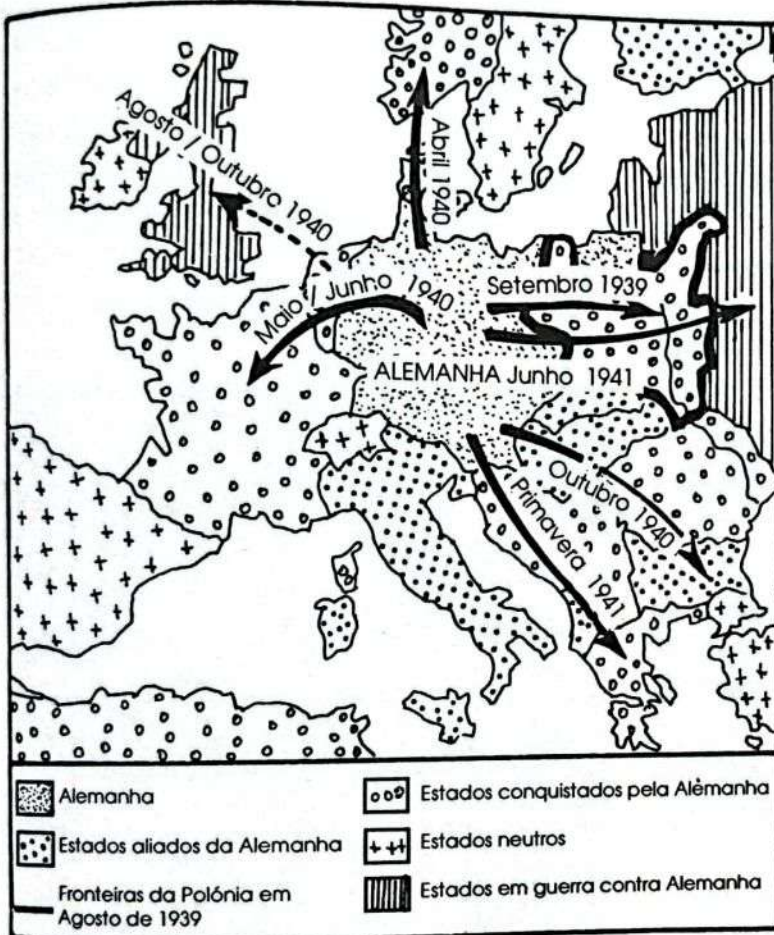
Um dos principais factores para o nascimento dos regimes totalitários foi a difusão do socialismo na Europa, regime este

que os europeus qualificaram de **totalitarismo de esquerda**. Ele propunha a posse colectiva, e não individual dos meios de produção. Por aí se entende como as classes operárias da Europa acolheram com entusiasmo as ideias marxistas, enquanto as classes dirigentes, de formação burguesa e capitalista, viam nelas uma séria ameaça. Portanto, era urgente combatê-las de todas as maneiras.

A crise económica de 1929-1931 colocara em cheque a validade do

chamado **liberalismo económico**, ou a livre iniciativa dos particulares quanto ao emprego do seu dinheiro. Daí a facilidade com que caminhavam as ideias e se organizavam os movimentos de oposição radical ao Estado liberal

e não intervencionista. A nova política (mais tarde rotulada de **totalitarismo de direita** ou **reaccionarismo**) propunham-se a eliminar rapidamente os problemas económicos e sociais vigentes.



MAPA 10 — A Europa no fim da I Guerra Mundial (os países fascistas e não fascistas)

O FASCISMO NA ITÁLIA

Itália após a I Guerra Mundial

A Itália entrou para a guerra, tal como outras potências, para se apoderar de algumas possessões coloniais, uma vez não as tendo conseguido durante a partilha colonial, por se ter unificado tardiamente. Porém, nem mesmo a sua mudança táctica e o apoio ao bloco dos aliados puderam

satisfazer os seus propósitos. Os italianos, apesar de terem perdido 650.000 dos seus compatriotas e terem visto a região da Veneza arrasada pela fúria alemã, não receberam em Versalhes qualquer recompensa.

A situação económico-social do país era precária devido à

guerra. A moeda encontrava-se fortemente desvalorizada, a inflação fustigava a economia. O desemprego, o aumento da dívida externa, as greves dos operários que chegavam ao extremo de ocupar

fábricas, as revoltas dos camponeses que até ousavam ocupar as grandes propriedades, influenciados pelas reformas da Rússia, caracterizavam a Itália do pós-guerra.

O surgimento do Partido Fascista

O quadro desolador do país exaltou o nacionalismo italiano uma vez que o poder político instituído se mostrava incapaz de sustentar a crise. Os dirigentes burgueses, apavorados com a ameaça comunista, apoiaram deliberadamente os partidos que prometiam sustentar um regime autoritário capaz de repor a ordem no país. Este movimento foi encontrado no **Partido Fascista**.

Referido desde 1914, o partido fascista italiano ganhou expressão com a subida de **Benito Mussolini** (1883-1945) à sua direcção. Oriundo de uma família pobre, Mussolini foi antes adepto de ideias socialistas e dirigiu o jornal *Avanti*, de ideias socialistas. Porém, em 1914 mudou radicalmente de ideia e fundou o jornal *Il Popolo d'Italia* e passou a defender a participação da Itália na Guerra Mundial, na qual ele foi combatente. Em 1919 retornou à Itália e retomou o seu jornal, e através dele, defendeu os ex-combatentes desempregados, as reformas sociais e um Estado forte contra a corrupção vigente.

O partido fascista de Mussolini contava nas suas fileiras com elementos de todas as tendências, anarquistas, sindicalistas, nacionalistas ex-combatentes etc. Os

membros deste partido eram conhecidos por **camisas negras** (por se vestirem de preto em sinal de luto da Itália). O seu movimento era baseado no terror e foi usado para reprimir manifestações populares, sobretudo de esquerda.



Fig. 5 — Benito Mussolini .

A tomada do poder pelos fascistas e as medidas tomadas

A demagogia de Mussolini arrastava para junto de si numerosos populares aos seus comícios, e nessa altura a grande burguesia

industrial e os grandes proprietários rurais viam nele a única possibilidade de sair da crise.

Em Outubro de 1922, depois de exigir a antecipação do sufrágio e a nomeação de ministros fascistas, Mussolini **marcha sobre Roma** e o Rei Vitor Emanuell III convida-o a formar um novo governo. No novo governo foram nomeados ministros fascistas, embora a feição do governo continuasse a ser uma monarquia parlamentarista, onde se representavam a câmara dos deputados e o Senado.

Nas eleições de 1924, caracterizadas por fraudes e violência fascista, o Partido Fascista de Mussolini ganhou a maioria dos votos. No parlamento os membros da oposição foram violentamente silenciados e os fascistas acabariam por instituir um regime totalitarista. Com este passo Mussolini tornou-se o senhor absoluto da Itália, **Il Duce** (comandante militar, o ditador absoluto de toda a Itália) como passou a ser conhecido.

Com a subida do **Duce** foram tomadas várias medidas: os partidos de oposição foram banidos, sobretudo os socialistas, cujos líderes foram perseguidos e mortos; o Estado voltou a aproximar-se da igreja, cujo divórcio se verificara nos tempos da unificação do país em 1870. Com esta aproximação firmada pelo **Tratado de Latrão** (1929), a igreja recebeu o território do Vaticano, o Palácio da Basílica de Latrão e foi indemnizada pelos danos causados pelas nacionalizações então ocorridas. Para além

destas medidas, foi decretado que o casamento católico tinha efeitos civis e o ensino da religião passava a ser obrigatório para todas as escolas. Estas medidas permitiram a Mussolini, apesar da sua violência, ganhar a simpatia dos católicos.

A nível do trabalho, o Estado foi organizado de modo a *acabar com as rivalidades entre os operários e patrões*. Foram assim criados dois sindicatos, um de empregados e outro de patrões com o objectivo de aproximar os dois grupos sociais antagónicos e não separá-los. Consequentemente, as greves passaram a ser proibidas no território italiano.

O estado incentivou a natalidade, como pressuposto para aumentar a população italiana de modo a se realizar o sonho de restabelecimento da *grandeza da Itália dos tempos do grande império Romano*, extinto há mais de 12 séculos.

A nível social, foram realizadas obras públicas que reduziram o desemprego e melhoraram a vida da população. Na agricultura foi estabelecido um programa de aumento da cultura de trigo de modo a dispensar as importações.

A nível da política externa, a Itália estreitou fortes laços com a Alemanha de Hitler, desencadeou uma política expansionista em relação a Abissínia (Etiópia), em 1935 e a Albânia em 1938. Participou na guerra civil da Espanha em 1937 como forma de testar a sua capacidade combativa para os anos que se seguiam.

A Alemanha após a I Guerra Mundial

Terminada a I Guerra Mundial, a Alemanha, que fora o principal derrotado na contenda, encontrava-se envolvida em numerosas crises económicas, sociais, e políticas. A economia, apesar dos fortes investimentos estrangeiros, estava longe de ser o que era antes do início da guerra; o marco, outrora moeda forte, sofria uma inflação sem precedentes e mesmo assim havia que cumprir com as dívidas de Versalhes. A nível social, a agitação provocada por fomes prolongadas levava os operários a realizarem greves em quase todos os sectores de actividade. A República de Weimar, instaurada com a queda de Guilherme II, não podia sustentar por mais tempo a vaga de revoltas que assolavam o país, mesmo recorrendo a medidas liberais, como a liberdade de associação e greve.

Em 1925, foi eleito presidente o Marechal Paul Hindenburg (1847-1934) que tomou uma série de medidas para a recuperação económica do país e foi largamente apoiado por investimentos dos Estados Unidos. As medidas de Hindenburg conduziram a Alemanha ao segundo lugar na produção industrial mundial, apesar dos compromissos de Versalhes que absorviam a quase totalidade da produção nacional.

A economia alemã em franca progressão foi duramente atingida

pela depressão de 1929-1931, em virtude da sua estreita dependência em relação ao dólar norte-americano. Assim, em 1933, mais de 6 milhões de operários foram remetidos ao desemprego.

Surgimento e ideologia do Partido Nazi

No quadro de dúvidas e inseguranças provocadas pela crise económica mundial, emergiram muitos partidos socialistas de esquerda e partidos de extrema direita liderados por conservadores e fervosos nacionalistas. Um destes partidos foi o **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães**, mais conhecido por **Partido Nazi**, que rapidamente chamou a si funcionários públicos, pequenos proprietários e outros elementos da pequena burguesia alemã dilacerados pela crise.

Fundado em 1919 por um pequeno grupo de políticos de Munique, a ele pertencia um austríaco de nascimento, antigo cabo alemão na I Guerra Mundial e de estatura baixa: **Adolfo Hitler** (1889-1945), futuro chefe do partido e a grande figura do movimento nazista.

A ideologia nazi foi descrita no livro de Hitler "A Minha Luta" (*Mein Kampf*, em alemão), publicado em 1925. Para além das características comuns dos partidos totalitaristas, o

nazismo acrescia uma dose muito forte de racismo. Para ele, os alemães representavam o que há de mais puro da raça superior ariana. A sua missão era de conservar a todo o custo essa pureza, eliminando os elementos fracos, deficientes físicos, cri-

minosos. Não se tolerava a mistura com outras raças, todas julgadas inferiores. Daí o ódio mortal e a perseguição dos judeus e seus descendentes, que corromperiam o sangue alemão e tornariam degenerada a raça alemã.



Fig. 5 — Adolfo Hitler

O INÍCIO DO PARTIDO NAZI

*O Partido Nazi foi fundado pelo ferroviário Anton Drexler com o nome de Partido Operário Alemão (Deutsche Arbeiter Partei). Adolph Hitler compareceu a uma das suas primeiras reuniões como espião militar, acabou aderindo ao partido, desligando-se das forças armadas. Em Fevereiro de 1920, Hitler já era o dirigente responsável pela propaganda do partido e mudou o nome do Partido Operário Alemão Nacional Socialista (National-Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei). Como os socialistas eram popularmente chamados Sozi, os nacional-socialistas passaram a ser chamados de Nazi.

A subida dos Nazis ao poder

A primeira tentativa de os Nazis subirem ao poder deu-se em 1923, quando estes marcharam sobre Munique, tendo o seu líder A. Hitler sido preso. No sufrágio de 1930, a crise que abalava os social democratas deixou caminho aberto para os ultranacionalistas e os comunistas, que obtiveram 107 e 77 assentos no parlamento, respectivamente. Os 107 lugares de Hitler conferiram-lhe o estatuto de Chanceler no governo de Hindenburg. Fazendo uso de todos os poderes, Hitler iniciou uma perseguição contra os comunistas dentro e fora do parlamento.

A morte de Hindenburg, em 1934, motivou a queda da ditadura hitleriana na Alemanha. O chanceler nem sequer recorreu a eleições, tendo apenas feito um plebiscito para o confirmar presidente.

Com a sua subida, os restantes partidos foram banidos e foi levado a cabo o projecto da "**Grande Alemanha**" apoiado pela polícia secreta, a **Gestapo**, e pelas tropas de assalto (**S.A.** e **SS**). Uma poderosa máquina político-administrativa foi montada e toda a força de propaganda foi mobilizada a favor do nazismo. Hitler era o "Führer" e tal como Mussolini, era o líder das massas fanáticas.

No plano económico o nazismo manteve a estrutura capitalista com o trabalho assalariado e a livre empresa, o que demonstrava um intervencionismo limitado do Estado. Eliminaram-se os sindicatos e as greves foram abolidas. A nível rural, foram criadas propriedades familiares, como meio de prender os camponeses à terra e evitar o êxodo rural.

As indústrias de baixo rendimento foram encerradas e as de grande rendimento foram estimuladas. Para combater o desemprego foram criadas grandes obras públicas, que em pouco tempo eliminaram este mal. Em 1939, a Alemanha era já uma forte potência capitalista da Europa e do mundo, ocupando de novo o 2º lugar depois dos Estados Unidos e o 1º na Europa.

A nível político, a Alemanha contrariou abertamente as disposições de Versalhes e lançou-se com entusiasmo na produção de armamento moderno. Com um estado totalitário e fortemente armado, um povo agitado por ideias extremadas de nacionalismo e de racismo, um exército com disciplina de ferro e uma prontidão combativa permanente, a Alemanha estava uma vez mais preparada para lutar, por aquilo que os destinos da História lhe haviam recusado — a partilha do mundo.

O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-POLÍTICO EM PORTUGAL — 1910 A 1926

A Revolução de 5 de Outubro e a implantação da República

Até 1910, Portugal vivia ainda sob a égide de uma monarquia

liderada por D. Manuel II. Porém, a situação em que a monarquia se

encontrava nos finais do século passado e começos deste século, não permitiram a sua continuidade. Eis algumas causas que levaram à derrocada da monarquia portuguesa:

- O efeito psicológico que se abateu sobre a burguesia portuguesa ante a humilhação do ultimato britânico de 1890. Este ultimato surgira na sequência do interesse da burguesia portuguesa em unificar as suas colónias do Índico (Moçambique) e do Atlântico (Angola), o que chocou com os interesses britânicos em unir o Cabo ao Cairo por uma vasta linha férrea. Em consequência disso, a burguesia tentou em vão depor a monarquia, com a revolta de 31 de Janeiro de 1891.
- A crise económica que se reflectia sobre as camadas baixas e médias da população, através da deterioração das suas condições de vida originadas pela crescente inflação e o aumento do custo de vida.
- A sangria de fundos originada pelo intenso esbanjamento que a monarquia fazia dos fundos do Estado, para suportar os seus caprichos, o que levou ao regicídio (assassinato do rei) de D. Carlos e do Príncipe herdeiro (1908).

O descontentamento geral foi aproveitado pela burguesia para

lançar a sua campanha sobre as Cortes, em municípios e em juntas de freguesia. Com efeito, o Partido Republicano, fazendo uso da Carbonária (sociedade secreta que defendia uma sociedade revolucionária com recurso às armas), desenvolveu intensas campanhas de propaganda e, até, de agitação contra a monarquia.

Como fruto desta actividade revolucionária dos republicanos e do descrédito a que a monarquia estava sujeita, os revolucionários — militares e civis — depuseram o rei e implantaram a República, na manhã de **5 de Outubro de 1910**. Teófilo Braga liderou o governo provisório instituído, que imediatamente, preparou as eleições para a Assembleia Constituinte. Em **1911**, o país foi dotado da 1ª Constituição Republicana Portuguesa, a **Constituição de 1911**.

A constituição de 1911 garantia as liberdades burguesas ao povo português, nomeadamente os direitos de liberdade de expressão e de imprensa, o princípio da igualdade social e da neutralidade religiosa do Estado e estabelecia a separação dos poderes, em legislativo, executivo e jurídico. A dependência, não obstante existente, do executivo ao legislativo, levou a que a situação política e económica durante a 1ª República, fosse marcada por uma intensa indisciplina, absentismo e violência.

Esta instabilidade política e a falta de infraestruturas, não permitiram a Portugal o

desenvolvimento desejado pela burguesia, que se via muito atrasada relativamente às suas congéneres do velho continente. Apesar de se ter incrementado a rede dos caminhos de ferro, as estradas eram mal distribuídas, os portos mal equipados e a marinha mercante insuficiente para a satisfação das necessidades da economia portuguesa.

A crise mundial do pós-guerra também se fez sentir em Portugal, com uma intensa inflação e com a deterioração das condições de vida dos trabalhadores. Esta situação levou, tal como na Itália e Espanha, a burguesia reaccionária portuguesa a apelar a um governo ditatorial que pusesse fim aos desmandos no seio do governo.

A greve de 1912

As medidas democráticas, estabelecidas pela primeira república portuguesa, permitiram ao operariado a abertura para a luta sindical em defesa dos seus interesses ante a precária situação que o país apresentava. Com efeito, em 1912, os salários dos operários portugueses eram os mais baixos de toda a Europa, a jornada de 8 horas, já comum nos restantes países da Europa Ocidental desde os começos do século XIX, ainda não era aplicada e a segurança no trabalho estava aquém de responder às exigências que os riscos de acidente de trabalho acarretavam.

Esta situação levou o operariado português a sublevar-se e a exigir melhorias nas suas condições de trabalho. A primeira e maior sublevação deu-se em 1912 quando os operários dos principais centros urbanos paralizaram quase que completamente a economia, numa greve geral que afectou Lisboa, Porto e outros centros económicos de Portugal. Apesar das promessas republicanas de melhorar a condição do operariado daquele país europeu, as greves não cessaram durante todo o período da república e alastraram-se para as colónias. A greve dos ferroportuários de 1917 em Lourenço Marques, de uma ou de outra forma teve relação com este movimento grevista, pois os operários do ultramar português eram, quase na sua totalidade, portugueses e sentiam os mesmos problemas no que dizia respeito às condições de trabalho.

A queda da República e a instauração da ditadura fascista

Depois da Primeira Guerra Mundial a situação de Portugal complicou-se ainda mais. A nível parlamentar, as secções eram turbulentas e infrutíferas, a anarquia do exército fez com que as armas andassem nas mãos de civis que tornaram a situação de segurança bastante explosiva. A desvalorização da moeda, influenciada pela conjuntura da Europa desse tempo, a grande dívida externa do Estado e a inflação desmedida afectavam todas as camadas sociais.

As medidas económicas tomadas pelos governos de 1923 a 1925, que consistiram basicamente na nacionalização de propriedades e reformas bancárias, não agradaram a burguesia financeira.

A nível das colónias, a situação económica e social era alarmante. Com efeito, tanto em Angola como em Moçambique a situação não se alterou depois da deposição da monarquia. A economia continuava a ser gerida por capitais não portugueses, faltavam investimentos em sectores que permitissem a exploração de todo um potencial de recursos que as colónias apresentavam e, a nível social, a educação dos indígenas estava simplesmente esquecida.



Fig. 6 — António de Oliveira Salazar

O Estado novo e a situação nas colónias portuguesas

A partir de 1930, o governo fascista de Oliveira Salazar esforçou-se por alterar o quadro das suas colónias que até aqui eram geridas por

Com este quadro a burguesia apelava à existência de um novo governo que garantisse a ordem e a prosperidade económica. Os exemplos das ditaduras de Mussolini na Itália (1922) e de Primo de Rivera na Espanha inspiraram a burguesia reaccionária portuguesa a levar uma ditadura ao poder.

No dia **28 de Maio de 1926**, os militares encabeçados por **General Gomes da Costa** puseram termo à Primeira República através de golpe militar e instauraram a ditadura fascista e o **Estado novo** (1933-1974). As implicações disto sobre a vida económica de Portugal e suas colónias foi significativo como de seguida passaremos a analisar.

capitais maioritariamente não portugueses (os europeus referidos por Carlos Serra). Com efeito, quatro medidas foram tomadas. Em primeiro lugar, o Estado colonial passou a controlar os recursos de mão-de-obra através da **Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas**, representada na base pelos administradores, também conhecidos por **curadores**. Foi assim que o governo português instituiu a execução de recenseamentos, para conhecer o número de potenciais trabalhadores que possuía e o quantitativo dos prováveis pagadores de imposto e a Caderneta Indígena, como forma de controlar o movimento e a prestação de serviços por parte dessa mão-de-obra.

Em segundo lugar, o regime fascista incrementou a agricultura familiar de culturas obrigatórias como o algodão, que permitiram o fornecimento de matéria prima à indústria têxtil portuguesa. Com o capital adquirido pelas colónias nessa transacção, as colónias deveriam comprar produtos manufacturados portugueses de baixa qualidade, que, por isso, não tinham qualquer aceitação no mercado europeu.

Em terceiro lugar, é instituída uma nova política de plantações com a intervenção directa do capital português. Foi nesta sequência que Moçambique desenvolveu a cultura do chá na Alta Zambézia, num empreendimento que, nos finais dos anos 40, empregava anualmente acima de 20 mil trabalhadores.

Em quarto lugar, foram aperfeiçoados os métodos de cobrança do "imposto indígena" e o antigo

imposto de palhota transformado em **imposto de capitação**, cujo montante era ajustado a cada novo aumento salarial. Foram ainda introduzidos o "**imposto reduzido indígena**" pago por mulheres divorciadas, viúvas e solteiras; o "**imposto remisso indígena**" foi estabelecido como medida correctiva a todos os que fugiam ao fisco ou atrasavam-se no pagamento dos impostos normais.

As medidas antidemocráticas e a opressão sofrida pelas massas trabalhadoras nas colónias, sobretudo em Moçambique, levaram à eclosão de movimentos de protesto contra essa colonização e, de forma mais elaborada, surgiram os movimentos nacionalistas, liderados por intelectuais como os irmãos **Albasini**, do Grémio Africano, que nos anos 30 encetaram um amplo movimento cultural e intelectual contra a presença portuguesa.

QUESTIONÁRIO

1. "Em 1905, eclodiu na velha Rússia czarista uma grande rebelião que envolveu a maioria das massas trabalhadoras russas e as classes que se opunham ao czar. Feito o balanço geral deste levantamento concluiu-se que militarmente ele foi um grande fracasso, porém, moralmente, uma grande vitória para o povo russo" (adaptado).
 - a) As razões que levaram a esta Revolução foram:
 - a agitação das massas pelos bolcheviques;
 - a derrota da Rússia na 1ª Guerra Mundial;
 - a participação da Rússia na guerra contra o Japão;
 - a deterioração das condições de vida dos operários e camponeses em 1904.
 - b) Por que razão se afirma que esta revolução foi uma vitória moral para o povo russo?

2. Teria o governo russo conseguido os seus intentos ao entrar na 1ª Guerra Mundial? Justifica a tua resposta.
3. Lê o texto de Datsiuk inserido na página 41 e, com base nele, diz como se manifestou a dualidade de poderes na Rússia.
4. Lê o texto sobre as teses de Abril e, por tuas palavras, apresenta o seu conteúdo.
5. O triunfo da Revolução Socialista de Outubro na Rússia permitiu:
 - o fim da 1ª Guerra Mundial que dilacerava a Europa desde 1914;
 - a eclosão dos movimentos imancipacionistas dos povos subjugados à colonização;
 - a divisão do mundo desse tempo em dois sistemas opostos e irreconciliáveis;
 - o primeiro exemplo de um Estado socialista dirigido por uma ditadura do proletariado concebido por Marx no século passado;
 - o surgimento de partidos fascistas na Europa;
6. Com base no exemplo abaixo indicado, apresente um resumo cronológico dos líderes da URSS desde o triunfo da Revolução até à era de L. Brejniev.

Líder	Realização
V. I. Lénine	<ul style="list-style-type: none"> • Foi o precursor da Nova Política Económica (NEP) que durou até 1928, obtendo a recuperação da economia soviética. • Aprovou o princípio de um novo estado federal, abrindo caminho para a criação da URSS na década 20 deste século.

7. "Em 1929, quando poucos americanos acreditavam que um dia, a sua florescente economia poderia entrar em crise, eis que numa quinta feira do outono deste ano, a superpotência mundial, acorda sobressaltada com a notícia da ruptura da sua maior bolsa, em Wall Street". (adaptado)
 - a) Num grupo de colegas discute as causas que levaram a este acontecimento
 - b) "Eu vos prometo, como prometo a mim mesmo, inaugurar uma nova era para o povo americano".
 - A quem pertencem estas palavras?

c) A política adotada pelo presidente F. D. Roosevelt para estancar a crise e superar as suas marcas chamou-se:

- NEP
- Comunismo de guerra
- Fascismo
- New Deal
- Nazismo

d) Que repercussões teve essa crise para os povos e Estados da Europa e do mundo em geral?

8. Compare as razões internas e externas que levaram a ascensão do Fascismo na Itália e da ditadura, também fascista, de António Oliveira Salazar em Portugal.

9. O livro "**Mein Kampf**"

A "bíblia" do nazismo foi o livro "Mein Kampf", que Hitler começou a escrever na prisão, onde esteve recolhido por 9 meses, após a frustrada Marcha de Munique. Desse livro (redigido com incrível desleixo e numerosos erros de sintaxe) venderam-se milhões de exemplares. O autor se investe da missão de predestinado, a quem cabe purificar o mundo. *"Creio agir — escrevia — no sentido desejado pelo Criador Todo-Poderoso. Lutando contra o judeu, eu defendo a obra do senhor"*.

SARONI, 1989, p. 186

- Depois de ler o comentário sobre o livro de Hitler "Mein Kampf", apresenta a ideologia e os traços característicos da ideologia nazi.

10. "O advento dos partidos fascistas na Europa foi uma das razões que puseram em perigo a paz em 1939".

- Comenta a afirmação.

CAPÍTULO III

A II GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

As causas da Segunda Guerra Mundial

Tal como a Primeira Guerra Mundial, a guerra de 1939-1945, foi provocada pelo agravamento brusco das relações, ocorridas devido aos acontecimentos da guerra de 1914-18.

Os países vencidos da guerra anterior, desprovidos de colónias, e sujeitos a grandes medidas punitivas, como as condições de Versalhes, aspiravam recuperar as suas posições e encontrar assim, o espaço vital, necessário ao seu desenvolvimento em tanto que países imperialistas. A nova partilha de esferas de influências e colónias só era possível, recorrendo a uma nova guerra. Por outro lado as crises que tinham assolado o mundo capitalista entre 1929 e 1933, tinham criado espaço a um novo exacerbamento do nacionalismo nos países derrotados que foi aproveitado pelos seus líderes para aguçar os povos a se levantarem para uma nova guerra, "heróica e nacional", tendente a recuperar a posição hegemónica proclamada pelos respectivos ditadores.

Agravando esta situação, a Sociedade das Nações especificamente criada para salvar a paz universal, pouco ou nada tinha feito no sentido de responder aos seus propósitos, pois ela

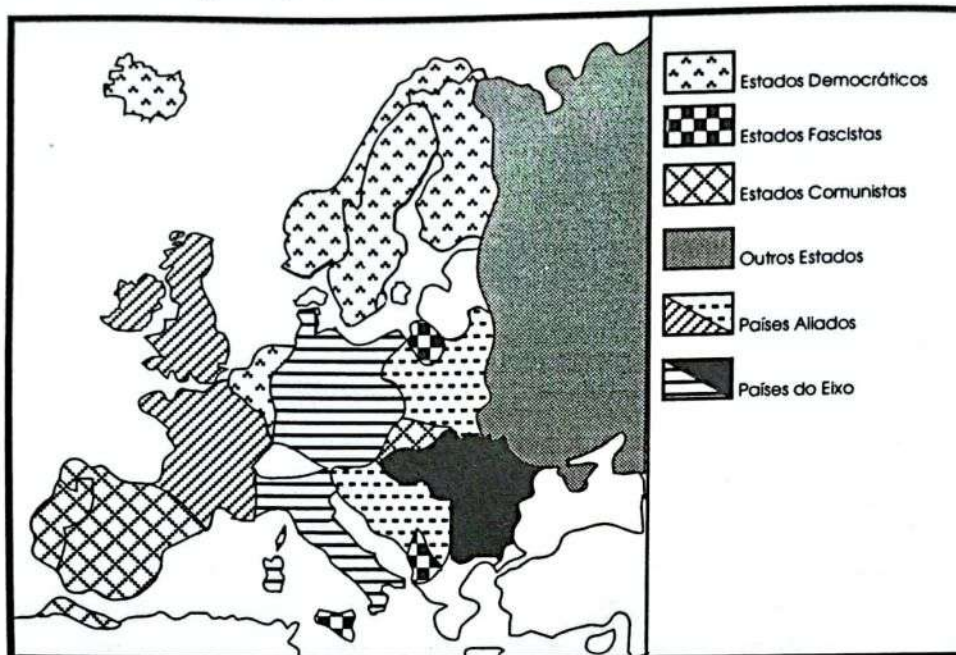
se tinha tornado num instrumento de defesa de interesses imperialistas, dos países vencedores, para além de não possuir força, suficiente para travar o agigantamento dos Estados fascistas.

As novas relações, criadas com o surgimento da União Soviética, tinham criado um estado de tensão entre esta e o mundo ocidental, que via na União Soviética um inimigo de classe, que a todo o momento podia expandir a sua ideologia para outros países da Europa, sendo, por isso necessário eliminá-lo do mapa. Esta missão foi confiada à Alemanha Nazi, que durante o período da sua recuperação económica, foi apoiada pelas potências imperialistas do Ocidente.

A preparação da guerra fez-se, recorrendo, tal como no começo do século, à formação de alianças militares, centradas nos interesses das potências. As potências derrotadas da guerra anterior, agruparam-se no bloco fascista, liderado pela Alemanha, incluindo a Itália de Mussolini e o Japão, que apresentavam um programa de partilha do mundo pela força. A este bloco se opunha o bloco dos aliados ocidentais, cuja intenção era claramente de defender as conquistas da I GM e até alargar as suas possessões e esferas de influência. Este bloco era composto pela Inglaterra, França e Estados

Unidos da América. Por uma questão estratégica, a União

Soviética foi mais tarde chamada a fazer parte deste bloco militar.



Mapa 11 — A Europa em Agosto de 1939

As anexações territoriais e os preparativos da guerra

Rearmados e moralmente preparados para um novo conflito militar, os países fascistas iniciam na década de 30, a anexação de territórios, que os julgavam pertença legítima ou que fizessem parte das suas pretensões coloniais, ante o olhar atónito das potências vencedoras e da Sociedade das Nações, órgão criado para tutelar a paz mundial.

O Japão, que se havia militarizado e se apoiava num ultranacionalismo, invadiu a Manchúria em 1931, para se vingar de não ter feito parte ou se beneficiado da repartição de territórios em 1919.

A Itália procura repor o seu reinado colonial, atacando e ocupando a Etiópia em 1935, medida que durou até ao contra-

taque dos aliados naquela região do nosso continente, em 1942.

A Alemanha hitleriana, descuidando todos os pressupostos de Versalhes, retomou Saimre, incluindo-o nas suas fronteiras, restabeleceu o serviço militar e em 1936 ocupou a Renânia, pertencente, segundo o armistício de 1919, à França. Alegando princípios racionais, Hitler anexou a Áustria, em 1934, para salvar parte da população daquele país de origem germânica e iniciou uma política diplomática e militarista para a sua expansão pela Europa.

A Guerra Civil na Espanha (1936-1939)

A 17 de Julho de 1936, produzia-se na Espanha um golpe militar contra o governo republicano deno-

minado Frente Popular. No entanto, o golpe de força não teve um êxito total, e foi o prelúdio de uma longa guerra civil com consequências a nível do continente europeu. Os fascistas sustentaram, desde o princípio, os autores do golpe de Estado, os Nacionalistas. Além da simpatia ideológica, tratava-se de estes países acertarem certas questões, com vista ao estabelecimento de alianças e até à testagem dos seus potenciais militares e ideológicos. A Itália, por exemplo, pretendia a conquista e preponderância no Mediterrâneo, enquanto a Alemanha, pretendia com esta sua participação, estreitar laços com a Itália e forçá-la a abandonar a política de protecção da Áustria. Efectivamente, no dia 1 de Novembro de 1936, Mussolini proclamou a existência do eixo "Berlim-Roma" mais tarde reforçado pela adesão do Japão no Pacto Antikomintern por ambos firmado, com o intuito de combater o comunismo internacional, criou o triângulo "Berlim-Roma-Tóquio".

A Inglaterra preferiu manter-se distante deste conflito por forma a "serenar" os fascistas e por desconfiança da política da União Soviética, que logo de início apoiou o governo republicano espanhol. A não participação francesa neste conflito deveu-se ao facto de a França, ter descoberto atempadamente o seu atraso bélico em relação à sua rival alemã, e temia que o contacto dos franceses com a realidade espanhola degenerasse numa guerra civil também na França.

No meio deste quadro, as potências ocidentais tentam pôr termo à guerra, recorrendo a acordos que consistiam na "não aderência" no conflito espanhol, o que logo a prior foi violado pelos fascistas, imitados logo de seguida pela União Soviética. Os nacionalistas do General Franco eliminaram a pouco e pouco, os focos de resistência republicana e, em 1939, o seu triunfo estava assegurado. Porém, ao contrário do que se poderia ter receado, a Espanha de Franco, esgotada pela guerra civil, não foi um verdadeira aliada da Alemanha nem da Itália.

A ocupação da Áustria e o Pacto de Munique

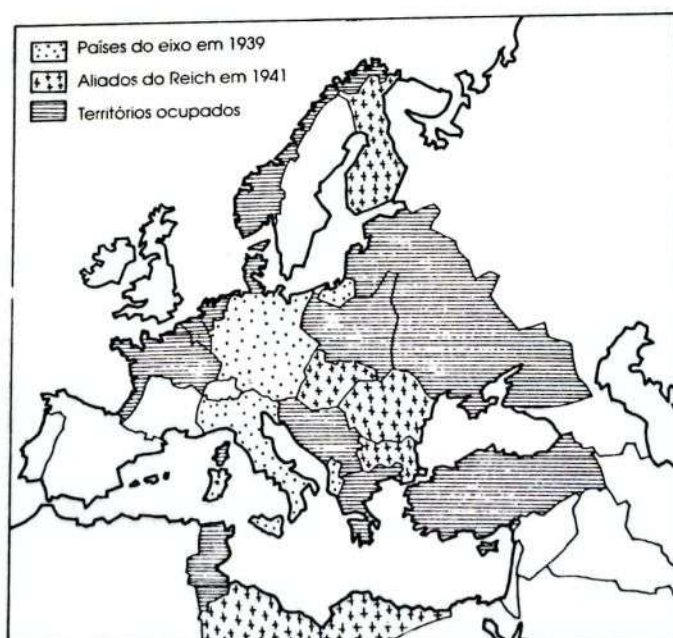
Em 1938, a Alemanha ocupou a Áustria sob pretexto de defender a minoria nacional ariana, existente naquele país, e começou a preparar a conquista da Checoslováquia, alegando os mesmos motivos. Em Março de 1938, a Checoslováquia seria ocupada e os principais objectivos da Alemanha eram a ocupação da região dos Sudetas, muito importante do ponto de vista industrial, e de desmembrar a Checoslováquia, para esta passar a submeter-se aos Nazis. Os governos da Europa Ocidental, não manifestaram qualquer posição de contrariedade, uma vez que a expansão germânica se fazia no sentido leste, onde se encontrava o inimigo de classe do imperialismo, a União Soviética.

Como meio de legitimar a ocupação da Checoslováquia, os representantes dos governos da França e da Inglaterra, Daladier e Chamberlain, respectivamente, reuniram-se com Hitler e Mussolini, de 29 a 30 de Setembro de 1938, em Munique, numa conferência (Pacto de Munique), para decidir o futuro da Checoslováquia. Os signatários do acordo desmembraram o território checoslovaco, cuja maior parte ficou nas mãos dos hitlerianos, que seis meses depois, iniciaram a sua ocupação.

Para além da questão checa, os intervenientes de Munique assinaram duas declarações de não agressão entre ambos (anglo-alemã, em Setembro e franco-

alemã em Dezembro).

Vendo-se isolada do resto do continente, e procurando defender as suas fronteiras, a União Soviética assinou também um acordo com Hitler, denominado Tratado Germano-Soviético, que estabelecia um acordo secreto de não agressão, válido por 10 anos, que mais tarde se mostrou uma mera tática Nazi para surpreender a União Soviética. Este acordo foi firmado em condições segundo as quais, a União Soviética podia anexar os estados bálticos (Finlândia) e parte da Polónia Oriental, enquanto Hitler poderia em troca anexar Danzique, sem que a União Soviética se manifestasse contra tal atitude.



MAPA 12 — *Anexações alemãs antes da 2ª Guerra Mundial*

O DESENVOLVER DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Guerra relâmpago e a dominação da Europa Ocidental pela Alemanha

A 1 de Setembro de 1939, aproveitando-se de um arduo conflito fronteiriço, a Alemanha ataca a Polónia. A Inglaterra e França, aliadas à Polónia cumprem o dever de declarar guerra à Alemanha no dia 3 de setembro de 1939, mas não chegam a assumir medidas concretas. Porém, esta medida em si dava lugar à generalização do conflito e ao início da Segunda Guerra Mundial, tal como a Alemanha pretendia.

Valendo-se da "Guerra relâmpago" (Blitzkrieg, em alemão), ou seja, o ataque de surpresa, fulminante e de extrema mobilidade, apoiado pelo grande engenho tecnológico longamente preparado, a Alemanha conquistou sucessivamente a Polónia, a Dinamarca, a Noruega, a Bélgica e a Holanda. O irresistível avanço alemão alcançou a França, cuja capital foi ocupada em Junho de 1940. O primeiro ministro francês, o marechal Pétain, assinou a rendição francesa na cidade de Vichy a 22 de Junho de 1940, embora a metade sul continuasse a resistir à

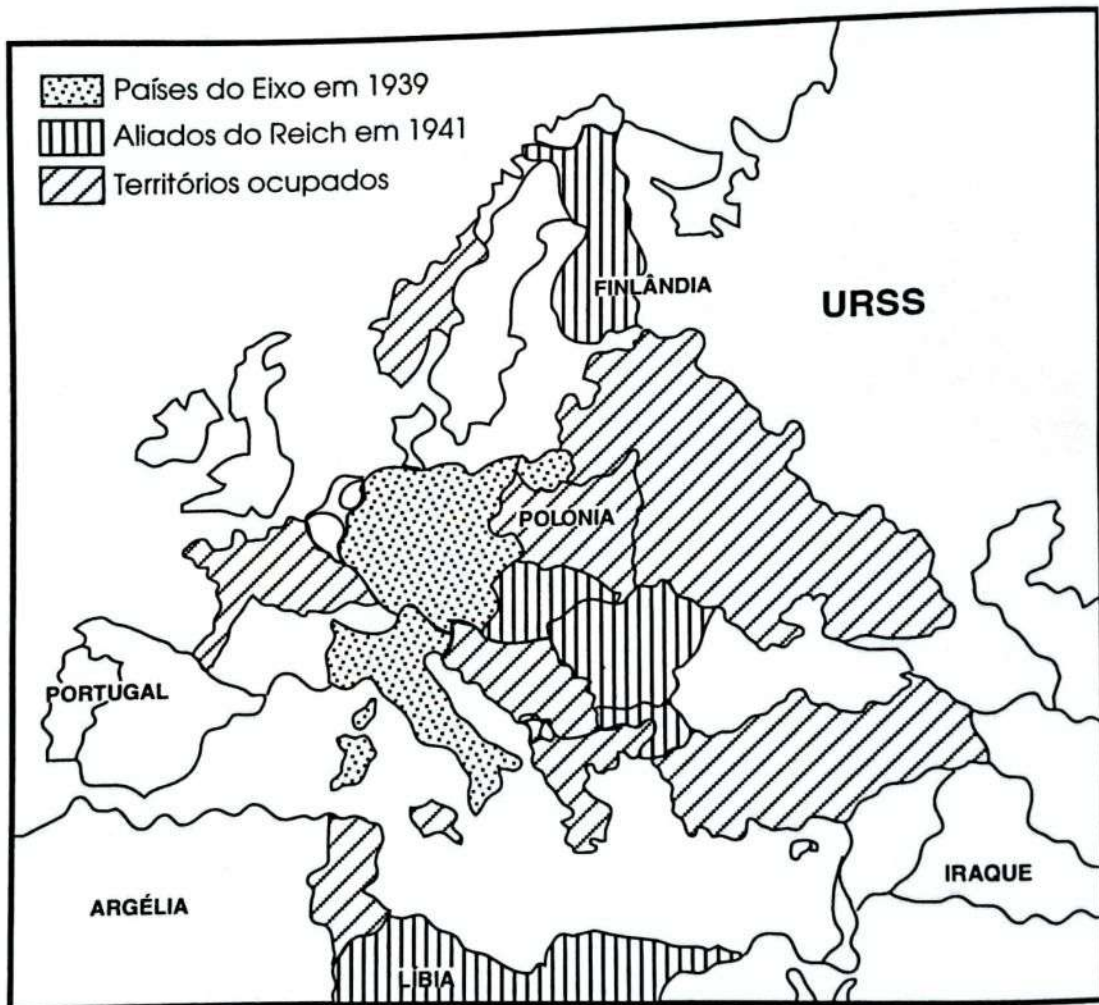
invasão liderada pelo general Charles de Gaulle (1890-1970), refugiado na Inglaterra.

Dominando o continente, Hitler dirigiu-se à Inglaterra, liderada por Churchill, na sequência do afastamento de Chamberlain. A estratégia alemã em relação a Inglaterra, baseou-se em ataques aéreos, onde se verificaram intensos duelos entre a força aérea britânica (RAF- Royal Air Force) e a alemã (Luftwaffe). Para além dos ataques aéreos, os alemães concentraram intensas ofensivas navais, em que a Inglaterra era bombardeada também por navios de guerra, enquanto os submarinos bloqueavam o movimento da marinha inglesa que precisava de abastecer o país com armas e alimentos, oriundos dos Estados Unidos e das colónias.

Enquanto decorria o ataque alemão à Inglaterra, a Itália faz a sua intervenção nos confrontos ao lado da Alemanha, a 10 de Junho de 1940 e assim o eixo Berlim-Roma tornou-se uma realidade. Os alvos preferenciais dos italianos foram as

posições inglesas do norte de África e o canal de Suez, onde a intenção era cortar a ligação entre a Inglaterra e as suas colónias do Extremo Oriente e África oriental. Ofensivas conjuntas italo-alemãs foram lançadas com êxito na Grécia, Jugoslávia e em toda a

região balcânica. Com o continente completamente dominado e com a Inglaterra aparentemente debilitada, Hitler achou oportuno atacar a União Soviética, cuja capacidade militar e adversidade climática eram já conhecidas pelos estrategas nazis.



MAPA 13 — Países da Europa sob o domínio de Hitler (1939-1942)

O ataque japonês a Pearl Harbour e a expansão da guerra pelo Pacífico

As relações entre o Japão e os Estados Unidos haviam-se deteriorado com a anexação da China, e agravadas com a invasão nipônica à Indochina.

Em Dezembro de 1941, os japoneses ambicionavam a plena hegemonia do Pacífico Oriental, por se considerarem a única potência imperialista da região. Dando seguimento à sua política expansionista e contrária à presença na região de outras potências imperialistas, o Japão atacou, na manhã de 7 de Dezembro de 1941, a base aero-naval americana de Pearl Harbour, enquanto em Washington se discutia a questão da retirada nipônica da Indochina e da China. O ataque, preparado pelo general Yamamoto, o maior estratega nipônico que conduziu todas as operações aeronavais do Japão até 1943, foi de tal forma preciso que destruiu a quase totalidade do equipamento militar americano. A 8 de Dezembro de 1941, o Congresso dos Estados Unidos, declarou guerra ao Japão, dando-se início oficial às confrontações no Extremo Oriente e à generalização do conflito antes europeu, pelo mundo.

África e a Segunda Guerra Mundial

Tal como foi analisado no estudo das causas desta guerra, África era um dos principais pontos de

discórdia entre as potências imperialistas durante o período que separou as duas guerras. Uma desprovida de colónias, na sequência das decisões de Versalhes, e outras, que tendo estado do lado dos vencedores, na hora da partilha, foram simplesmente ignoradas do almejado bolo colonial africano, as potências iriam digladiar-se intensamente em busca de territórios neste continente.

Neste quadro, a participação africana na guerra foi efectiva, tanto de forma directa, como de forma indirecta. Na forma directa pode-se referir as intervenções directas, das potências fascistas no Norte e no corno de África, onde decorriam grandes desentendimentos coloniais. Por esta razão, alguns africanos foram obrigados a participar nesta guerra em defesa de interesses dos seus colonizadores, ou mesmo em guerras de resistência contra a agressão fascista.

Intervenção Fascista italiana na Etiópia

Desde que se instalara no poder em Itália, o fascismo sonhava com um empreendimento africano de vulto. Tratava-se de um lado, de reivindicar a desforra da derrota sofrida pelos italianos em Ádua, durante a Primeira Guerra, que Mussolini a considerava insultuosa e humilhante, e tratava-se também de conseguir um êxito de prestígio que, interna e externamente, devia dar uma contribuição decisiva para

a consolidação desse regime.

Para levar a cabo esta anexação havia vários argumentos. Por um lado, os fascistas sustentavam que o crescimento populacional do seu país não encontrava no seu território espaço suficiente para manifestar a sua grandeza, e por outro, a economia e a máquina industrial montada em moldes imperialistas não encontrava nem mercado, nem matéria-prima, para laborar devidamente.

Depois de uma cuidada preparação, aproveitando o pretexto de um incidente de fronteira, em Ual-

Ual, um poderoso corpo expedicionário italiano, bem armado e equipado, com tecnologia moderna, penetrou na Etiópia a 2 de Outubro de 1935. Nem a luta de guerrilha, nem mesmo a luta diplomática exercida a nível da Sociedade das Nações, de que a Etiópia era membro, impediram a tomada deste país africano pelos italianos, facto que se consumou a 9 de Maio de 1936, quando as tropas italianas tomam Adis-Abeba, a capital, e proclamam o território, parte integrante do império italiano liderado pelo Rei Vitor Manuel III.

O ATAQUE NAZI À UNIÃO SOVIÉTICA

Na madrugada de 22 de Junho de 1941, a Alemanha nazi atacou a União Soviética, desrespeitando o pacto germano-soviético que estabelecia um período de tréguas de 10 anos entre os dois países. Baseando-se em toda a extensão dos territórios conquistados, a Alemanha lançou uma poderosa força militar por cerca de 190 divisões apoiadas, como sempre, pela tecnologia de ponta, da indústria militar germânica. Ao mesmo tempo que se dava este ataque, os Japoneses concentravam forças no Extremo Oriente, forçando a União Soviética a uma divisão das suas inexperientes forças armadas, num conflito de tamanhas amplitudes.

Os generais hitlerianos esperavam repetir a proeza alcançada na Europa Ocidental, com a guerra relâmpago, sintetizada pelo plano

barba ruiva (que de um modo geral, previa uma vitória sobre a União Soviética em 8 semanas), e para o efeito, três milhões de soldados alemães estavam preparados para o assalto ao santuário do comunismo.

Respondendo à guerra relâmpago, a União Soviética decretou a **grande guerra pátria**, e todos os recursos foram mobilizados para a guerra, dando início a uma guerra justa, onde o povo soviético se defendia contra a agressão nazi, encorajando os povos ocupados a se levantarem contra o agressor fascista.

Inicialmente as forças alemãs avançaram rapidamente no solo russo e chegaram às portas de Moscovo, em muito pouco tempo, cercaram cidades importantes como Estalinegrado, para além de pretendem ocupar regiões

justa, onde o povo soviético se defendia contra a agressão nazi, encorajando os povos ocupados a se levantarem contra o agressor fascista.

Inicialmente as forças alemãs avançaram rapidamente no solo russo e chegaram às portas de Moscovo, em muito pouco tempo, cercaram cidades importantes como Estalinegrado, para além de pretenderem ocupar regiões industriais importantes como o Kuban e Don (regiões agrícolas) e a região petroléira do Cáucaso.

Travados na porta de Moscovo, pela tenaz resistência imposta pelo exército vermelho da União Soviética, e pelo rigoroso inverno de 1942, os alemães, iriam começar aqui, a sua derrocada marcada por um recuo, só terminado em Berlim.

A batalha de Estalinegrado e a viragem da II Guerra Mundial

Derrotados em Moscovo, os alemães concentraram forças para a tomada de Estalinegrado, uma cidade industrial estratégica, que podia servir de ponto de abastecimento das suas forças. Os combates seguiram-se por cerca de 58 dias, e a cidade resistiu heroicamente, até à chegada dos

reforços do exército vermelho que a 19 de Novembro de 1942, passou à contra-ofensiva em Estalinegrado e sucessivamente os alemães foram derrotados na batalha de Volga, e o exército vermelho, iniciava a libertação da União Soviética, e dos povos ocupados do jugo nazi.

A vitória do exército soviético em Estalinegrado marcou a viragem dos acontecimentos no campo de batalha. A Alemanha nunca mais pôde recuperar o ímpeto dos seus ataques, e as tropas anglo-americanas, aproveitaram-se disto para passar à contra-ofensiva no norte de África. Desembarcados na Argélia e em Marrocos, em Novembro, os aliados derrotaram as forças germano-italianas que em Maio de 1943 capitularam. Esta capitulação permitiu a abertura da frente da Europa ocidental, ainda subjugada pelo nazismo.

As derrotas sucessivas sofridas pelos fascistas, provocaram uma profunda crise no seio deste bloco militar. Na Itália, Roménia, Finlândia e na Hungria acentuava-se o descontentamento popular contra a guerra. Na Itália o Duce foi preso e em Setembro de 1943 esta capitulava. O governo do marechal Badoglio declarou guerra à Alemanha, alinhando assim ao lado das tropas anglo-americanas.

A ABERTURA DA TERCEIRA FRENTE E O FIM DA GUERRA

O desembarque da Normandia e a tomada de Berlim

Antes do fim da guerra, as potências aliadas delinearam estratégias militares para pôr termo à resistência alemã e libertar a Europa ainda dominada. À União Soviética coube a missão de libertar os países do leste, enquanto as tropas anglo-americanas desembarcariam a ocidente, abrindo uma terceira frente de modo a dispersar o potencial bélico alemão.

A **6 de Junho de 1944**, sob o comando do general Eisenhower, a **Operação Overlord**, deu início às operações no norte da Europa, com o desembarque da Normandia, que quebrou as forças alemãs estacionadas na região e faziam a chamada muralha do Atlântico, avançando pelo continente e

apertando o cerco sobre o Terceiro Reich. Em Agosto de 1944, os aliados libertavam a França, e as três frentes (frente leste, frente do norte de África e frente ocidental) convergiam para a Alemanha.

A tomada de Berlim foi feita pelas tropas do exército vermelho, que depois de libertar numerosos países da Europa do leste, tomaram a cidade, na noite de 30 de Abril, para o dia 1 de Maio, os sargentos **M. Egorov** e **M. Kantaraia** içaram no telhado do Reichstag, a bandeira vermelha, simbolizando a vitória dos aliados sobre os fascistas na Europa. A **8 de Maio de 1945**, o Estado Maior alemão assinou a acta de capitulação incondicional, pondo termo às hostilidades no velho continente.



Fig. 7 — O desembarque em Dunquerque

A alteração da correlação de forças na Europa fez-se sentir também na Ásia. Com efeito, em 1943 as tropas anglo-americanas tinham passado para o contra-ataque, libertando várias regiões do jugo nipónico como as ilhas Marianas, Marshall e as Filipinas. Movidos pelas vitórias dos aliados, os movimentos de libertação intensificam as suas acções, na China, Vietname, Coreia e nas Filipinas, o movimento pela libertação e independência era enorme. Segundo compromissos anteriormente firmados, a União Soviética declarou guerra ao Japão, e a acção conjugada destes, levaram as forças nipónicas a capitularem.

Num gesto desumano e cruel, os Estados Unidos lançaram a 6 e 9 de Agosto (1945) a sua última criação militar, **a bomba atômica**, cujas consequências se fazem sentir no Japão até aos nossos dias. A primeira bomba foi lançada sobre a cidade de Hiroshima, a segunda sobre a cidade de Nagasaki. A acção norte-americana só se justificava mediante as relações de confrontação fria que se estabeleceram entre si e a União Soviética depois da guerra, pois, eles com este acto pretendiam mostrar ao seu mais directo rival o seu potencial militar, o que mais tarde suscitou uma intensa corrida à produção destes engenhos mortíferos.

A 2 de Setembro de 1945, a bordo do Couraçado "Missouri", os aliados assinaram com o Japão a rendição incondicional deste e o termo oficial da II Guerra Mundial.



Fig. 8 — Imagem de uma explosão atômica

As consequências da Segunda Guerra Mundial

A II guerra Mundial deixara atrás de si um imenso lastro de destruição e de morte. Era importante naquele momento realizar grandes planos de desenvolvimento económico, tendentes a repor o tecido económico e social destruído pelo conflito. Entre essas medidas destacou-se o "Plano Marshall", concebido pelos

EUA para ajudar a recuperação econômica dos países capitalistas europeus, devastados pela guerra, e assim evitar os movimentos operários que pretendiam estabelecer medidas de carácter socialista. Este plano, permitiu um rápido desenvolvimento da Europa Ocidental devastada, ao mesmo tempo que evitou mais uma crise de superprodução dos EUA, que tinham no velho mundo um amplo mercado para a colocação dos seus produtos e capitais.

A Guerra acabara com uma divisão da Europa em dois mundos completamente diferentes. A URSS dominara extensos territórios que haviam pertencido aos alemães, e levava países como a Bulgária, a Roménia, Hungria e outros, a mudarem de regime e a passarem para a órbita socialista. A **Conferência de Potsdan**, 17 de Julho a 2 de Agosto de 1945, que redigiu os acordos de paz, os princípios para a organização e controlo da Alemanha derrotada, criou condições para a divisão da Alemanha entanto que território uno (vê Conferência de Potsdan).

Os dois blocos de países destacaram-se rapidamente: de um lado, as democracias capitalistas ocidentais, lideradas pelos EUA, que haviam saído da guerra com toda a sua força produtiva em actividade, mantendo a primazia de potência mundial; por outro lado, a URSS, que, em virtude da imensidão dos recursos humanos e naturais, eliminara rapidamente as consequências da guerra liderava o bloco socialista.

A guerra provocou o deslocamento dos centros de poder no mundo. Alguns países saíram dela pobres, desorganizados, com enormes problemas sociais e políticos a serem resolvidos. Outros fortaleceram-se. A Europa, de uma forma geral viu-se diminuída enquanto duas grandes potências se fortificavam com a guerra: a URSS e os EUA.

Para além dos dois blocos referidos, surgem muitos países recém emancipados do colonialismo que passaram a se designar países do "Terceiro Mundo", ou seja, as nações que não se identificavam nem com o bloco ocidental nem com o bloco socialista. Nessas áreas é que passaram a ocorrer reiteradas lutas entre os blocos, pelos interesses políticos e económicos que eles representavam. Em função disso, o mundo vai conhecer intensas lutas, como a luta no Vietname, entre este e os EUA, a luta na Coreia do Sul, em Cuba, no Médio Oriente, etc.

A Conferência de Potsdan

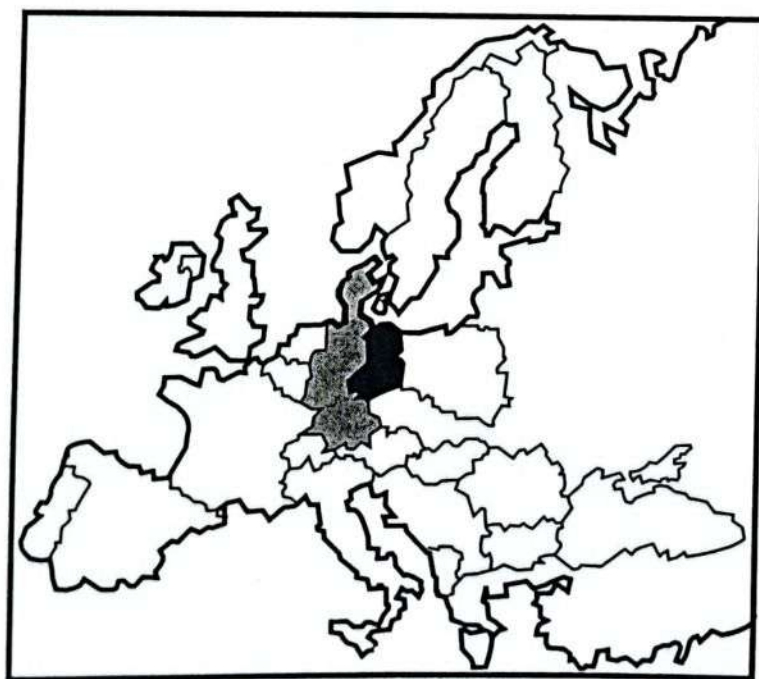
Meses após o término das hostilidades na Europa, as três grandes potências representadas pelos seus líderes, reuniram-se em Potsdan, arredores de Berlim, na Conferência de Potsdan. Nesta conferência, os três líderes, Estaline, Clemente Attlee, sucessor de Churchill, e H. Truman, sucessor de Roosevelt, na Casa Branca, acordaram medidas tendentes a desnazificar, desmilitarizar e democratizar a Alemanha Nazi; deste modo, foi decidida a criação de

um Tribunal Internacional com o objectivo de julgar os criminosos de guerra e os seus actos, e a transformação dos antigos trusts militarizados em corporações civis.

No entanto, a maior de todas as decisões de Potsdan era aquela que estabelecia a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação: a zona inglesa, a francesa, a norte-americana e a soviética. A decisão de manter a Alemanha dividida era, segundo os entendimentos dos vencedores, uma atitude temporária, que visava a garantia de condições de desarmamento alemão e que cumprido este postulado, as potências que ocupavam o país, iriam abandoná-lo, de modo que

o seu povo escolhesse livremente o regime a seguir. Porém, as contrariedades que se faziam sentir entre as potências ocidentais e a URSS levaram à divisão da Alemanha em duas partes: a Alemanha Ocidental, situada no território então ocupado pelas tropas anglo-americanas e a Alemanha Oriental, na região ocupada pelo exército vermelho soviético.

O recrudescimento de guerra fria, que iria dominar a política mundial nos anos que se seguiram a esta guerra, foi um factor determinante para a divisão de Berlim em 4 zonas, onde os investidores ocidentais tentaram defender os seus capitais.



MAPA 14 — O desmembramento da Alemanha em (RDA e RFA)

A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A queda da sociedade das nações (1930), devido à sua ineficácia, deixou o mundo sem nenhum organismo de carácter internacional, com competência de resolução dos problemas entre as diferentes nações. A ideia da necessidade do estabelecimento de um sistema de segurança mais amplo, foi moldada mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial, mais concretamente em Yalta, na Crimeia, quando Churchill, Roosevelt e Estaline chegaram a um acordo definitivo, sobre a convocação de uma Conferência, a realizar nos Estados Unidos, com a finalidade de criar a **Organização das Nações Unidas** (ONU).

Esta Conferência viria a decorrer em São Francisco, nos Estados Unidos, de Abril a Junho de 1945. Cerca de 51 países, todos eles aliados, com excepção da Polónia, assinaram a acta que oficializava a criação das Nações Unidas, a 10 de Junho. Esta organização internacional, que actualmente engloba todos os países do mundo, tem como órgão máximo a **Assembleia Geral**, donde fazem parte todos os países membros, e reúne-se regularmente em Setembro de cada ano. O **Conselho de Segurança** é um órgão restrito, composto basicamente por cinco estados, em cujas mãos se encontra o destino de todo o mundo, em matéria de grandes decisões de segurança e de vida social mundial

(Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, China e a Rússia ex-URSS) e mais dez outros eleitos, para um mandato de 2 anos. A este órgão cabem as grandes decisões, cujo cumprimento é de carácter obrigatório, para todos os membros da ONU. Só a ele compete decidir sobre a intervenção armada num dado território, ou o envio de capacetes azuis para uma operação de segurança ou manutenção da lei e ordem, num determinado país.

O **Secretário Geral** é o gestor e o mais alto funcionário da organização. Eleito para um mandato de 5 anos. Este só pode ocupar o cargo quando aceite por uma maioria dos membros, e é proposto pelo Conselho de Segurança. O Secretário Geral, que influenciou o envio de "capacetes azuis" para Moçambique, como forma de fiscalizar o fim das hostilidades decorrentes da guerra civil, entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, foi Boutros Boutros Ghali. As funções do **Conselho Económico e Social** são as mais amplas, incluindo a coordenação da cooperação internacional na resolução de diversos trabalhos económicos, sociais, culturais ou humanitários.

A ONU é composta por um variado número de instituições especializadas das quais podemos destacar:

- a **UNESCO**, Organização das Nações

Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, com sede em Paris, cuja finalidade é desenvolver a educação e promover a cultura, sobretudo em países carentes, onde a ajuda é dirigida ao combate contra a ignorância.

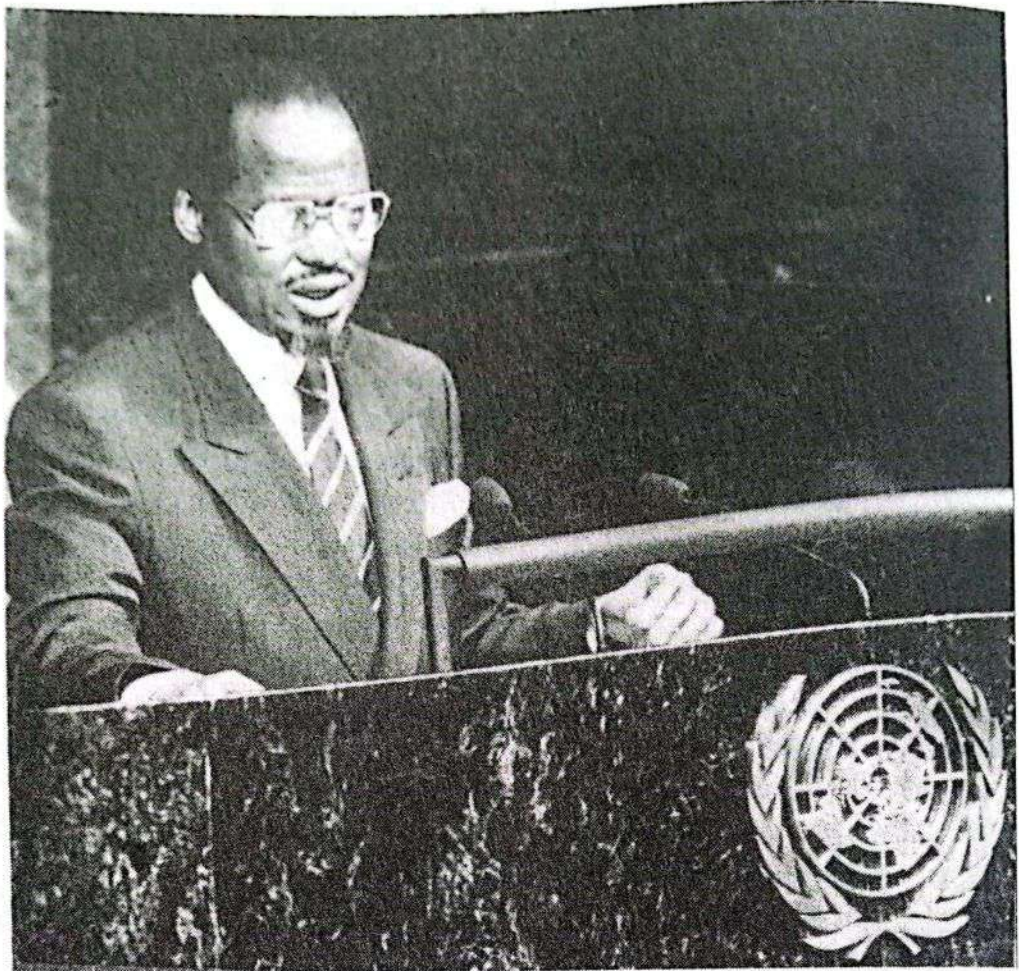
- A OMS, Organização Mundial da Saúde, empenhada na melhoria das condições sanitárias e higiénicas do mundo, financiando projectos de desenvolvimento sanitário e de combate a doenças infecciosas nos países pobres, membros da ONU.
- A FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, dedicada essencialmente ao combate dos problemas da fome e subnutrição no mundo. É sua tarefa principal subsidiar projectos de investigação agrónómica, com vista a desenvolver e melhorar os rendimentos da agricultura nos países considerados pobres.
- A UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, virado para o apoio da situação da infância em regiões ou países onde as condições locais não possibilitam um desenvolvimento da criança. Os seus projectos são direccionados ao apoio da criança traumatizada por guerras, efémera e carente de condições mínimas de sobre-vivência.

Durante cerca de 49 anos, a ONU nunca havia conseguido, com sucesso, arbitrar um conflito armado, no sentido de este chegar a bom termo, através de meios

pacíficos. Tal aconteceu pela primeira vez, no nosso, quando através da ONUMOZ, liderada por Aldo Ajello, as Nações Unidas puderam finalmente pôr termo a uma guerra civil, que durava havia mais de dezasseis anos, opondo o governo e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Antes disso, porém, a ONU tinha finalmente conseguido o que a sua antecessora nunca conseguira, evitar conflitos em diversas partes do mundo, e apaziguou muitas situações, em que a guerra era já um facto eminente.



Fig. 9 — *Composto de imagens sobre: Sede da ONU; Uma participação de Moçambique nas Cimelras; Operação ONUMOZ, símbolo de diferentes organismos da ONU acima referidos.*



QUESTIONÁRIO

- 1 — Que objectivos tinham as potências europeias que participaram na guerra civil espanhola?
- 2 — Os países chamados do eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, eram:
 - França, Holanda e Bélgica
 - Alemanha, Rússia e Itália
 - Estados Unidos, França e Inglaterra
 - Japão, Alemanha e Itália
 - Alemanha, França e Inglaterra
- 3 — Que objectivo tinham as potências ocidentais ao assinar com a Alemanha Nazi o Pacto de Munique?
- 4 — Analisa a invasão fascista italiana à Etiópia no contexto dos objectivos do imperialismo
- 5 — Depois de leres o texto de C. Vicentino, apresenta as principais causas da 2ª Guerra Mundial.
- 6 — "Lê o texto de A. Hitler e responde às questões que se seguem":
 - a) Diz o significado do discurso de Hitler para a paz na Europa.
 - b) Cita os motivos invocados por Hitler para a atitude que acabava de tomar.
 - c) Interpreta a afirmação de Hitler: "Novembro de 1918 não voltará a repetir-se".
- 7 — Que importância teve a batalha de Estalinegrado para o curso da 2ª Guerra Mundial?

As consequências da 2ª Guerra mundial
- 8 — Depois de leres o primeiro texto, apresenta as consequências da 2ª guerra para a Europa.
- 9 — A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) terminou efectivamente, com:
 - rendição do Japão depois da explosão das bombas atómicas em Hiroshima e Nagasaki.
 - A rendição incondicional e conjunta da Alemanha, da Itália e do Japão.
 - A reunião de São Francisco, onde se estabeleceram as bases para a ONU.
 - O acordo com Itália e Japão, rendição incondicional da Alemanha.

10 — Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa viu-se dividida em dois blocos de influência: Estados Unidos e União Soviética. Em decorrência, ambas as potências criaram organismos que se opunham mutuamente, a saber:

- OTAN/KOMINFORM; Plano Marshall/O Pacto de Varsóvia.
- NASA/KGB; OTAN/CAMECON
- OTAN/ Pacto de Varsóvia; Plano Marshall/COMECON
- OTAN/Pacto de Leninegrado; Plano Marshall/COMECON

11 — Comenta a entrevista do autor referente ao lançamento da bomba atômica.

12 — Faz uma breve cronologia sobre o decurso da 2ª Guerra Mundial, destacando as suas principais etapas.

A Organização das Nações Unidas (ONU)

“Extractos da carta das Nações Unidas (1945)”

13 — Depois de leres atentamente o capítulo I do texto oficial da carta das Nações Unidas, responde:

- a) Para que objectivos foi criada a ONU?
- b) Teria ela conseguido alcançar os seus objectivos durante o período em que ela existe? Justifica a tua resposta, usando exemplos por ti conhecidos.
- c) Indica as funções dos seguintes órgãos: UNICEF; FAO; BIRD; OMS e FMI.

CAPÍTULO IV

África após a Segunda Guerra Mundial

O nacionalismo africano

As causas do nacionalismo africano. Vários factores contribuíram para que no fim da II Guerra Mundial eclodissem em África movimentos nacionalistas. Entre estes factores podemos destacar **o abalo da própria guerra de 1939-1945 e as suas consequências, as políticas assumidas pelas superpotências (EUA e URSS) depois da guerra, as decisões da ONU, os exemplos nacionalistas da Ásia e de alguns países africanos** bem como as **próprias contradições internas do colonialismo**.

A guerra que acabara de findar tinha envolvido numerosos africanos em operações, tanto dentro como fora do continente. A participação destes em combates na Líbia, Itália, Normandia, Alemanha, Médio Oriente, Indochina, Birmânia e outros países do mundo, conduziram o africano ao contacto com novas realidades até então desconhecidas. A luta que o "mundo branco" travava para se libertar do jugo nazi-fascista na Europa, o alargamento do campo socialista no Leste, como fruto da grande contra-ofensiva soviética, e os reflexos da Revolução Socialista de Outubro, com que muitos africanos contactaram durante as hostilidades, despertou o nosso continente para a necessidade de lutar pela sua emancipação.

Por razões diferentes, as superpotências (URSS e EUA), queriam o fim do colonialismo e levantaram as suas vozes junto dos organismos internacionais para esse efeito.

Os EUA pretendiam com esta medida, ver a África livre das potências europeias, para aí investirem os seus capitais e obter matérias primas sem intermediários, como dizia Woolbert. "Os EUA têm interesse evidente em pedir a manutenção da porta aberta, tanto na Etiópia como nos outros territórios africanos". Já depois da I Guerra Mundial, o presidente Wilson tinha idealizado o princípio do direito dos povos de disporem de si mesmos, propondo a administração das antigas colónias alemãs por organismos internacionais até à sua independência. O interesse americano pela libertação dos povos reduzia-se a simples palavras: "abertura de mercados" para a obtenção de matéria prima, cujo alcance era bloqueado pela acção das potências europeias.

Para a URSS a independência dos povos africanos assentava em princípios ideológicos do marxismo, que apontavam para a autodeterminação dos povos e nos princípios leninistas, que criticavam o capitalismo pela sua política expansionista e imperialista. As independências do "continente

negro", apregoadas pela URSS, são justificadas, segundo Ki-Zerbo, "não apenas como uma tarefa de libertação, mas também como uma contribuição para a paz mundial", pois os analistas soviéticos julgavam que partiam de África todos os conflitos coloniais que engendraram as duas guerras que assolaram o mundo neste século. A necessidade de expandir a sua ideologia é um factor, talvez determinante do anticolonialismo soviético, que, com as independências, pretendia influenciar os recém libertos países africanos a seguirem a sua ideologia, para deste modo consolidar um campo já amplo na Europa, o campo socialista.

A ONU, criada em São Francisco em Maio de 1945, desempenhou um papel importante neste processo. A organização tinha, com efeito, inscrito no artigo I da sua carta, entre outros objectivos, "o ideal do princípio de igualdade" de direitos dos povos e do seu direito de disporem de si mesmos. As instituições criadas no âmbito desta organização, como a UNESCO, activaram a intelectualidade africana e assim, contribuíram para a ampliação da necessidade de libertação do continente.

O fim da II Guerra Mundial levou muitos países asiáticos à independência. A Índia, em 1947 e a China, em 1949, tiveram um papel importante como exemplos e como retaguardas do movimento nacionalista africano. A **Conferência de Bandung**, na Indonésia em 1955, reunindo os recém libertos países da

Ásia e os movimentos nacionalistas africanos, deu um salto importante na consolidação dos ideais de independência, levadas a cabo pelos intelectuais e lutadores de África.

Da África do Norte vinham exemplos encorajadores para o movimento nacionalista das restantes partes do continente. O golpe militar de 1954 que levou Gamal Abdel-Nasser ao poder no Egipto; a rebelião armada de Mohammed Ben Yusef que levou o Marrocos à independência, em 1956, e a prolongada guerra de libertação, levada a cabo pela Argélia, contra a ocupação francesa, foram factores que de muito perto influenciaram os movimentos nacionalistas, pois estes países serviram de retaguarda para a luta dos povos ainda colonizados. Os primeiros guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que lutaram pela independência nacional, foram formados num destes países, a Argélia.

Todas estas influências externas, por mais decisivas que fossem, não teriam podido criar um nacionalismo consistente em África, se não estivessem já em movimento, poderosos factores internos de libertação. A colonização, por uma espécie de dinâmica dialéctica, promovia o seu próprio desaparecimento. Desde o seu surgimento, o sistema colonial sempre teve contradições, uns criticavam duramente as medidas do sistema e outros iam mais longe ao recusarem a sua existência.

Os princípios coloniais inculcados pela educação e pela prática administrativa, iriam se mostrar fatais para os seus promotores. A este respeito, Ki-Zerbo escreve: "Os princípios coloniais inculcados pela educação e pela administração, conduziram à rendição anticolonialistas, quando levados até às últimas consequências. Os franceses diziam, em suma, aos africanos "somos todos iguais" os africanos ao exigirem essa igualdade até ao fim, revelavam o absurdo dessa posição. Também os negros anglófonos pegaram, por

assim dizer nas próprias palavras dos ingleses: "Pois vós quereis que sejamos diferentes vamos até ao fim. Queremos ser diferentes mesmo politicamente". As duas atitudes acabavam no mesmo objectivo, a emancipação. O fim da Guerra levou ao poder, nos países da Europa Ocidental, partidos de esquerda com o Partido Trabalhista na Inglaterra e a coligação de **Charles de Gaulle** na França, que promoveram as independências dos países sob sua jurisdição.

AS LUTAS ANTI-COLONIAIS E AS INDEPENDÊNCIAS EM ÁFRICA

A corrida para a independência, adoptada pelos países africanos a partir da década 50, foi um dos fenómenos políticos mais espectaculares da segunda metade do século XX. O movimento independentista foi iniciado na África Ocidental britânica e rapidamente se estendeu aos estados francófonos, depois à África belga e aos territórios britânicos da África Oriental e Central. De seguida o movimento lançou-se contra a derradeira muralha de resistência colonialista ou racista nos territórios portugueses, na Rodésia e na África do Sul.

Estas lutas tiveram características diferentes, dependendo das políticas adoptadas pelas potências colonialistas. Algumas, desde cedo, decidiram ceder pacificamente as independências às suas colónias, enquanto outras resistiram telmosa-

mente a esse feito, até que a luta armada dos colonizados, e a pressão internacional, os desalojou dos territórios colonizados.

Situação das colónias inglesas

A Inglaterra e a França, eram os países com maiores possessões em África. A necessidade de manter essas colónias sob sua dominação fez com que os ideólogos britânicos elaborassem, logo após a Segunda Guerra Mundial, um plano de independência das suas colónias, por forma a se evitar manifestações anti-coloniais, que muitos prejuízos traria ao império colonial. Por outro lado, este plano propunha o agrupamento das antigas colónias britânicas numa comunidade de países anglófonos denominada Commonwealth, que se mostrou, mais tarde, um instrumento de

manutenção das pretensões britânicas nas suas antigas colónias, num novo sistema de colonização — o **neocolonialismo**.

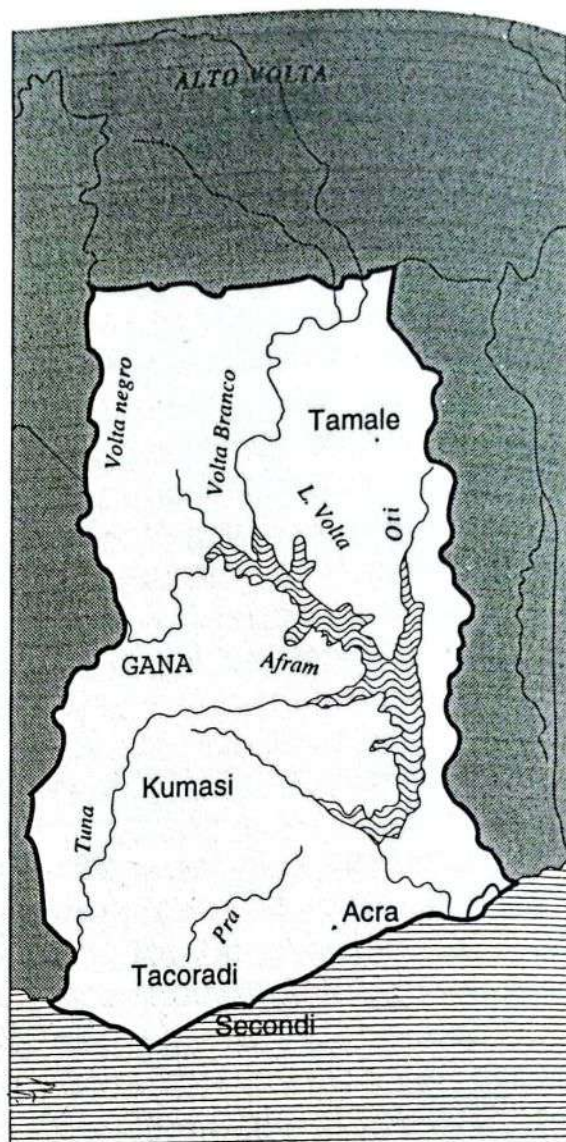
África Ocidental e do Norte

Costa do Ouro (Ghana)

A constituição de 1946, adoptada segundo os princípios de autonomia das colónias, aprovada pelo governo do Partido Trabalhista no poder em Londres, dava à Costa do Ouro a possibilidade de participação dos africanos na vida política do país, medida aplaudida pela opinião africana esclarecida que, imediatamente, enviou os seus representantes ao conselho legislativo, que formaram uma oposição negra.

A oposição, assim constituída, ganhou força e uma nova dinâmica com a adesão de novos membros, antigos soldados regressados da Índia e Birmânia, onde tinham lutado pelos interesses britânicos. Os novos membros exigiam do governo de Londres o mesmo tratamento que aquele que fora dado aos países asiáticos e que culminou com a sua independência.

As forças nacionalistas estavam agrupadas em torno do **United Gold Coast Convention (UGCC)**, constituído em 1947 e dirigido por **J. B. Danquah**. O partido de Danquah foi reforçado com a inclusão de **Francis Kwame Nkrumah**, antigo missionário, professor primário e mais tarde licenciado



MAPA 17 — O Ghana

em Sociologia e Economia Política nos EUA, cuja acção foi determinante para a mudança do curso de vida deste país da África Ocidental.

A acção de Kwame Nkrumah levou à cisão do UGCC e à criação, por ele próprio, do **Convention People's Party (CPP)**, cuja palavra de ordem era "governo autónomo agora" (do inglês self government now), à qual o governo respondeu com algumas hesitações. O CPP lançou uma luta pacífica através

de greves e manifestações que levaram à prisão dos seus membros.

Nas eleições de 1951, com os seus líderes detidos, incluído Kwame Nkrumah, o CPP ganhou 34 dos 38 lugares reservados aos africanos no parlamento local e o seu líder arrecadou 98,5% de votos, tendo sido liberto da prisão e mais tarde nomeado Primeiro-Ministro.

Nas eleições de 1956, embora se confrontando com uma oposição forte e tribalista representada por dois partidos, o **Northern People's Party (NPP)** com bases no norte do país e o **National Liberation Movement (NLM)** baseado e apoiado em Achantia, o CPP triunfou e negociou com o governo britânico a independência do país, proclamada a **6 de Março de 1957**, e tornou-se no primeiro país da África negra a tornar-se independente. A pedido de Nkrumah, a Costa do Ouro passou a se designar Ghana, em homenagem a um dos três grandes impérios sudaneses edificadas outrora naquela região.

Com a independência, o Ghana escolheu a via do desenvolvimento socialista e iniciou um grande plano de recuperação económica. A nível político, este país escolheu o não alinhamento, com nenhuma das tendências do mundo desse tempo, contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. Assumiu a liderança do movimento pan-africanista e o seu líder escreveu o livro "**África deve unir-se**", onde mostrou as razões e as reais necessidades que o continente tinha de se unir, para enfrentar

os novos desafios que o mundo impunha.

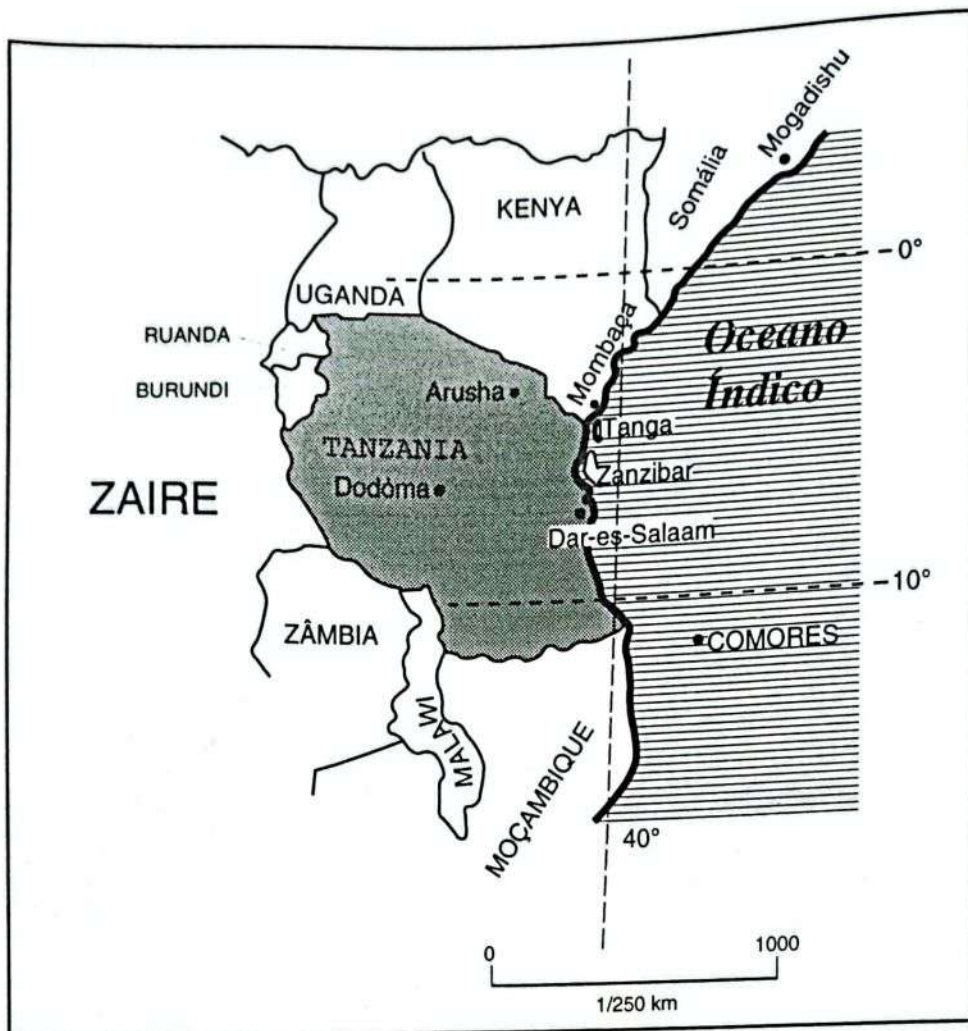
Em 1966, enquanto se encontrava de visita à China, Kwame Nkrumah foi deposto por um golpe de estado, orquestrado com viva participação de forças políticas estrangeiras e morreu em 1972, na Guiné, onde se encontrava exilado.



Fig. 10 — Kwame Nkrumah

África Oriental Tanganhica

O Tanganhica, mais tarde Tanzânia, juntamente com o Quênia e Uganda, faziam parte da África Oriental britânica, e, tal como sucedera nas Rodésias, os britânicos tentaram instituir em 1948 uma federação para a constituição de um self-government (governo autónomo), dirigido pelos colonos e com a participação dos nativos, numa tentativa de transição do poder para os africanos e, sem



MAPA 18 —
O Tanganhica

encargos financeiros para a Inglaterra. Porém, as divergências de interesses entre os colonos do Quênia, Uganda e Tanganhica inviabilizaram o processo pois, os colonos quenianos viam com maus olhos a integração do Tanganhica a quem consideravam medíocre e atrasado.

A partir de 1956, o Tanganhica implementou um plano de fomento com objectivo de recuperar a sua economia e aproximar-se dos seus vizinhos. O porto de Dar-es-Salam foi ampliado, construíram-se barragens, criaram-se institutos de investigação agrónomica e farmas de experimentação; desenvolveu-se a actividade mineira e a cultura

do sisal, do algodão e do café e acelerou-se a formação de quadros, o que proporcionou as bases de um desenvolvimento económico e social.

Em paralelo a este progresso económico, são instituídas grandes reformas políticas, o conselho legislativo que, em 1956, não tinha nenhum membro eleito e o executivo, que também não tinha nenhum africano, alteram a sua forma de funcionar. O sufrágio de 1957 estabelecia que cada grupo social representativo devia ter lugares no parlamento. Estas eleições, destacaram a personalidade de **Julius K. Nyerere**, antigo estudante da Universidade de

Makerere (Uganda) e de Edimburgo, professor primário e mais tarde professor de História em escolas católicas do Tanganhica, que muito rapidamente se envolveu na luta pela independência do país. Em 1954, havia transformado uma organização de intelectuais num partido político, a **Tanganyika African National Union (TANU)**.

Em 1960, o TANU ganhou 70 dos 71 lugares reservados aos africanos no parlamento local, e Julius Nyerere assumiu a posição de ministro-chefe de um governo de maioria africana. Na sua política, Nyerere e o TANU eram pela Unidade Africana (**Panfricanismo**) e, por isso, Nyerere era apologista de uma independência regional global, para depois se formar uma federação que seria base para a união africana, com a integração de outros estados. Porém, as contradições ideológicas entre as facções políticas africanas inviabilizaram o processo.

A **8 de Dezembro de 1961**, o Tanganyika ascendeu à independência e Rashidh Kawawa foi nomeado primeiro ministro até à instauração da República em 1962, altura em que Nyerere foi nomeado presidente por um plebiscito popular.

O quadro herdado do colonialismo era desolador, faltavam quadros nacionais competentes e a economia era de todo medíocre, tendo se dado início à recuperação económica. Foi com este quadro que o Tan-

ganyika se tornou no 14º membro da Commonwealth.

A passagem de Tanganyika para a Tanzânia deu-se após o triunfo do **Afro-Shirazi Party (ASP)** do Zanzibar, sobre os vários partidos de tendência árabe-islâmica, instituídos naquela ilha desde a independência. O triunfo deste partido foi marcado por um golpe militar dirigido por John Okeluo que levou ao poder Abeid Karume. Em 1964 o Zanzibar firmou com o Tanganyika uma união que tomou o nome de **Tanzânia**, presidida por J. Nyerere, e tendo como vice-presidente **A. Karume**.

Depois da **declaração de Arusha**, de 5 de Fevereiro de 1967, que adoptou o socialismo africano e o não alinhamento, a Tanzania iniciou um programa de recuperação económica. A base desse desenvolvimento foram os Ujamas (aldeias) que acolheram cerca de nove milhões de pessoas. A nível económico, a banca, a terra e outros sectores chave da economia nacional foram nacionalizados.

Na sua política externa a Tanzania filiou-se à OUA, criada por J. Nyerere e outros nacionalistas africanos; apóia o movimento de libertação nacional africano, acolhendo as primeiras bases dos guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e mais tarde apoiando o African National Congress (ANC) da África do Sul; nos anos 70-80, a Tanzania assumiu um papel de relevo na Linha da Frente, onde J. Nyerere foi um dos fundadores.



Fig. 11 — Julius Nyerere

Quênia

Durante a colonização britânica na África Oriental, o Quênia assumiu uma posição privilegiada. Povoada por cerca de 60.000 colonos europeus, que ocupavam maior parte das terras férteis e, relegando os negros às reservas de terras esgotadas. O Quênia era uma verdadeira colônia de povoamento.

Em 1947, **Jomo Kenyatta**, regressado de Londres, onde frequentara a "London School of Economics", organizou uma forte oposição aos colonos brancos, exigindo a igualdade de representação no parlamento e no governo local, a educação para os africanos, a abolição dos atropelos às liberdades democráticas, de expressão e de reunião. Estas

reivindicações não foram levadas a sério pelos colonos que afirmavam, ter ido ao Quênia "para ficar".

Em resposta à intransigência do governo colonial, rebentou em 1950 a revolta da tribo Kikuyu, tribo majoritária e mais esclarecida, cujo território fora submetido à presença dos colonos. Esta revolta, denominada **revolta dos Mau-Mau**, utilizou práticas de xenofobia, como juramento e sacrifício para unirem todos os membros numa solidariedade que, muitas vezes, foi utilizada para acções punitivas sangrentas, contra os colonos brancos e os seus seguidores. Esta posição radical levou o mundo inteiro a criticar a atitude dos Mau-Mau de J. Kenyatta. Uma ofensiva do governo colonial, levada a cabo em 1957, acabou com a revolta e Kenyatta e outros líderes foram presos.

Na década de 60, a política de Londres denominada "ventos de mundaça" (wind of change em inglês), permitiu que o movimento nacionalista africano, conseguisse importantes vitórias; passou a ter uma maioria no parlamento e no governo local, e os colonos europeus não podiam ocupar nenhum cargo, sem a sua eleição por uma maioria africana.

Contudo, estas medidas não contetaram os nacionalistas, que queriam a sua independência total.

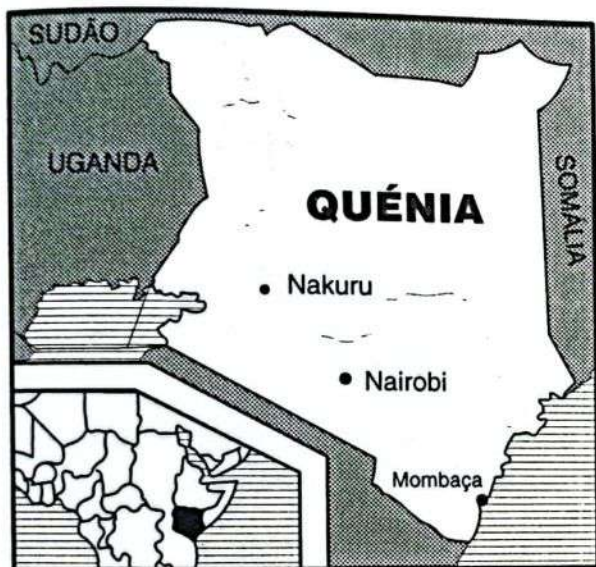
Em 1960, foi criado o **Kenya African National Union (KANU)** que adoptou como slogan **UHURU** (Independência) e cujo presidente era Jomo Kenyatta, ainda preso.

Apesar do grande empenho dos nacionalistas na sua luta, o movimento nacionalista foi afectado duramente por uma onda de fricções étnicas. Ao KANU, dominado pelos *Kikuyus*, *Lwos*, *Mas* e *Kambas*, opôs-se o **Kenya African Democratic Union (KADU)** dirigido por Ngala e Nurilo, e composto pelas etnias masai e kalenjil, que se

diziam primeiros ocupantes das terras férteis ora reivindicadas pelos kikuyu.

Foi com este quadro que Jomo Kenyatta proclamou a independência a **12 de Dezembro de 1963**. Contrariamente à Tanzânia, o Quênia não decretou medidas socialistas, mas filiou-se no movimento dos não-alinhados, na Commonwealth e tomou parte activa na criação da OUA.

O êxodo rural e a acumulação da população nas cidades elevaram os índices de criminalidade, da prostituição e do desemprego. Na política externa, as relações com a Etiópia e com a Somália eram assombradas pelos conflitos fronteiriços, e a tentativa de criar a Federação da África Oriental, juntamente com a Tanzânia e o Uganda, não chegou a efectivar-se, devido às diferenças de opinião que existiam dentro do próprio Quênia.



MAPA 17 — O Quênia

África Central Britânica

A Federação

A ideia da formação da Federação remonta da aparição do sistema colonial na região, mas as contradições de interesses dos colonos ingleses, não tornaram possível tal integração.

Em 1915 os directores da BSAC tentaram em vão instituir uma federação entre a Rodésia do Sul e do Norte, pois os colonos do sul aspiravam a sua autodeterminação em relação à metrópole britânica. Em 1924, o governo de Hertzog

(África do Sul) tentou em vão, realizar uma federação, entre o seu país e a Rodésia do Sul, tendo os colonos rodesianos se recusado, temendo a afluência massiva de boers empobrecidos, em busca de terras, no seu território.

Só em 1949, quando a Rodésia do sul, mais rica entre as três potenciais concorrentes à federação (Niassalândia, Rodésia do Norte e do Sul), se decidiu a aceitar a formação de uma federação, é que a ideia foi levada avante. O interesse dos colonos do

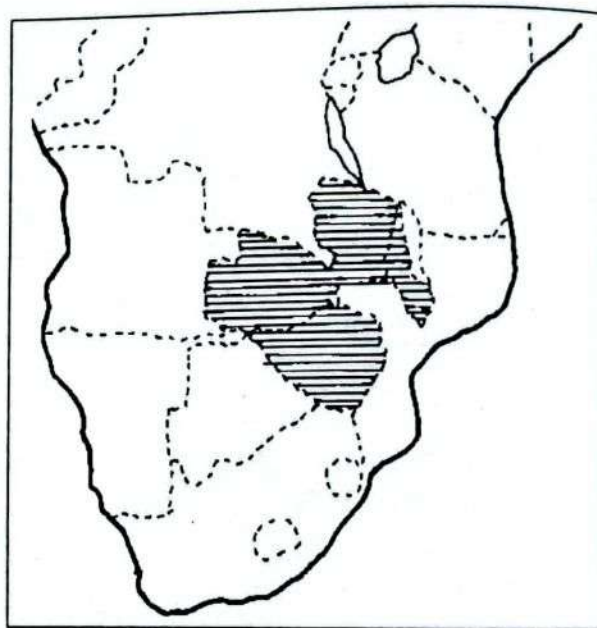
Sul era claro: pretendiam, com a federação, apoderar-se das ricas regiões mineiras do Norte e fazer uso da mão-de-obra barata do Niassalândia (Malawi). Em contrapartida, os colonos da Rodésia do Norte e do Niassalândia, pretendiam, com a federação, beneficiar-se do financiamento econômico do Sul mais desenvolvido. Os dividendos da Inglaterra nessa federação eram também claros. A metrópole deixaria de gastar avultadas somas em dinheiro, pela administração das três colônias e lucraria com os impostos pagos pelos colonos.

A federação iniciou o seu trabalho pleno em Outubro de 1953, com Huggins (primeiro ministro da Rodésia do Sul), como seu líder. À federação coube a gestão dos recursos nacionais, enquanto à Inglaterra, caberam as pastas da defesa e dos negócios estrangeiros.

Este organismo não se predispôs a resolver de forma nenhuma as aspirações do movimento nacionalista, estimulado pela política de "wind of change", promulgada pela Inglaterra, segundo a qual, durante um certo período, far-se-ia uma entrega gradual do poder aos africanos. Pelo contrário, o racismo acentuou-se, e os africanos, não tinham uma representação significativa no parlamento e no governo da federação.

Reduzidos ao mínimo na representação legislativa e executiva da federação, os negros começam a agir por sua conta. Diferentes grupos nacionalistas

pressionam Londres a ceder a sua independência. Esta pressão, de certa forma, levou ao colapso da federação em 1963. A Rodésia do Norte e Niassalândia, iniciam um processo que culmina com as suas independências, e a Rodésia do Sul mantém-se intransigente e, ante a pressão da Inglaterra, declara unilateralmente a sua independência, em 1965.



MAPA 20 — A Federação das Rodésias e Niassalândia

O movimento nacionalista e a independência do Zimbábue

Em 1960, os colonos brancos constituíam 5% da população e possuíam mais de 70% das terras cultiváveis. Da exploração de uma mão-de-obra quase escrava, estes plantadores obtinham excelentes rendimentos das culturas de tabaco e chá. Começou nesta época o

processo descolonizador em África. A Rodésia do Norte (Zâmbia) e o Niassalândia (Malawi) tornaram-se independentes em 1964, logo após a dissolução da federação.

Na Rodésia do Sul, o **Congresso Nacional Africano (ANC)** da Rodésia do Sul, tal como na Rodésia do Norte e Niassalândia, intensifica a mobilização pela independência. O governo colonial do primeiro ministro Ian Smith responde, decretando em Novembro o "estado de emergência" para paralisar toda a actividade revolucionária.

Face a esta atitude, Londres chama atenção ao governo colonial, para proceder à entrega gradual do poder aos africanos, conforme a política assumida pela Inglaterra. Smith nega e, para evitar que a sua **Frente Rodesiana**, de ideologia racista, fosse deposta do governo, proclama unilateralmente a independência, a 11 de Novembro de 1965.

A Grã-Bretanha ignora esta resolução, e o regime rebelde é castigado com um boicote comercial imposto pelas Nações Unidas. A África do Sul e Portugal colonial da época, negam respeitar o boicote, violando-o sistematicamente.

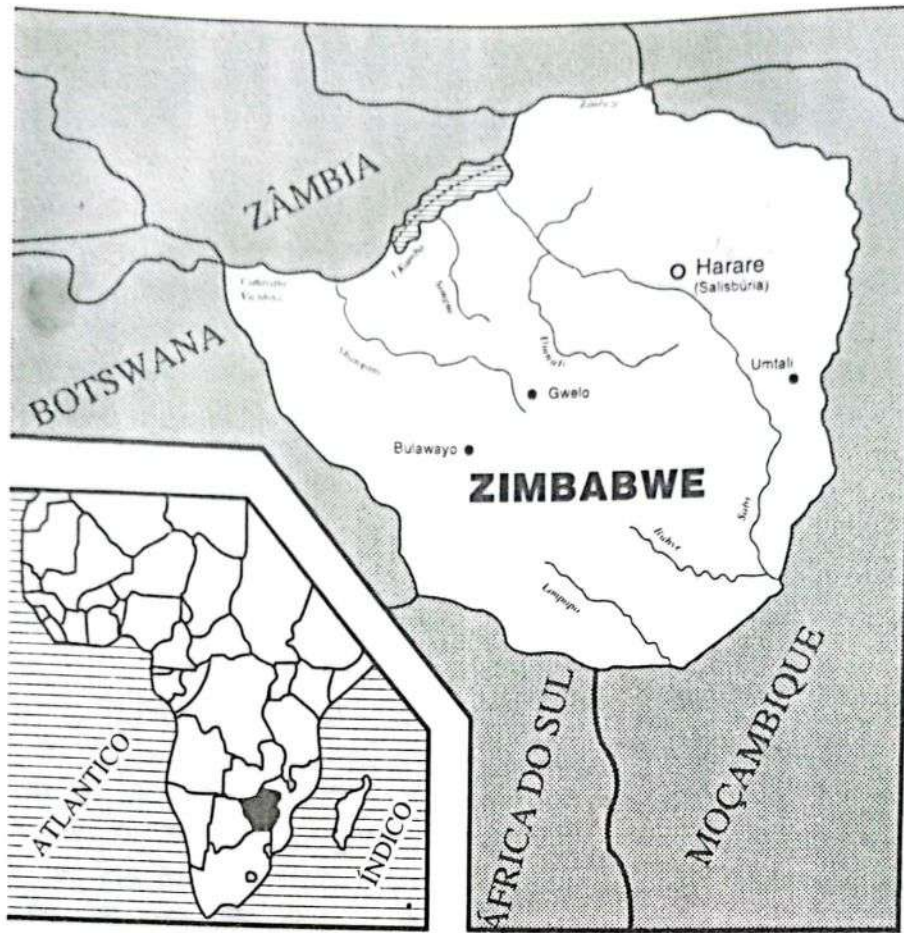
Os nacionalistas perceberam que as pressões diplomáticas, pouco ou nada podiam fazer para alterar a sua situação, tendo para o efeito iniciado uma luta de libertação nacional, organizada por dois grupos: a **ZAPU (União Popular Africana do Zimbabwe)**, liderada por **Joshua Nkomo**, e a **ZANU (União**

Nacional Africana do Zimbabwe), liderada por **Robert K. Mugabe**, que mais tarde se uniram e formaram a **Frente Patriótica**, co-presidida por Robert Mugabe e por J. Nkomo.

Com a independência de Moçambique, em 1975, e a posição assumida pelo governo deste país, na pessoa de **Samora Machel**, o presidente fez com que o bloqueio económico à Rodésia fosse efectivo, e o apoio à luta de libertação fosse mais amplo. A resposta do governo de Smith a estas atitudes foi de ataques militares contra alvos civis e económicos dos países da região, sobretudo Moçambique, que era conotado como grande retaguarda das forças nacionalistas. Os países da região agruparam-se e constituíram a **Linha da Frente** (Zâmbia, Moçambique, Angola, Botswana e Tanzania), para lutar de forma diplomática contra a colonização na Rodésia do Sul e contra o apartheid na África do Sul.

Sentido-se pressionada pela comunidade internacional e pela luta nacionalista, a Rodésia de Smith orquestrou, em 1979, eleições fraudulentas, que levaram o bispo **Abel Muzorewa** ao poder, mas sem poderes efectivos, pois era a menoria branca que continuava a dominar o país.

A intensificação da luta armada levou o governo de Smith e seus parceiros a aceitarem a vitória da Frente Patriótica em **Lancaster House**, a partir de onde se iniciou o processo que culminou com a proclamação da independência, a 11 de Abril de



MAPA 19 —
O Zimbabwe

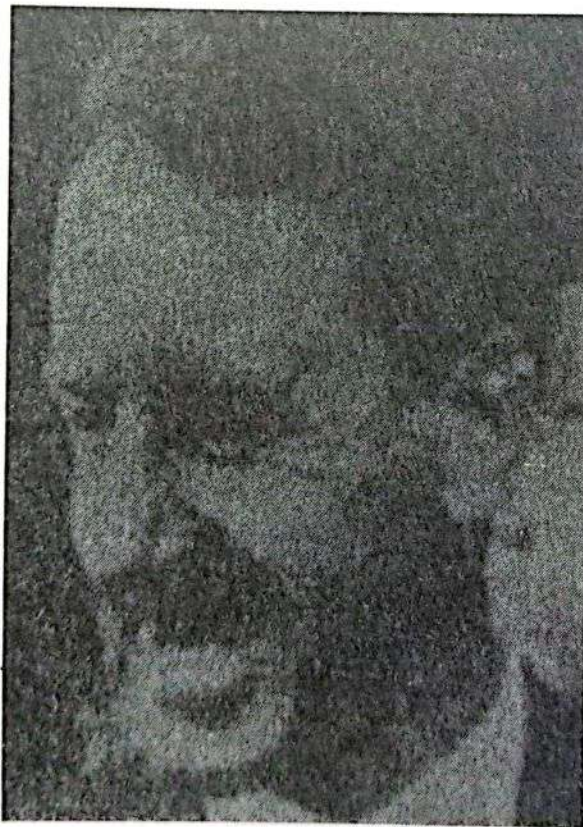


Fig. — 12 Ian Smith

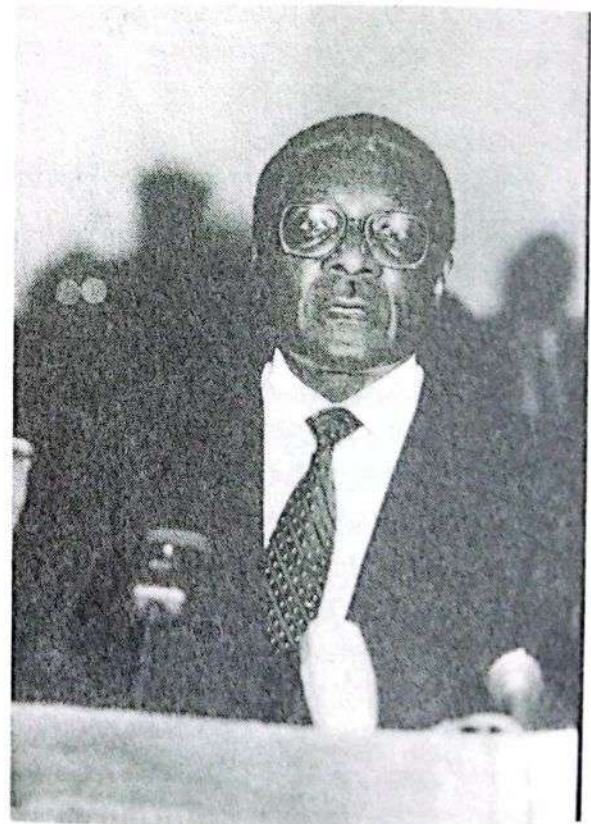


Fig. 13 — Robert Mugabe



Fig. 14 — Joshua Nkomo

1980, e com a ZAN-FP a triunfar nas eleições, e Robert Mugabe a assumir presidência do novo Estado, agora designado Zimbábue. No seu discurso da tomada de posse, Mugabe reiterou a posição do seu país no não-

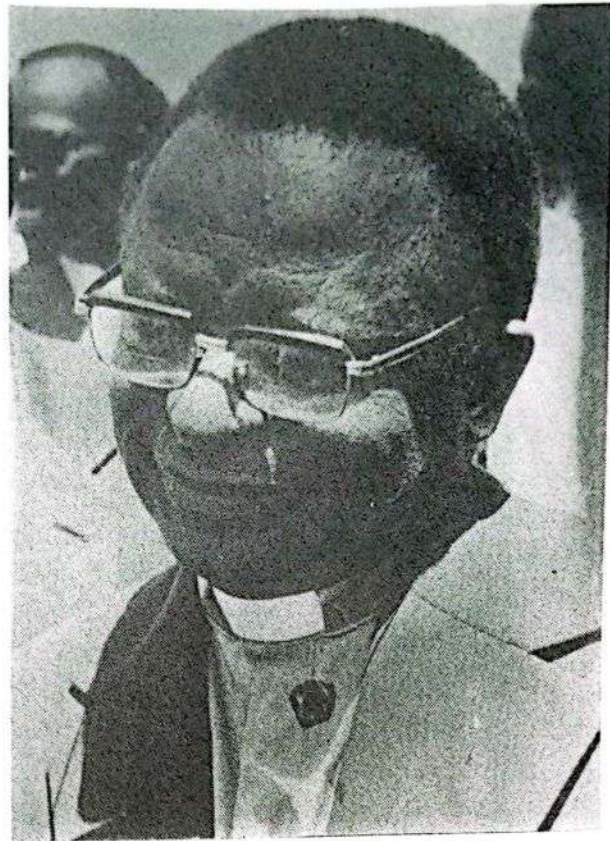


Fig. 15 — Abel Muzorewa

-alinhamento e a sua firme disposição em tomar parte na Linha da Frente, na SADC, a nível regional e na OUA a nível continental.

A Zâmbia

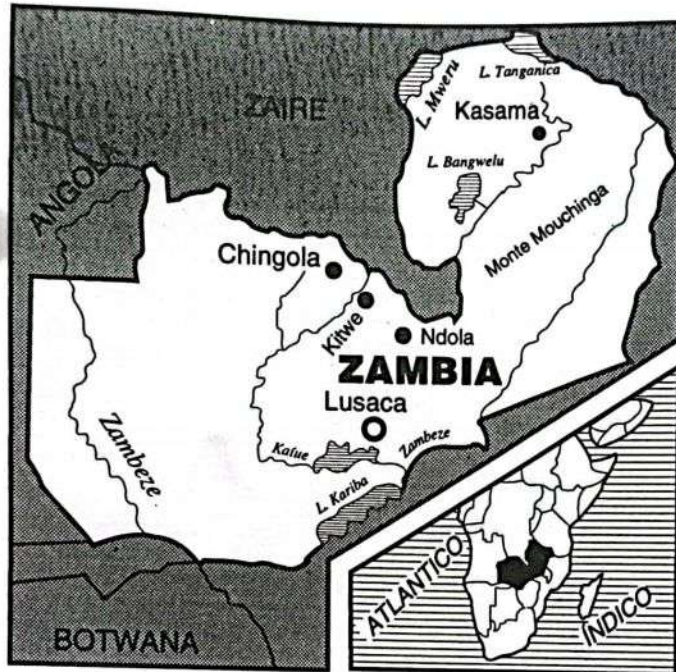
Em 1953, a Zâmbia fizera parte, juntamente com a Rodésia do Norte e a Niassalândia, da federação, e tal como noutros territórios da federação a discriminação racial era evidente. O ANC, do qual fazia parte o professor primário Kenneth Kaunda, encabeçou uma luta, com objectivo de acabar com o racismo. As contradições no seio deste movimento nacionalista levaram a criação do Congresso Nacional Africano da Zâmbia, que intensificou a sua luta, tendo sido banido em 1959, e o seu líder preso.

Em 1950, os nacionalistas zambianos fundaram o United National Independence Party (UNIP), que Kaunda passou a presidir depois de sair da cadeia em 1960. Porém, as actividades deste partido também levaram à sua ilegalização em 1961.

Os movimentos de protesto contra a federação, reivindicados pelos nacionalistas, tiveram eco. Em 1963, a federação foi dissolvida e iniciou-se um processo de transição para a independência do país, que se deu em 1964.

Com a independência, apesar de se ver rodeada de regimes hostis (colônias portuguesas de Angola, Moçambique e a Rodésia do Sul), a Zâmbia apoiou activamente os movimentos de libertação nacional destes países, albergou, em 1970,

a Terceira Reunião-Cemeira dos Não-alinhados, da qual é membro activo. Integrou os países da Linha da Frente, a OUA e apoiou os movimentos de libertação e o ANC da África do Sul.



MAPA 20 — A Zâmbia



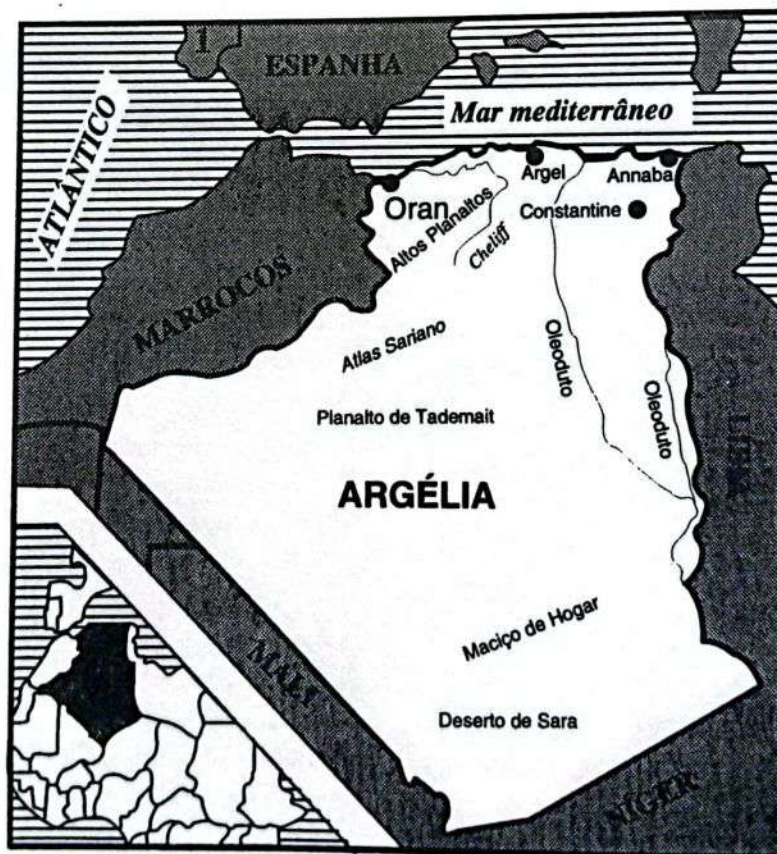
Fig. 16 — Keneth Kaunda

organizar o primeiro movimento armado africano, pela independência nacional. Com efeito, a **Frente de Libertação Nacional** desenvolveu uma intensa luta no campo, apoiada por incursões de guerrilha urbana, em parte, aprendidas com a resistência francesa, quando esta lutava contra os alemães. Em resposta, os meios reaccionários da burguesia francesa desencadearam uma cruel chacina e tortura dos nacionalistas e guerrilheiros.

Depois de 8 anos de uma luta encarniçada, De Gaulle reconheceu a Independência da Argélia, celebrada a 3 de Junho de 1962. **Ahmed Ben Bella** foi conduzido à presidência em Agosto do mesmo ano, tendo, no entanto, sido

derrubado em 1965, por Houari Boumediene, um dirigente veterano da guerra contra a França, que deu uma nova dinâmica à revolução argelina.

No plano das medidas externas tomadas, a Argélia tornou-se um guia de vanguarda dos movimentos de libertação do continente, apoiando a formação de guerrilheiros, sobretudo para os movimentos de libertação das colónias portuguesas, onde a renitência de Portugal não permitiu a sua transição pacífica para a independência. Com efeito, os primeiros guerrilheiros da FRELIMO, como Samora Machel, Alberto Chipande e outros, foram formados naquele país africano.



MAPA 22 — A Argélia



Fig. 17 — Imagem dos primeiros guerrilheiros da FRELIMO formados na Argélia (AHM)

O Senegal

No pós guerra, o Senegal, tal como outras colónias, sofreu directamente o efeito da recessão económica. Com efeito, apesar de se fazerem sentir as reformas políticas francesas, com a participação dos africanos na política nacional, a escassez de produtos importados, a redução de mercados para a exportação do amendoim e a queda do seu preço no mercado mundial, as queixas dos antigos combatentes que participaram na guerra, ao lado dos franceses, tornaram-se os problemas mais candentes que iriam rapidamente alterar a situação colonial.

Em consequência desta situação, emergem os primeiros partidos nacionalistas organizados, em que o primeiro deles, foi o "Bloco

Africano" conduzido por Lamine Guèye, advogado, e por um professor, **Leopold Sédar Senghor**. As divergências entre os dois líderes levaram Senghor a formar o **Bloc Démocratique Sénégalais** (BDS), que entre vários aspectos do seu plano, previa a criação de um socialismo africano, tendo elaborado uma doutrina de eleições locais. Em 1958, Senghor adere à "Lei Quadro" e converte-se em território autónomo, dentro da União Francesa. Porém, a libertação africana já era uma realidade irreversível, e a França, pressionada pela sua aderência ao mercado comum europeu, que não permitia, a nenhum dos seus membros manter colónias, o Senegal ascende à independência em 1960

Após a independência, Senghor, o presidente do novo Estado, assume atitudes de um francófilo entusiasta e toma atitudes de apoio

à política da França, no continente, sobretudo nos períodos em que esta foi marcada por governos profundamente belicistas.



MAPA 23 — O Senegal



Fig. 18 — Leopold Senghor

Situação das colônias belgas

A margem do rio Congo, onde se estabelecera o Congo Belga, fora no passado santuário de reinos poderosos como o Congo, Luba, Kuba e Lunda, antes da chegada dos primeiros traficantes de escravos europeus. Henry Stanley, a mando das autoridades belgas levou até a esta região a "civilização" cristã, nos finais do século XIX. Na conferência de Berlim, as intensas disputas entre as potências pela posse desta região, foram ganhas pelo rei Leopoldo II, que estabeleceu aqui a *Compagnie du Katanga*, para deter as tendências expansionistas dos ingleses, a partir do sul, onde Cecil Rodhes havia tomado a Rodésia do Norte.

As riquezas florísticas, e sobretudo a existência de variados

minérios atraem para o Congo Belga grandes somas de dinheiro, principalmente das companhias, como a *Union Minière du Haut-Katanga* e a *Forminière* do Kassai. Para o controlo destas riquezas, a Bélgica estabeleceu, no território, grandes contingentes de colonos, uma poderosa força militar e uma política de franca abertura em relação aos movimentos nacionalistas.

As mudanças ocorridas em 1957, provocadas pela independência do Ghana e pelo intenso movimento emancipacionista nas colônias francesas, obrigaram as autoridades belgas a tomarem medidas liberalizadoras, que permitiram o surgimento de alguns partidos nacionalistas. Os partidos surgidos eram, quase todos,

baseados na tribo e na região. Só um deles, o **Movimento Nacional Congolês**, dirigido por **Patrice Lumumba**, via as coisas em termos nacionais, evitando as divisões tribais ou regionais.

O desenvolvimento do movimento nacionalista provocou tanta ira nos colonos belgas, que levaram a cabo um movimento de terror contra as massas. Porém, o movimento do Congo, rumo à independência, era já irreversível, e a **30 de Junho de 1960**, o Congo proclamou a sua independência, e Joseph Kasavubu foi nomeado presidente, e Lumumba, primeiro-ministro.

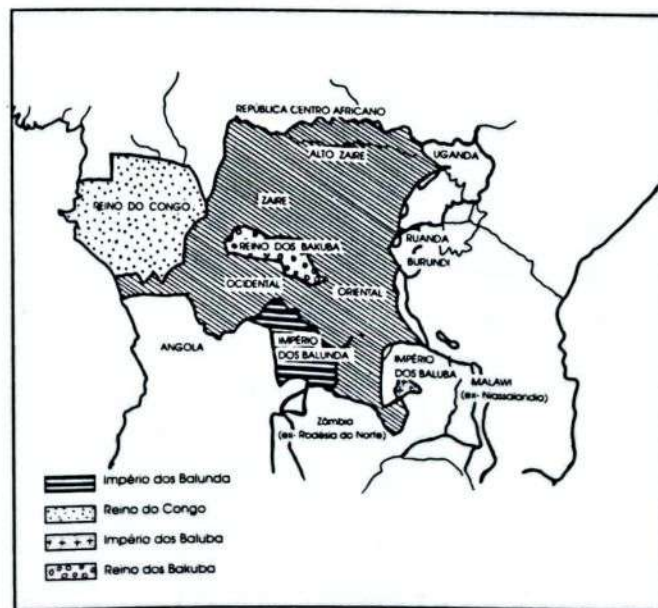
Poucos dias após a independência, os grupos tribalistas e a reacção externa iniciam um plano de conspiração contra o governo de Lumumba: a 11 de Julho os secessionistas do Catanga, proclamam a sua independência, privando o governo das riquezas minerais e pouco tempo depois o Kassai também segue o exemplo.

Solicitado apoio às Nações Unidas, estas enviaram uma força ao Congo composta por pára-quadistas belgas, que, no entanto, apoiaram a reacção. Aproveitando-se do facto, Kasavubu orchestra um golpe de Estado e entrega Lumumba aos secessionistas catanguesses, que o matam. O novo governo estabelecido após o golpe, tinha como primeiro-ministro Moisés Tchombé, que derrotou os últimos focos de resistência das forças de Lumumba.

Em 1965, Tchombé foi deposto por um golpe militar dirigido por

Joseph Desiré Mobutu, que alterou o nome de Congo para Zaire e o seu próprio nome para **Mobutu Sese Seko**, no âmbito da doutrina de *autenticidade africana*. Na política externa, Mobutu, apesar de filiar-se nos países não-alinhados, as suas posições foram sempre em defesa dos interesses imperialistas na região. Apoiou as forças que, em Angola, tentavam impedir a vitória de Agostinho Neto e o seu MPLA, e muito recentemente apoiou clara e abertamente a UNITA, no conflito que se seguiu às eleições de 1992, onde esta foi derrotada pelo MPLA. Manteve sempre boas relações com a África do Sul do apartheid, apesar disso, contrariava a sua posição como membro da OUA.

Contudo, as mudanças em curso no mundo, exigem a deposição do vitalício presidente do Zaire, e um intenso movimento democrático tem pressionado o velho presidente, a aceitar a introdução de reformas democráticas na sua governação.



MAPA 26 — O Congo e o Império Colonial Belga



Fig. 19 — Mobutu Sese Seko e Samora Machel

OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA ÁSIA

Quando a Segunda Guerra Mundial começou, o único país independente da Ásia era o Japão. Derrotado na guerra, o Japão teve a sua estrutura política reorganizada nos moldes ocidentais. Em termos económicos, o milagre japonês levou o país a grandes avanços económicos, tornando-se hoje, num dos países mais desenvolvidos do mundo.

A Índia tornou-se independente em 1947, depois de um movimento liderado pelo Congresso Nacional Indiano de Mahatma Gandhi. Contudo, a independência não trouxe grandes mudanças económicas, porquanto nem mesmo o aparente desenvolvimento indiano conseguiu disfarçar a pobreza, em que vive a maioria da população.

Outros países como a Birmânia, a Indonésia, Filipinas e Malásia

também se tornaram independentes, mas sem grandes mudanças económicas e sociais. Só na China de Mao Tsé-Tung, que desenvolveu e fez triunfar uma Revolução socialista em 1949, é que as mudanças sócio-económicas e políticas foram intensas a ponto de libertar o país das potências imperialistas e desenvolver uma notável reforma agrária, e outras grandes mudanças de ordem económica. Passemos de seguida a ver alguns processos ocorridos neste continente.

O Movimento de Libertação na Índia

Mesmo antes do final da Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo indiano contra a presença inglesa já era notório. A colonização

britânica foi sendo dificultada pelas campanhas de desobediência civil do **Congresso Nacional Indiano** de **Mahatma Gandhi** (veja movimentos de libertação na Índia), o precursor do movimento à independência. Mesmo após a guerra, o Partido do Congresso continuou a dirigir a luta pela independência.

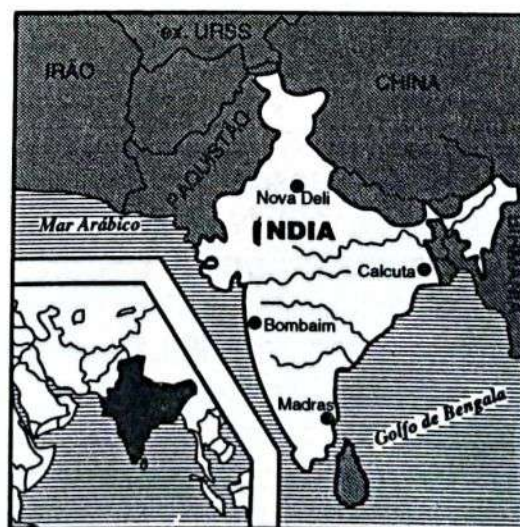
Mahatma Gandhi privilegiou na sua luta as greves e sabotagens, cujo ponto máximo foi atingido com o boicote ao consumo de manufacturas inglesas privilegiando-se os tecidos rústicos de algodão produzidos localmente pelos indianos. Esta atitude valeu a Gandhi a prisão entre 1922-1924. A pouco e pouco, os ingleses aperceberam-se de que o processo de libertação da Índia era irreversível e iniciaram o processo gradual de independência do território.

Porém, antes da retirada, os ingleses fomentaram uma guerra étnico-religiosa entre os muçulmanos e os indus, que acabou por dividir o país em três partes: a **União Indiana**, essencialmente hinduísta, sob o governo do primeiro-ministro Nehru, e o **Paquistão**, muçulmano, que por sua vez, foi dividido em Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental, sob governo de Ali Jinnah. Em 1971, o Paquistão Oriental desmembrou-se e formou a **República de Bangladesh**. No extremo sul da Índia, na ilha Ceilão, formou-se, em 1948, o terceiro Estado autónomo, designado **Sri Lanka**, de maioria budista.

A União Indiana ascendeu à sua independência a **26 de Janeiro de**

1947, e tomou um papel activo no processo de libertação de outros povos ainda oprimidos. **Jawaharlal Nehru**, que liderou a Índia após a morte de Gandhi, forjou, juntamente com Sukarno, Nasser e Tito, o conceito de **Não-Alinhamento**, política dos países que lutaram pela independência e soberania plenas e elaborou, para o seu país, uma política de desenvolvimento baseada na ideia de que a industrialização traria a prosperidade.

Em poucas décadas, a Índia obteve avanços significativos que lhe permitiram até a colocação de satélites no espaço e detonar, em 1974, a bomba atômica tornando-se na primeira potência nuclear dos Não-Alinhados. Porém, este desenvolvimento, contrastava com a grande pobreza social em que vivia maior parte das massas, e com a crescente discriminação da mulher, assim considerada pelos princípios religiosos vigentes.



MAPA 25 — O desmembramento da Índia

A Revolução Socialista na China

A guerra contra o Japão, durante a II Guerra Mundial, permitiu ao Partido Comunista, a saída do seu isolamento, e a adoção de um plano que lhe permitisse uma grande confiança das massas populares, sobretudo no campo.

Com o fim desta guerra em 1945, estalou uma guerra entre os comunistas e Chang Kai-Chek, na sequência da distensão das relações entre o este e o oeste, porém, o apoio das massas camponesas, permitiu ao Partido Comunista uma vitória sobre os seus rivais, tendo, por isso, se implantado a **República Popular da China**, com capital em Pequim.

Mao Tsé-Tung, o grande teórico marxista, assumiu a presidência do país e dirigiu as grandes tarefas da Revolução socialista, adaptada à realidade chinesa. A partir daqui, a China desenvolveu grandes reformas na agricultura, onde os antigos senhores de terras foram espoliados, e a terra entregue aos camponeses, que criaram comunas populares.

A industrialização foi também levada a cabo com a exploração das imensas riquezas de que o país dispunha como o ferro e carvão, que em pouco tempo, alcançaram níveis mundiais. O seu grande desenvolvimento permitiu que, em muito pouco tempo, e com a cooperação com a URSS, se tornassem uma das potências nucleares do globo. A nível ideológico, a Revolução socialista era marcada pela Revolução cul-

tural, que de 1966 a 1970, enalteceu o culto de personalidade, apresentando Mao Tsé-Tung como o líder do socialismo mundial, o que levou a grandes contradições com a URSS.

A morte de Chou En-Lai, habilidoso e conciliador de várias tendências do PCC, e de Mao Tsé-Tung, em Setembro do mesmo ano (1976), abriram um novo caminho de disputa pelo poder na China. Deng Shiao Ping, tomou conta do poder depois de derrotar a extrema esquerda de Chiang Ching.

O novo governo de Deng Shiao Ping iniciou um período de "desmaoização" do país, afastando todos os seus adeptos do governo. No final da década de 80, a imagem de Mao, antes carismática, quase que foi esquecida na China. A meta do novo governo foi a modernização da economia, da defesa e da área de ciência e tecnologia, as chamadas 4 modernizações. Por causa destas,



Fig. 20 — Mao Tsé-Tung

afluiram à China capitais estrangeiros, tirando ao estado o controlo de certas áreas da economia.

A carestia do nível de vida e a necessidade de reformas mais radicais culminaram em 1989, com a ocupação, por um numeroso grupo de estudantes e académicos, da praça de Tian Man, conhecida como a praça da paz celestial, onde os insurrectos exigiam as liberdades burguesas, ostentando inclusive, a éfigie da liberdade, um símbolo norte-americano. O governo de Deng Shiao Ping

adoptou uma resposta dura contra os manifestantes e centenas ou talvez mesmo milhares foram mortos pelas balas do Exército Vermelho Chinês.

As mudanças da Perestroika e do Glasnost de Gorbatchov fazem-se sentir na China. Apesar de manter uma dura linha comunista, este país já imprime mudanças rumo a uma abertura tendente à economia de mercado, e a pouco e pouco vai perdendo o controlo centralizado da economia pelo Estado.

O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA AMÉRICA LATINA

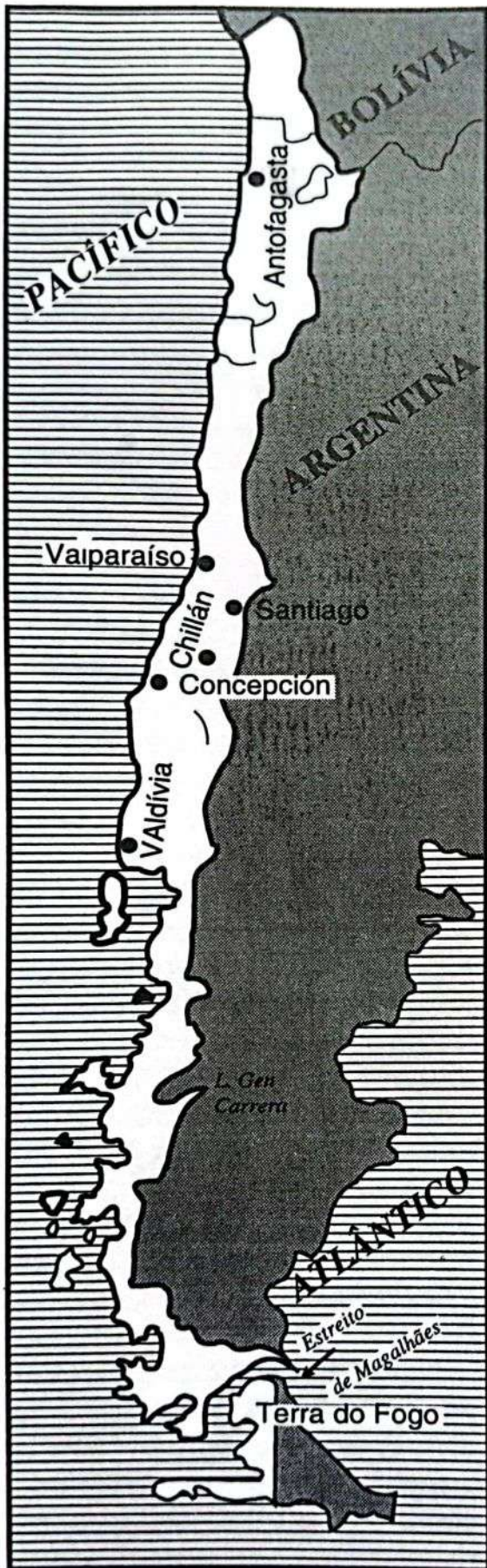
Os países da América Latina, embora politicamente independentes, desde o século XIX, mantiveram laços de dependência económica em relação às grandes potências capitalistas mundiais, inicialmente a Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos.

As forças reformistas e nacionalistas e também de extrema esquerda confrontam-se com as forças tradicionais, defensoras da veicu-lação político-económica com os grandes centros capitalistas, sobretudo os Estados Unidos. Assim, o anseio das nações latino-americanas, pela democratização e autonomia, tem gerado pressões no sentido de reformular as estruturas vigentes. Por isso, ditaduras militares, movimentos reformistas, revolucionários e guerrilheiros têm caracterizado o conturbado quadro político da América Latina no século XX.

O Chile

A independência do Chile, ocorrida a 18 de Setembro de 1818, surgiu na sequência da vitória do argentino José San Martín, sobre as tropas espanholas e foi consolidada por Bernardo O'Higgins, que estabeleceu uma república sobre princípios liberais, mas sem modificar a estrutura social do latifúndio. As riquezas mineiras do Chile rapidamente chamaram ao território os interesses europeus e conflitos militares sangrentos pela posse dessas riquezas, como aquele que se deu entre 1879 e 1884.

As potências imperialistas conseguiram finalmente instalar-se com a morte de Balmaceda, que se suicidou, descontente com a actuação das potências no seu território. Com os subsídios do cobre, recolectados às potências imperialistas, o Chile pôde instalar



MAPA 26 — O Chile

um amplo sistema de educação e saúde, e a crescente industrialização do país levou ao crescimento da classe operária e da classe média expresso na vitória dos governos da Frente Popular de Pedro Cerda e Juan Antônio Ríos, entre 1937 e 1946.

As aspirações de mudança do povo tomaram forma com o triunfo da Democracia Cristã em 1964. Ainda que tenha iniciado um processo de reforma agrária, o presidente Eduardo Frei, não cumpriu a sua promessa de nacionalizar a indústria do cobre, explorado por multinacionais americanas, o que lhe custou a derrota nas eleições de 1970.

Substituindo o governo de Eduardo Frei do Partido Democrático Cristão, caracterizado por um espírito reformista limitado, liberal, foi eleito **Salvador Allende**, da **Unidade Popular**, composta pela aliança de socialistas e comunistas.

A inédita "via chilena para o socialismo" nacionalizou, sem indenizações, as minas de cobre e outras 200 empresas estrangeiras, aumentou o salário real dos trabalhadores, aprofundou a reforma agrária com a introdução da exploração colectiva da terra, estatizou a banca e o comércio externo.

Descontentes com a actuação de Allende, os Estados Unidos começam a minar a sua posição através de uma forte campanha de descrédito, levada a cabo pela CIA. Finalmente, em 11 de Setembro de 1973, as forças



Fig. 21 — Salvador Allende

armadas chilenas, sob comando do general **Augusto Pinochet**, bombardearam a sede do governo, o palácio de La



Fig. 22 — Augusto Pinochet

Moneda, numa acção que levou Allende a resistir até à morte.

Ao assumir o poder, Pinochet estabeleceu a mais repressiva ditadura da América Latina, com mortes, prisões, deportações, entre outros. A indignação da comunidade internacional, levou a que o país iniciasse um processo de democratização das suas estruturas políticas, iniciado em 1990, que culminou com a realização de eleições presidenciais, o que foi acompanhado por uma relativa calma social e estabilidade económica.

A Revolução socialista em Cuba

Cuba foi o último país a libertar-se da dominação espanhola e o primeiro a livrar-se da dominação que os Estados Unidos moviam, sistematicamente, contra os países da América Latina.

Como no resto do continente, as lutas pela independência começaram nos meados do século XIX, mas a decisiva começou na ilha em 1895, sob a liderança de José Martí, António Maceo e Máximo Gomes. Três anos mais tarde, os EUA declararam guerra à Espanha e intervieram na libertação da ilha, quando a vitória dos patriotas cubanos já era inevitável.

Os Estados Unidos, então sob a política do **Big Stick** de Roosevelt, conseguiram incluir na constituição cubana de 1901, a **Emenda Platt**, onde se reconhece aos EUA o direito de intervir em Cuba e de reter uma porção territorial, de cerca de

dezassete quilômetros quadrados, a baía de Guantanamo, em que estabeleceram uma poderosa base aeronaval por um período de 100 anos, ainda hoje conservada.

A presença americana foi selada pela presença de governos ditatoriais orquestrados pelos EUA, onde se destacaram os governos de Gerardo Machado e Fulgêncio Baptista. Com a queda do ditador Machado, em 1933, um processo de reformas anti-imperialista foi impulsionado pelo jovem líder Antônio Guiteras, que ocupou simultaneamente, vários ministérios, no governo do presidente Gau San Martin. Este foi derrubado no ano seguinte pelo sargento Fulgêncio Baptista, que governou o país em dois mandatos, entre 1934 e 1958, e instaurou uma férrea ditadura e uma repressão sangrenta.

Em 31 de Dezembro de 1958, Fulgêncio Baptista fugiu de Cuba, quando se aproximavam de Havana as colunas de guerrilheiros de Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, que constituíam a vanguarda do exército rebelde conduzido por Fidel Castro.

Castro tinha desembarcado em Dezembro de 1956, para iniciar a rebelião contra a ocupação americana, representada pelos ditadores. As suas bases de luta, estavam estabelecidas na sua alegação de defesa, pronunciada diante dos juízes, após o fracasso da tentativa de insurreição de Julho de 1952, no quartel de Moncada, discurso conhecido pelas suas palavras finais "A História me absolverá". Com esta insurreição,

Cuba ascende à independência a **1 de Janeiro de 1961.**

Em 1961, como represália pela reforma agrária e pela expropriação de várias empresas norte-americanas, a ligação cada vez maior que Cuba tinha com o bloco soviético, levou John Kennedy a tomar medidas radicais: em Janeiro de 1961 os EUA romperam relações diplomáticas com Cuba, e em Abril organizaram uma invasão de mercenários cubanos, com apoio aéreo e logístico da força aérea norte americana, na baía dos porcos. Após 72 horas de duro combate, a invasão de **Playa Girón** terminou com a primeira derrota militar do imperialismo lanque na América Latina.

Em Abril de 1961, Fidel Castro proclamou a orientação socialista em Cuba, que em 15 anos erradicou o analfabetismo, criou um dos mais avançados programas de saúde pública da região, deu um grande impulso à construção de habitações populares com a participação de trabalhadores e começou a diversificar a economia para terminar com a monocultura da cana de açúcar, até então vigente.

Esta proclamação fez de Cuba um importante parceiro estratégico da URSS na América Latina, que promoveria a tentativa de instalação de mísseis na ilha. Esse facto desencadeou uma grave crise (a crise de mísseis), entre os governos de Kennedy e Khrutchev, pondo em causa a segurança mundial. Após um rigoroso cerco e ameaça de desembarque, os

soviéticos procederam à retirada dos mísseis.

Em 1962, Cuba foi expulsa da organização dos Estados Americanos (OEA), sob acusação de que disseminava a subversão pelo continente. Simultaneamente, Kennedy lançou para a América Latina a Aliança do Progresso, um programa que através da ajuda económica, pretendia combater as influências da Revolução Cubana sobre outros países do subcontinente. O bloqueio económico, imposto pelos EUA a partir de Julho de 1964, foi enfrentado com coragem e enorme sacrifício. A medida não impediu que Cuba expressasse a sua vocação internacionalista e solidariedade com os povos em luta, pela sua independência, sobretudo na América Latina, em países como a Bolívia, Colômbia e países centro-americanos onde actuava pessoalmente "Che" Guevara, o líder da Revolução morto em Outubro de 1967, na Bolívia. Em resposta a esta política, os EUA incentivaram golpes de estado e estabeleceram ditaduras militares na América Latina, por forma a afastar o perigo comunista representado por Fidel.

Nos anos 70 e 80 a política de abrandamento, manifestada pelas administrações de Gerald Ford e de Jimmy Carter, aproximou significativamente os dois países com a abertura de representações diplomáticas em ambos os países. Porém, diante da política internacional pendular, na administração Reagan, as pressões

e os atritos são retomados. Foram principais motivos desta tomada de posição do governo americano o crescente internacionalismo cubano, manifestado na nossa região, pelo apoio ao governo do MPLA em Angola, que lutava contra a UNITA, diplomática e financeiramente apoiado por importantes círculos políticos dos EUA e pela África do Sul racista.

O apaziguamento internacional levado a cabo pelas mudanças da Perestroika e pelo Glasnot de Gorbatchev, abrandaram um pouco a pressão norte-americana, e propiciaram o início de uma série de aberturas por parte do governo cubano ao investimento estrangeiro. Porém, a fidelidade aos antigos princípios comunistas, tem levado Fidel Castro a enfrentar uma cada vez mais crescente oposição, tanto interna como externa, manifestada internamente por uma onda de emigração para os EUA e pela continuidade das pressões económicas contra a Ilha.

A Revolução Cubana ocupa na América Latina um lugar de especial destaque e deve ser analisada e percebida como uma via específica de solução dos problemas de miséria e ditadura, produzidos pelo subdesenvolvimento, cujas soluções parecem apontar para o não-alinhamento automático com os EUA. Assim, após cerca de 30 anos de Revolução, Cuba orgulha-se de ser o único país da América Latina que com os seus meios erradicou grandes males sociais como o analfabetismo, o desemprego e a

assistência médica que neste país é gratuita.

No começo da década de 90, com a eclosão da Perestroika e do Glasnost, cresce a

indignação do mundo perante o férreo alinhamento de Cuba à manutenção da política monolítica.



MAPA 30 — Cuba



Fig. 22.1 — Fidel Castro

Um dos factos mais importantes da História contemporânea foi o processo de descolonização e de emergência do nacionalismo, ocorrido depois da Segunda Guerra Mundial na Ásia, África e América Latina. Em poucos anos, na maior parte dos países destes continentes, foi erradicado o colonialismo e foram criadas novas nações independentes.

O rápido processo de descolonização resultou, tal como já vimos, (vide as causas do nacionalismo africano) do enfraquecimento das potências envolvidas na guerra, e da necessidade das superpotências de ver o mundo colonizado livre, tanto para os seus investimentos, como para as suas influências ideológicas.

No processo de independências, algumas potências colonizadoras tiveram o cuidado de manter intactas as relações com as suas ex-colónias de modo que a sua influência económica se mantivesse, e as jovens nações independentes se mantivessem

ainda presas ao colonizador, num sistema designado por **neocolonialismo**.

Este novo método de colonização foi exercido sobretudo pela Inglaterra e França, que cederam às suas colónias, sem confrontação, a independência, entregando o poder às **élites nativas**, enquanto a economia continuava a depender inteiramente das potências imperialistas. Tais nações passaram através da dependência de empréstimos, de uma dominação colonial a uma dominação imperialista.

Porém, países houve em que as independências foram conseguidas por meio de uma Revolução socialista, e a rotura entre estes e as potências colonizadoras foi radical, mas o número de países que seguiram esta forma de independência era muito reduzido, e passaram a fazer parte dos países socialistas que, lideradas pela URSS, compunham o já extinto *mundo socialista*.

QUESTIONÁRIO

- 1— Com base no texto, diferencia o nacionalismo africano do nacionalismo europeu do começo do século.
- 2— Os factores do nacionalismo africano foram:
 - o fim da guerra de 1914-1918
 - as decisões das Nações Unidas
 - o triunfo da Revolução Socialista de Outubro na Rússia
 - as ideias emancipacionistas adoptadas pelas superpotências com o fim da guerra

- 3 — Em breves palavras apresenta os factores internos que condicionaram o nacionalismo africano.
- 4 — Explica a razão que fez com que a Inglaterra se tornasse no pioneiro da libertação das suas colónias, nos finais dos anos 50 e começos dos anos 60.
- 5 — Kwame Nkrumah destacou-se como líder do movimento nacionalista africano porque:
- tinha uma política que defendia a raça negra da exploração colonial
 - formou o CPP (Convention People Party)
 - exigia a independência total de África sem sentido tribal ou racial
 - foi dos primeiros líderes a apelar à unidade africana

País	Líder	Partido	Ano de indep.

- 7 — A revolta dos Mau-Mau, levada a cabo pela tribo Kikuyu e dirigida por Jomo Kenyatta, foi universalmente condenada por todas as correntes ideológicas. A causa dessa condenação foi:
- a política do wind of change
 - uso de práticas de xenofobia entre os seus membros
 - o seu carácter racial
 - o seu carácter comunista
- 8 — Apresenta as principais razões que levaram à formação da federação das Rodésias e Niassalândia.

“Em 1957 era Kenneth Kaunda achincalhado, por sua vez, num café: «Não, aqui não se servem criados». O futuro chefe de Estado da Zâmbia lamenta (se a segregação tomasse como base a educação, poder-se-ia escapar a ela, quanto mais não fosse frequentando cursos nocturnos. Se fosse a questão de dinheiro, certos pretos já demonstraram que lá se podia chegar. Se se tratasse de um caso de religião, pode-se em rigor, mudar de crença. Mas Deus criou-me preto. Que posso eu fazer? O que não significa que não sinto orgulho pela minha cor)”

Ki-Zerbo, História da África Negra II, p. 261

- 9 — Que razões levaram Kaunda a pronunciar estas palavras?
- 10 — Através de exemplos do texto, mostra como se manifestou o racismo na federação.
- 11 — Lê o texto seguinte

'' os objectivos da obra de civilização realizada pela França nas colónias põem de lado toda a ideia de autonomia, toda a possibilidade de evolução fora do bloco francês do império. É de afastar a constituição eventual, mesmo remota, de um Self-government nas colónias francesas. Na grande França colonial nem há povos a libertar nem discriminação racial a abolir (...) Há populações que temos a intenção de encaminhar, etapa por etapa, para a personalidade, (...) mas que não pretendem conhecer outra independência que não seja a independência francesa''.

Delmas, administrador colonial francês

- a) Faz um pequeno comentário da posição assumida por Delmas, um administrador colonial francês, no âmbito da libertação das colónias.
- b) A Lei Quadro, instituída pela França, visava:
- emancipar incondicionalmente as colónias
 - cumprir com as decisões das Nações Unidas sobre a libertação dos povos
 - modernizar as formas de colonização
 - manter regimes fantoches manipulados pela França
- 12 — Mostra, através de exemplos concretos, o apoio dado pela Argélia ao movimento de libertação nacional em África.
- 13 — Apresenta algumas medidas tomadas por Mobutu Sese Seko após a tomada do poder em 1965.
- 14 — Jawaharlal Neru destacou-se como líder do Terceiro Mundo e da Índia devido:
- à política de desobediência civil que usou na luta contra os ingleses
 - ao seu papel activo na formação da linha da frente
 - à promoção do desmembramento da Índia em quatro partes diferentes
 - à participação activa na formação do Movimento dos Não-Alinhados
- 15 — Diferencia o colonialismo do neocolonialismo.

CAPÍTULO V

A partir de 1947, inaugura-se entre o bloco ocidental e o oriental um tipo de relações conhecido como "**guerra fria**". Abandonando o confronto bélico directo, os EUA e a URSS passaram a cultivar um outro tipo de confrontação centrado a nível **ideológico**, ou seja, o combate no campo das ideias (capitalismo e comunismo), a nível da **corrida aos armamentos**, em que ganhava corpo o desenvolvimento de armas modernas e de extermínio massivo, como os mísseis intercontinentais, a **corrida espacial**, conhecida também por guerra das estrelas, e acima de tudo, o **controlo da vida dos povos**, tutelados por esferas de influência.

Um dos temas predominantes na fase da "guerra fria" foi o relativo à "**cortina de ferro**". Este termo foi introduzido no vocabulário político por Churchill. O termo referia-se à linha divisória entre Lubeck-Viena-Trieste, que separava a Europa Ocidental da Europa do Leste de orientação comunista. Deste modo, a divisão da Alemanha, prevista nos acordos de Yalta, tornou-se, assim, o prólogo da divisão da Europa em compartimentos estanques, separados por uma fronteira artificial e ideológica que corria sensivelmente ao meio da sua superfície geográfica.

O "**Plano Marshall**", aplicado para a recuperação económica da Europa, assegurava a expansão do

capitalismo internacional, a "Doutrina Truman", do presidente dos Estados Unidos, defendia a necessidade de impedir a acção expansionista do comunismo russo, em qualquer parte do mundo (vê EUA).

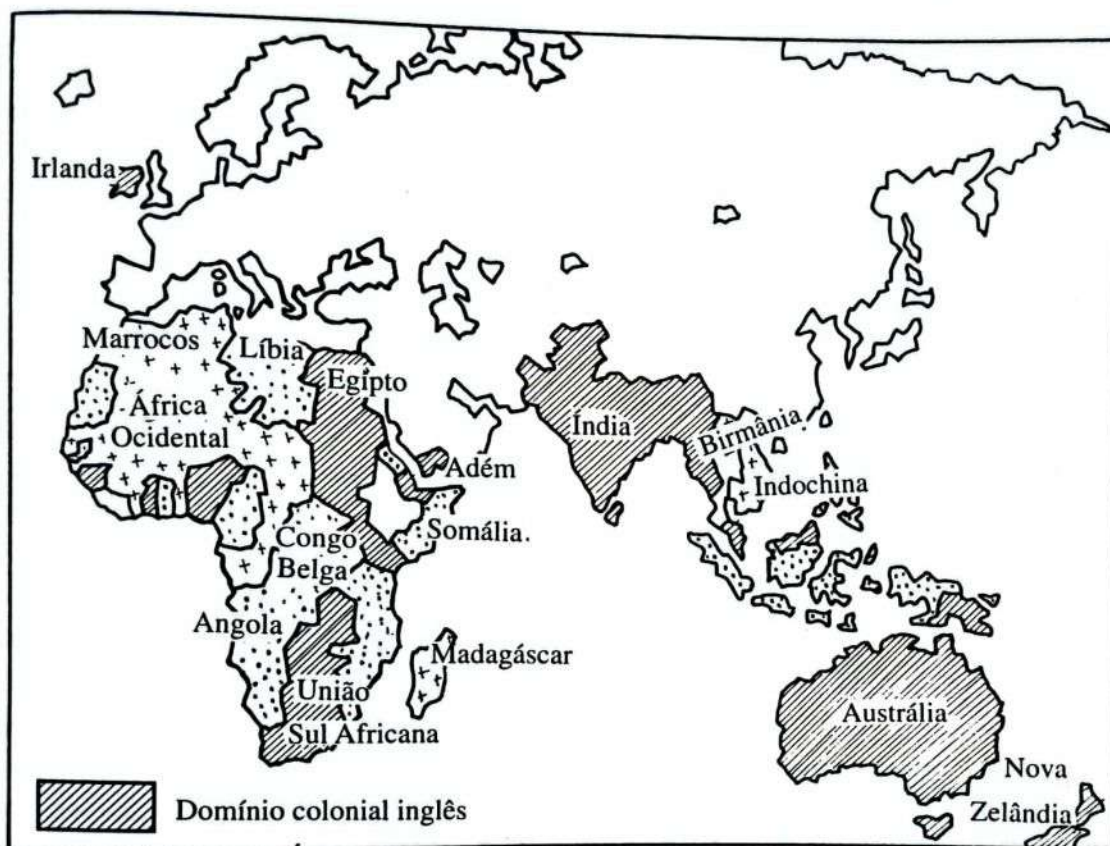
A reacção da União Soviética não se fez esperar e manifestou-se pela incentivação da tomada do poder, pelos comunistas, nas áreas sob seu controlo na Europa liberta, bloqueando deste modo o avanço do capitalismo para o leste europeu.

No ponto mais alto desta confrontação foram criados novos blocos militares rivais. O temor da expansão soviética levou as potências ocidentais a criarem, em 1949 a **OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte**. Esta organização, detentora de poderosos segredos militares, congregava os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá, a França, a Bélgica, a Holanda, a Itália, a Dinamarca, a Noruega, a Islândia, Luxemburgo, Portugal e mais tarde a Grécia, a Turquia e a República Federal Alemã. Por seu turno, a União Soviética criou o **Pacto de Varsóvia** em 1955, que agregava todos os países socialistas da Europa oriental com excepção da Checoslováquia. O pacto de Varsóvia foi superiormente liderado pela União Soviética e também contemplou a reorganização das

forças armadas de cada país socialista do leste europeu.

A guerra fria determinou de certa forma os diferentes governos que se estabeleceram, tanto na Casa Branca (EUA) como no Kremlin (URSS), bem como o relacionamento entre estes. A mudança na

estrutura destes irá, como mais adiante veremos, alterar o quadro de relacionamento entre os dois blocos, bem como do mundo inteiro. Analisemos de seguida o desenvolvimento de cada uma das super-potências no período decorrente da Guerra-Fria.



MAPA 27 — Os países da NATO e do Pacto de Varsóvia

AS GRANDES POTÊNCIAS APÓS A II GUERRA MUNDIAL

A União Soviética

Do fim da guerra à 1955

No fim da guerra, a União Soviética era ainda liderada pelo veterano Estaline e, a seu mando, foram concluídos o quarto e o quinto planos quinquenais. Estes planos foram orientados, no âmbito da situação vigente, caracterizada pela guerra-fria, na área bélica, na

consolidação do país como guia do sistema socialista, agora alargado com a inclusão dos países da Europa do Leste. O sector dos bens de produção foi igualmente desenvolvido, em detrimento da produção de bens de consumo. O centralismo de Estaline foi gradualmente substituído por uma política de autonomia, onde eram

mobilizados esforços em nome de Estaline que era apresentado como o "guia" e como "o grande líder". Na política interna, o regime estalinista privilegiou a perseguição dos seus oponentes directos, e o medo imposto permitiu a manutenção de um monolitismo político e ideológico, liderado superiormente pelo **Partido Comunista da União Soviética** (PCUS).

Com a morte de Estaline, vítima de um derramamento cerebral, em Março de 1953, A União Soviética passou a ser liderada por Khrutchev que inaugurou uma nova era na sua História.



Fig. 24 — Estaline

A União Soviética de 1955 a 1964 (A desestalinização e a coexistência pacífica de Khrutchev)

De 1955 a 1964, a União Soviética foi liderada por **Nikita Khrutchev**, que se destacou pelo seu processo de

desestalinização da economia e sociedades soviéticas. Ele condenou o culto de personalidade de Estaline, a repressão política e o autoritarismo. Na relação com outros países socialistas, defendia que estes podiam chegar ao comunismo por várias formas, contrariando as tendências dirigicionistas do seu antecessor, ao mesmo tempo que inviabilizava a tomada do poder pelos comunistas através de uma guerra contra o capitalismo.

A nível económico, a desestalinização foi feita, envolvendo a descentralização administrativa e o estímulo à produção de bens de consumo, com o intuito de elevar o nível de vida da sociedade. Com este líder, a União Soviética alcançou um grande nível de desenvolvimento tecnológico, a ponto de se tornar no primeiro país a colocar no espaço o primeiro Satélite artificial do mundo, o Sputnik, e a concretizar o primeiro voo espacial tripulado por um ser humano, feito levado a cabo por **Yuri Gagarine** em 1961.

A nível da política externa, Khrutchev lançou uma política de distensão e **coexistência pacífica** com os Estados Unidos, através de um estreitamento de relações e negociações para a redução das armas nucleares reconheceu o regime do **Marechal Tito**, então banido por Estaline por não seguir a via estalinista como modelo de socialismo.

No entanto, as medidas reformistas de Khrutchev custaram caro às relações entre a URSS e outros

países socialistas, alguns dos quais mantinham relações com esta à custa das "baionetas estalinistas". Assim, em 1956, o mundo socialista se debelava: **Wladislaw Gomulka** marcadamente antisoviético é reconduzido ao poder na Polónia; na Hungria, o líder comunista foi substituído por outro, de tendência pró-ocidental. A China de Mao-Tsé-Tung, também condenava Khrutchev, acusando-o de desviar o rumo do socialismo, e as relações entre os dois países se deterioraram, ao extremo de romper-se o acordo nuclear estabelecido e a União Soviética retirar em 1960, a ajuda económica que Moscovo dava a Pequim.

Em 1962, as relações entre o leste e o oeste voltaram a agravar-se depois de um período de relativa calma com a política de Khrutchev. Este agravamento ficou a dever-se à **crise de mísseis de Cuba**; outro aspecto que marcou a governação de Khrutchev foi a ordem dada para a construção do muro de Berlim.



Fig. 25 — Nikita Khrutchev

Com a sua morte em 1964, foi substituído por um triunvirato composto por Leonid Brejnev, Alexey Kossiguin e Nikolai Podgorny, que assegurou o país no período de transição.

A União Soviética de 1964 a 1982 (O governo de Leonid Brejnev e o retorno à confrontação leste-oeste)

A queda de Khrutchev levou L. Brejnev ao poder de 1964 a 1982, depois de um curto período do triunvirato, altura em que morre, vítima de prolongada doença.

Contrariamente ao antigo governo, Brejnev retomou o centralismo político-administrativo, reprimindo todas as tentativas de dissidência fomentadas pelas reformas de Khrutchev, recorrendo aos métodos repressivos de Estaline. O centralismo ora retomado afectou negativamente o florescimento da economia soviética, que passou a ser superada em larga medida pela economia ocidental em muitos campos. No entanto, no campo militar a União Soviética manteve as suas potencialidades e primazia, não obstante o decréscimo global da economia civil.

No plano externo, a União Soviética volta a exercer pressão sobre os estados de orientação socialista do leste europeu e do resto do mundo, de modo a tomar como exemplo o modelo russo de comunismo, neste âmbito, Brejnev ordenou a invasão da Checoslováquia em 1968, com uso das forças do **Pacto de Varsóvia**. Este

episódio, conhecido como "**Primavera de Praga**", teve o seu começo quando, à luz das reformas de Khrutchev, este país do leste europeu iniciou uma política de abertura e começou a construção do que denominou de **socialismo humanizado**. O programa liderado por **Alexander Dubcek**, procedeu a demissão dos antigos líderes do Partido Comunista daquele país, que eram acusados de estalinismo e procedeu também à descentralização e liberalização do sistema, que previa o surgimento de outras ideias políticas não comunistas. Por isto constituir "perigo" para o sistema socialista, uma vez que podia ser seguido por outros países do leste, Brejnev ordenou a invasão daquele país, que se concretizou a 20 de Agosto de 1968, e culminou com a detenção e deportação de Dubcek para Moscovo. Em seu lugar, foi indicado pela União Soviética um novo líder; **Gustav Husák**.

As relações com o Ocidente voltaram a deteriorar-se e retomaram-se com maior força a guerra-fria. Porém, nos anos 70, sob pressão dos países europeus, temerosos de uma guerra nuclear, devida a uma falha humana no controlo dos sistemas electrónicos, as relações entre a União Soviética e os Estados Unidos voltaram a situar-se num nível aceitável (coexistência pacífica) e foram assinados vários acordos sobre a limitação das armas de extermínio massivo com o **SALT-1** e **SALT-2**.



Fig. 26 — Leonid Brejnev

O significado da Primavera de Praga

"Se a crise de 1956 deixou claro o mundo que nenhum país do leste pode esperar romper livremente com o bloco soviético, a crise da Checoslováquia, doze anos depois, ensinou outra lição, a de que até mesmo as reformas internas devem ser levadas a cabo com o máximo de prudência. Tudo o que parece ameaçar uma brusca alteração no equilíbrio do poder da Europa, como a possibilidade de um país como a Checoslováquia, aproximar-se exageradamente do Ocidente, despertará a preocupação da superpotência do leste — e talvez a da superpotência do Ocidente, também. Assim a aproximação das duas metades básicas em que se acha dividida a Europa só pode se efectivar à luz de um maior entendimento prévio entre a URSS e os EUA"

MORGAN, Roger "A primavera Tcheca", página 221.

OS ESTADOS UNIDOS

Após 1945, os Estados Unidos renunciaram o seu isolamento e decidiram assumir a defesa e dar apoio ao "mundo ocidental", dando início à era das responsabilidades mundiais. Perante a superioridade esmagadora dos Estados Unidos, os países não socialistas aceitam a sua liderança. A evolução dos assuntos internacionais tornou-se uma das maiores preocupações do governo e da opinião pública que, na época da guerra-fria, teme a expansão do comunismo e se inquieta com a rivalidade movida pela União Soviética.

Os EUA, 1945-1953 (Harry Truman e o Plano Marshall)

Com a morte de Franklin Roosevelt, **Harry Truman**, vice-presidente do Partido Democrático, assumiu o poder, tendo sido eleito para o período de 1948 a 1952.

O período Truman foi marcado por dois aspectos fundamentais; a Guerra-Fria, que marcava as relações entre esta e a URSS e a crescente industrialização de uma máquina económica refeta da crise de 1929.

No plano da luta anti-comunista, que travou contra a URSS e os seus aliados da Europa, o governo de Truman deu lugar ao **Plano Marshall** programa económico concebido para a recuperação económica da Europa capitalista para assim se evitarem revoltas internas de tendência comunista. A nível

político-militar, Truman incentivou a criação de uma aliança militar do Atlântico, a **OTAN** (Organização do Tratado do Atlântico Norte), com vista a defender o mundo ocidental das possíveis investidas do leste, sobretudo da URSS.

A nível interno, o governo dos democratas foi guiado pelos mesmos princípios; o anti-sovietismo: qualquer oposição às medidas governamentais era tida como sendo sinal de antiamericanismo ou comunismo, e como tal, era o indício da sabotagem e traição nacional.

O senador **Joseph McCarthy** destacou-se nesta política ao desencadear uma autêntica "caça às bruxas", movendo processos contra aludidos "vermelhos", sobre quem recaíam acusações de traição à pátria e aos interesses americanos. Os processos de Julius e Ethel Rosenberg (1951), acusados de ter passado informações aos soviéticos, fornecidas pelos irmãos de Ethel, que trabalhavam nos laboratórios de Los Alamos, terminados com a execução destes em 1953, constituíram o ponto mais alto deste sentimento anti soviético que também ficou conhecido por **Macartismo**.

O lançamento da bomba atómica em 1945, contra o Japão e a política anexionista manifestada na Ásia, com a guerra da Coreia, manifestavam a nível internacional, a tendência dos EUA de protegerem os interesses da burguesia capitalista mundial, contra os significativos avanços dos comunistas do leste.

Os EUA de 1953 a 1961

Em 1952, os Republicanos voltam à Casa Branca, com a eleição de **Dwight Eisenhower**, reeleito para mais um mandato em 1956.

Sem uma política e um programa pré-concebido, Eisenhower procurou ser o "presidente de todos os americanos", procurando assim uma reconciliação com as minorias raciais, representadas pelos negros, severamente discriminados no governo anterior, e com a maioria branca, a braços com um desemprego sem precedentes, e propiciou um grande desenvolvimento econômico.

No campo da política interna, abandona o macartismo, enquanto na política externa, apesar da política seguida pelo seu Secretário de Estado **John Foster Dulles**, que era marca-damente de endurecimento de posições contra a URSS, Eisenhower estabelece uma aproxima-



Fig. 27 — Harry Truman

mação com Nikita Khrutchev com quem assina convênios de bom relacionamento, dando lugar a uma nova era, a era da coexistência pacífica, perturbada pela intervenção soviética no Afeganistão.

A coexistência pacífica

A corrida aos armamentos e a tensão crescente que se estenderam até 1953, e que caracterizaram a Guerra-Fria, sofreram uma redução parcial com a morte de Estaline. A política americana do presidente norte-americano Eisenhower, marcou a paz de Pan Mujon, na Coreia. E conseqüentemente instaurou-se então um período de aproximação entre a União Soviética e os EUA, conhecido por **Coexistência Pacífica**. Esse período iniciou com uma série de cimeiras entre as cúpulas das duas super-potências, para limitar o crescimento dos armamentos, e destruir os que eram considerados ameaça permanente contra a humanidade. Outra tendência deste período, foi a redução do monolitismo dos blocos, isto é, o alinhamento férreo à URSS ou aos EUA, possibilitando a uma multipolarização inter-nacional.

A recuperação econômica dos países europeus fez com que estes abandonassem a posição de simples satélites, a que estavam sujeitos e alinhassem em políticas regionais próprias. No bloco socialista, esta tendência fez-se à luz das reformas de Khrutchev que

procedeu ao processo de desestalinização e deu azo a um desenvolvimento independente dos países da Europa do leste.

A **Conferência de Bandung**, ocorrida na Indonésia, à luz do novo clima de relações internacionais e, incorporando o ideal de neutralidade num conflito leste-oeste, reuniu os países recém independentes do terceiro mundo. Estas novas nações, posicionaram-se pelo **não-alinhamento** automático e assumiram como meta prioritária o seu desenvolvimento económico, para escaparem à bipolarização EUA-URSS.



Fig. 28 – Gamal Abdul Nasser; Jawaharlal Nerhu, Osif Broz Tito

OS SEIS GRANDES PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA

- 1— Os estados devem-se abster nas relações internacionais, de recorrer à ameaça ou à força contra a integridade territorial e independência política de qualquer Estado;
- 2 — os estados devem resolver os seus diferendos por meios pacíficos;
- 3 — não intervenção em assuntos que revelam a competência nacional de um dado Estado;
- 4 — dever dos Estados de cooperar uns com os outros, conforme a Carta das Nações Unidas, nos seguintes domínios: manutenção da paz e segurança internacionais, direitos do homem, liberdades fundamentais e cooperação social, cultural, técnica, científica e económica;
- 5 — Igualdade de direitos dos povos e do seu direito de disporem de si mesmos;
- 6 — Igualdade soberana dos estados;

NASCE O NÃO-ALINHAMENTO

Gamal Abdel Nasser (Egipto) e Jawaharlal Nehru (Índia) reuniram-se em 1956, com um terceiro líder político, embora da área europeia, estava identificado com a nova corrente: Josip Broz Tito, da Jugoslávia. Na ilha Brioni, os três chefes de estado consolidaram princípios e objectivos que distinguiram a terceira posição das duas vigentes.

Em 1960, durante a celebração da XV Assembleia Geral da ONU, foram admitidos como membros 17 "novos" países da Ásia e de África.(...). Foi durante esta sessão da ONU, que intervieram líderes como Nasser, Nehru, N'Krumah, Sukarno e Tito, e dos seus discursos surgiria a necessidade da realização da **Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados**, que ocorreria no ano seguinte. (...)

Guia do Terceiro Mundo, 1981. p. 331 e seguintes

As relações Leste-Oeste no contexto do fim da guerra-fria

Depois de muitas crises que marcaram a década de 60, nas relações entre a URSS e os EUA, as relações entre os dois rivais ganha novo ímpeto nos começos da década de 70. Os grandes percursores deste novo relacionamento foram **Richard Nixon** e **Leonid Brejnev**, que iniciaram um período de aproximação caracterizado pela *détente* (distensão em português). Neste novo período as relações são marcadas por intensas conversações entre as duas superpotências, em busca da redução dos riscos de uma guerra nuclear accidental, e o amainamento das relações leste-oeste.

A partir de 1972, as duas maiores potências militares do mundo, assinam vários tratados tendentes a reduzir a sua crescente militarização. Esses tratados receberam a designação de **SALT** (Strategic Arms Limitation Treaty — Tratado sobre Limitação de Armas

Estratégicas). O primeiro destes tratados foi assinado em 1972, e limitou o sistema de mísseis antibalísticos dos Estados Unidos e da União Soviética. Em 1974, foi assinado outro tratado que proibia testes nucleares subterrâneos, com potência superior a 150 quilotons. Nos finais de 1979, Jimmy Carter e Brejnev assinaram na reunião cimeira de Viena, o **SALT 2**, que estabelecia entre outras coisas, a redução dos mísseis e bombardeiros estratégicos.

No entanto, a intervenção soviética no Afeganistão, em 1979, estrangulou o período de distensão então iniciado, e de novo voltou-se a um período de confrontação, entre as duas superpotências.

No início da década de 80, o presidente norte-americano Ronald Reagan, retomou a política de intimidação com uma acentuada corrida aos armamentos, o que frustrou todas as tentativas de negociações ente 1985 e 1986. Temendo transformar-se num novo palco de guerra, a Europa

pressionou os dois grandes a voltarem às negociações. Simultaneamente, começaram a ocorrer na União Soviética e no bloco do Leste, grandes transformações que se reflectiram nos anos seguintes nas relações internacionais. O novo líder da União Soviética **Mikhail Gorbatchov**, imprimiu no país, a partir de 1985, a perestroika e o glasnost, activando a aproximação com o Ocidente.

Em Novembro de 1987, dentro do clima de mudanças e da tentativa de eliminação de focos de tensão entre ambos, Reagan e

Gorbatchov, anunciaram um acordo de eliminação de mísseis nucleares de médio e curto alcance, criando perspectivas de acordos mais sólidos.

Respondendo às mudanças da Perestroika, a União Soviética iniciou em Janeiro de 1988, a sua retirada do Afeganistão e, no ano seguinte, com a abertura e a restauração do Leste europeu, firmou-se a política de entendimento entre as potências, com novas cimeiras e a assinatura de diversos acordos, inclusive de colaboração a níveis tecnológicos e económicos.

CIMEIRAS EUA/URSS		
LOCAL	INTERVENIENTES	TEMAS DE DISCUSSÃO
1972 Moscovo	Nixon reúne-se com Brejnev de 22 a 24 de Maio	Espaço, saúde, ciência e cooperação mútua
1973 Washington	Brejnev reúne-se com Nixon a 18 e 25 de Junho, depois de uma estadia em Camp David	Controle de armamento; cooperação mútua
1974 Moscovo	Nixon reúne-se com Brejnev entre 27 de Junho e 3 de Julho	Controle de armamento; testes nucleares
1974 Vladivostok	Ford reúne-se com Brejnev a 23 e 24 de Novembro	Controle de armamento; cooperação mútua
1975 Helsínquia	Ford reúne-se com Brejnev entre 30 de Julho e 2 de Agosto, durante uma conferência da CSCE	Controle de armamento; testes nucleares
1979 Viena	Carter reúne-se com Brejnev a 15 e 18 de Junho	Controle de armamento
1985 Genebra	Reagan e Gorbatchov reúnem-se a 19 e 21 de Novembro	Controle de armas; intercâmbio cultural; segurança aérea; cooperação mútua
1986 Reykjavik	Reagan e Gorbatchov reúnem-se a 11 e 12 de Outubro	Controlo de armas
1988 Washington	Gorbatchov reúne-se com Reagan a 8 e 10 de Outubro	Controle de armas; intercâmbio cultural; conflitos regionais
1988 Moscovo	Reagan reúne-se com Gorbatchov a 3 de Junho	Controle de armas; intercâmbio cultural; conflitos regionais
1988 Nova Iorque	Gorbatchov reúne-se com Reagan a 3 de Dezembro	Desarmamento; Afeganistão

1989 Malta	Bush e Gorbatchov reúnem-se em navios ancorados entre 2 e 3 de Dezembro	Controle de armas; conflitos regionais
1990 Washington	Bush e Gorbatchov reúnem-se entre 31 de Maio e 3 de Junho	Controle de armas; Lituânia; integração da "Grande Alemanha" na NATO; acordos comerciais

A Perestroika de Mikhail Gorbatchov

As mortes sucessivas de destacados e veteranos líderes do PCUS, como Leonid Brejnev em 1982, Yúri Andropov em 1984 e Konstantin Tchernenko em 1985 levaram à ocupação de importantes cargos por novas lideranças, constituídas por individualidades jovens, com novas visões. Uma dessas individualidades foi **Mikhail Gorbatchov**, que ascendeu ao poder em 1985, após a morte de Tchernenko. Com a sua subida, Gorbatchov iniciou um amplo processo de mudanças sintetizadas na política de **Perestroika** e da **Glasnost**. Esta política privilegiou, a nível externo, o processo de desarmamento e o fim das tensões existentes entre o Leste e o Oeste. Com Ronald Reagan dos Estados Unidos, o novo líder da União Soviética, assinou vários acordos, visando a redução até a eliminação de armas nucleares. Estes acordos e as novas relações, que se estabeleceram entre as duas superpotências, alteraram completamente o quadro político das relações mundiais, baseadas numa constante confrontação.

A nível interno, a Perestroika levou às mais amplas e profundas



Fig. 27 — Mikhail Gorbatchov

alterações de toda a História da União Soviética. A abertura política permitiu a criação de mais partidos, abandonando-se a **era monolítica** até então vigente. Estas reformas iriam iniciar um processo de desintegração da União Soviética, com a ascensão de movimentos nacionalistas independentistas, nos territórios que faziam parte da União Soviética. Na economia, as reformas restabeleceram a propriedade privada e a abertura ao investimento estrangeiro.

As medidas de Gorbatchov, rapidamente se expandiram pelos restantes países da Europa do leste e pelos países do mundo, cujo sistema alinhava com o sistema soviético, que passaram a optar

pelas democracias burguesas como modelos de desenvolvimento. Por outro lado, estas medidas levaram ao fim da guerra-fria e precipitaram a queda dos países socialistas da Europa, incluindo a própria URSS, que se viu desmembrada pelos estados federados que compunham o maior Estado do mundo.

A reunificação alemã e o fim da confrontação este-oeste

Um dos principais problemas decorrentes da guerra-fria tinha sido a divisão da Alemanha em: Alemanha Ocidental (RFA), e Alemanha Oriental (RDA), na sequência dos desentendimentos havidos na conferência de Potsdam. Com efeito, as super potências não cumpriram com o pressuposto, segundo o qual a Alemanha era uma nação una, apesar da invasão e ocupação dos aliados e que concluído o processo de desnazificação e de democratização, estas potências deveriam abandonar o território, e deixar o seu povo decidir por si próprio.

Temendo o processo de expansão do comunismo nos países da Europa do Leste, então libertos pela URSS, os EUA e as potências ocidentais estabeleceram em 1946, a República Federal Alemã, dirigida por um regime capitalista rapida-

mente integrado no Plano Marshall, levado a cabo pelos EUA. Em resposta, a URSS, criou a República Democrática Alemã na região Oriental da Alemanha, por onde as suas tropas tinham feito a ocupação da Alemanha, no processo da queda do Nazismo. A intensa guerra diplomática que se moveu entre as duas Alemanhas irmãs e vizinhas, fez com que numerosos alemães do leste abandonassem o seu território em direcção à Alemanha Ocidental, pondo em causa o prestígio do comunismo. Em resposta a esta atitude N. Khrutchev, ordenou a construção do muro de Berlim em 1950, que para além de impossibilitar a passagem de uma região para a outra serviu de marco para a grande guerra-fria que se encontrava em curso.

O desanuviamento da tensão internacional, levado a cabo com a subida de M. Gorbatchov em 1985, e o estabelecimento da Perestróika e do Glasnot, criaram bases para a destruição do muro de Berlim e o cumprimento do pressuposto de Potsdam de 1945. Em Novembro de 1989, o muro de Berlim foi derrubado e a Alemanha ficou novamente reunificada, pondo termo a um período de confrontações que opôs o leste e o oeste, tendo o muro de Berlim como a "cortina de ferro".

E O MURO DESMORONOU

"Quem acreditaria nisso?" "Jamais pensei que veria isso em minha vida". O que provocou tais comentários? A destruição do repulsivo Muro de Berlim e de tudo o que ele representava, a partir de Novembro de 1989. Os berlinenses

orientais inundaram Berlim Ocidental, alguns para saborear os custosos prazeres do capitalismo e outros para reunir-se com família.

Esse rompimento do dique abriu as comportas. Muitos achavam que a Europa Oriental jamais seria a mesma.

(...) Muito mais significativo que a queda do Muro de Berlim foi o colapso da barreira ideológica que separava o Oriente do Ocidente. De repente não existia virtualmente mais nenhuma guerra fria (...) o jornal *The German Tribune* cita o jornal de Stuttgart como tendo dito: "Depois de 41 anos de confrontação (com as nações do bloco soviético) os 16 líderes da NATO pavimentaram o caminho para uma nova estratégia e deram um duradouro adeus à guerra fria (...) A hostilidade devia ser substituída pela associação (...) a segurança e a estabilidade (...) não mais deviam ser assegurados principalmente por meios militares, mas por uma política de equilíbrio, de diálogo e de cooperação de toda a Europa"

E o Muro desmoronou

In: Despertar, 8 de março de 1991, página 3

AS MUDANÇAS DO LESTE EUROPEU E AS TRANSFORMAÇÕES DEMOCRÁTICAS DE MOÇAMBIQUE

Em 1977, dois anos após a independência nacional, a **FRELIMO**, então liderada por Samora Moisés Machel, o primeiro presidente da República, reunida no seu 3º Congresso, declarou-se um partido de orientação Marxista Leninista e passou a guiar o país à luz dessa ideologia. Tal como noutros países socialistas da época, em Moçambique, entraram em curso profundas transformações políticas e económicas, tendentes a doptar o país de uma economia socializada e à eliminação da propriedade privada dos meios de produção, para além do estabelecimento de uma ditadura do proletariado. Com efeito, a saúde, a educação e habitação foram massificadas e passaram a ter

um carácter gratuito com pagamentos meramente simbólicos.

As reacções de tensão, então prevalentes na nossa região, fizeram com que Moçambique se transformasse num centro de divergências de interesses ideológicos, das duas esferas até então participantes do contexto da guerra-fria (Leste/Oeste), e fruto disso foi a intensificação da guerra civil iniciada logo em 1976, sob iniciativa e suporte dos regimes minoritários da Rodésia do Sul (inicialmente) e da África do Sul racista (mais tarde).

Dirigida pela **RENAMO** (Resistência Nacional de Moçambique), esta guerra trouxe consequências avultadas ao país, cujo alcance ainda não pode ser avaliado na sua total dimensão.



Fig. 28 — Sarmora Machel e a proclamação da Independência Nacional

As transformações ocorridas na Europa do Leste e o fim da Guerra-Fria que opunha as superpotências mundiais (URSS/EUA), foram um factor determinante para o fim da guerra que decorria em Moçambique e para as transformações que a seguir se registariam.

A partir de 1990 representantes do governo e representantes da guerrilha, sob mediação de forças civis internas e externas, com maior destaque para a igreja católica e os líderes dos países da região, iniciaram um período de diálogo tendente a acabar com a guerra.

A nível interno, o partido no poder iniciou um processo de mudanças, semelhante ao processo que vinha decorrendo em quase todos os países do mundo, onde antes imperava o monopartidarismo. Com efeito, a nova constituição que entrara em vigor em Dezembro de 1990, declarava

a democracia pluripartidária. À luz desta abertura, foram criados vários partidos políticos de oposição, que em Outubro de 1994, participaram juntamente com os beligerantes no primeiro sufrágio universal, realizado pela primeira vez no país, ao longo de toda a sua História.

O **Acordo Geral de Paz**, firmado em Roma a **4 de Outubro de 1992**, por **Joaquim Alberto Chissano**, presidente da República, e por **Afonso Marceta M. Dhlakama**, presidente da RENAMO, e a realização de eleições, em Outubro de 1994 e ganhas pela FRELIMO e pelo presidente Joaquim Chissano, constituem o ponto máximo desse processo de mudanças, que o país conheceu e o fim de 16 anos de guerra civil, completamente responsabilizada às relações que o mundo mantinha dividido pela "cortina de ferro" que este acarretava.



Fig. 29 — Acordo Geral de Paz e Eleições Multipartidárias (primeiras)

O Terceiro Mundo

Em 1950, o demógrafo francês Alfred Sauvy, divulgou o termo **Terceiro Mundo**, expressão usada na linguagem internacional para designar um numeroso grupo de países de periferia (comparando estes com o antigo terceiro Estado francês, marginalizado da vida política e económica da monarquia), marginalizados da actividade económica e política do mundo. O traço geral destes países é o seu grande atraso económico e uma ausência de desenvolvimento industrial, que os obriga a depender, e quase que totalmente dos países denominados desenvolvidos (do 1º mundo), por outro lado, estes países, foram num passado ainda recente, colónias dos considerados países desenvolvidos.

O atraso destes países caracteriza-se pelos baixos indicadores económicos como, por exemplo:

- o baixo rendimento per capita
- subalimentação (níveis inferiores a 200 calorias; carência de proteínas);
- alta mortalidade infantil e permanência de doenças endémicas e epidémicas;
- elevado crescimento demográfico;
- predomínio do sector agrícola sem mecanização, sistemas de cultivo muito arrasados e de fraco rendimento;
- ausência de uma rede de transportes modernos capaz de satisfazer as necessidades da economia e da população;
- elevados índices de analfabetismo;
- carência de técnicos qualificados na administração e na produção, e subaproveitamento dos poucos quadros existentes, chegando várias vezes a depender de quadros estrangeiros.



Fig. 30 — O 3º Congresso da Frelimo

As causas do atraso destes países são múltiplos e complexos. Alguns pensadores demagogos (como o português Kaúlza de Arriaga), defendem que este atraso se deve à sua localização junto dos trópicos, o que obriga à redução das suas capacidades pensantes pois, segundo os mesmos pensadores, o nível de pensamento é directamente proporcional à latitude. No entanto, todos estes demagogos, a maioria dos quais defensores da colonização, procuram esconder a verdadeira causa desse atraso, a **colonização**.

Com efeito, as potências colonizadoras retardaram o desenvolvimento das colónias, para delas poderem tirar proveito de uma mão-de-obra barata, extrair a matéria prima e colocar muito confortavelmente os seus produtos manufacturados de baixa qualidade, e sem possibilidade de compra nos mercados internacionais. Mesmo após as indepen-

dências destes países, a dependência continua a fazer-se sentir, por meio de uma forte descapitalização, em que se encontram, o que lhes obriga a depender muito fortemente de investimentos estrangeiros, sempre acompanhados por imposições políticas e acréscimos de dívida externa.

Na sua grande maioria, os países do Terceiro mundo permanecem numa economia de subsistência, com o uso de meios de produção rudimentares. A agricultura usa fundamentalmente a **monocultura**, que gera um rápido desgaste dos solos e, por conseguinte, uma baixa produtividade.

Para a sobrevivência económica destes países, os seus governos têm-se dedicado à exportação quase que exclusiva de matéria prima, e as frequentes flutuações dos preços nos mercados interna-

cionais, manipulados pelo grande capital, tornam-se responsáveis pelas roturas financeiras, quase constantes, que caracterizam estes países. O não domínio de muitas técnicas, como a irrigação, sujeita estes países a secas constantes, o que tem provocado doenças e fomes quase permanentes.

O fraco desenvolvimento económico e a dependência da agricultura de subsistência, onde o factor mão-de-obra é determinante, a ausência de técnicas de planeamento familiar, e as melhorias verificadas no domínio da saúde, são os maiores responsáveis pelas elevadas taxas de crescimento da

população, cujo crescimento é diametralmente oposto ao desenvolvimento económico.

No entanto, esforços mundiais têm sido levados a cabo, no sentido de alterar a actual situação do Terceiro mundo, melhorar a sua condição. Uma dessas medidas é a transferência de tecnologia dos países ricos, para os países pobres, produtores de matéria prima e possuidores de uma mão-de-obra barata, e com garantias de lucros intensos para os investidores, para além do constante rescalonamento da dívida externa destes países, tal como acontece com o nosso.

O MUNDO CONTEMPORÂNEO E O GRANDE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A idade contemporânea não foi marcada apenas por conflitos militares e desentendimentos entre os homens; ela foi marcada também, pelo grande desenvolvimento económico, tecnológico e artístico que impulsionou o homem a grandes descobertas e grandes inventos.

Até ao século XIX, todos os instrumentos destinados à produção industrial, aos sistemas de comunicação, à rede de transportes, dependiam de inventores isolados, nem sempre de cientistas formados. A complexidade cada vez maior da produção, distribuição e consumo, iniciada já na Primeira

Guerra Mundial, obrigou ao emprego habitual de cientistas altamente remunerados e de laboratórios muito bem equipados, com intuito de se conseguirem resultados imediatos, de aumentar e melhorar a produção, com menores gastos e mais lucro possível. Os grandes investimentos, a complexidade e o gigantismo dos projectos, as muitas exigências de uma forte infraestrutura, tornariam superada a figura do cientista solitário e anónimo. Pela quantidade enorme de eventos científicos são de seguida apresentados alguns quadros-síntese.

FONTES DE ENERGIA E SUA APLICAÇÃO	
Até ao século XIX	Força humana; tracção animal; acção do vento e das águas
1765	O engenheiro escocês James Watt (1736-1819) aperfeiçoou as anteriores descobertas na máquina a vapor, fazendo de carvão a mais importante fonte de energia da época
1805	O engenheiro norte-americano Robert Fulton (1765-1815), pela primeira vez aplica com êxito o vapor no navio
1814	O engenheiro inglês Georg Stephenson (1781-1848) fez funcionar a 1ª locomotiva a vapor
1854	É descoberto o petróleo na Pensilvânia (EUA), o que se transformou numa extraordinária fonte de energia. O seu uso inicial foi na iluminação, mediante o derivado querosene . Entre outros importantes derivados do petróleo, temos o gás doméstico e industrial; asfalto empregue em pavimentações de estradas; plásticos usados em vasilhas, tecidos, coberturas de automóveis; óleos, ceras, borracha sintética . A partir da lâmpada incandescente do inventor norte-americano Thomas Alva Edison (1847-1931), desenvolveram-se estudos sobre a electricidade, outra fonte de energia, sobretudo com a descoberta do dínamo.
A partir de 1880	O inventor alemão Damier (1834-1900) criou e aperfeiçoou o motor de explosão e usou a gasolina como combustível. O inventor norte-americano Charles Good Year (1800-1860) já havia descoberto a vulcanização da borracha. Foi possível, assim, dar início a importante indústria automobilística.

	BENS ECONÓMICOS			BENS SOCIAIS		
	Rendimento per capita (\$)	Automóv./ habitante	Consumo açúcar/hab	Mortalidade infantil	Habitantes/ Médico	Jornais/ Hab.
SUÉCIA	6300	3	60	9,2/100	681	534
ARGENTINA	1300	6	25	33/100	584	154
UGANDA	470	71	5	115/100	8651	7

Fig. 34 — Contraste entre países ricos e pobres

Fonte: Fernando SARONI, *História das civilizações II*, pag. 214

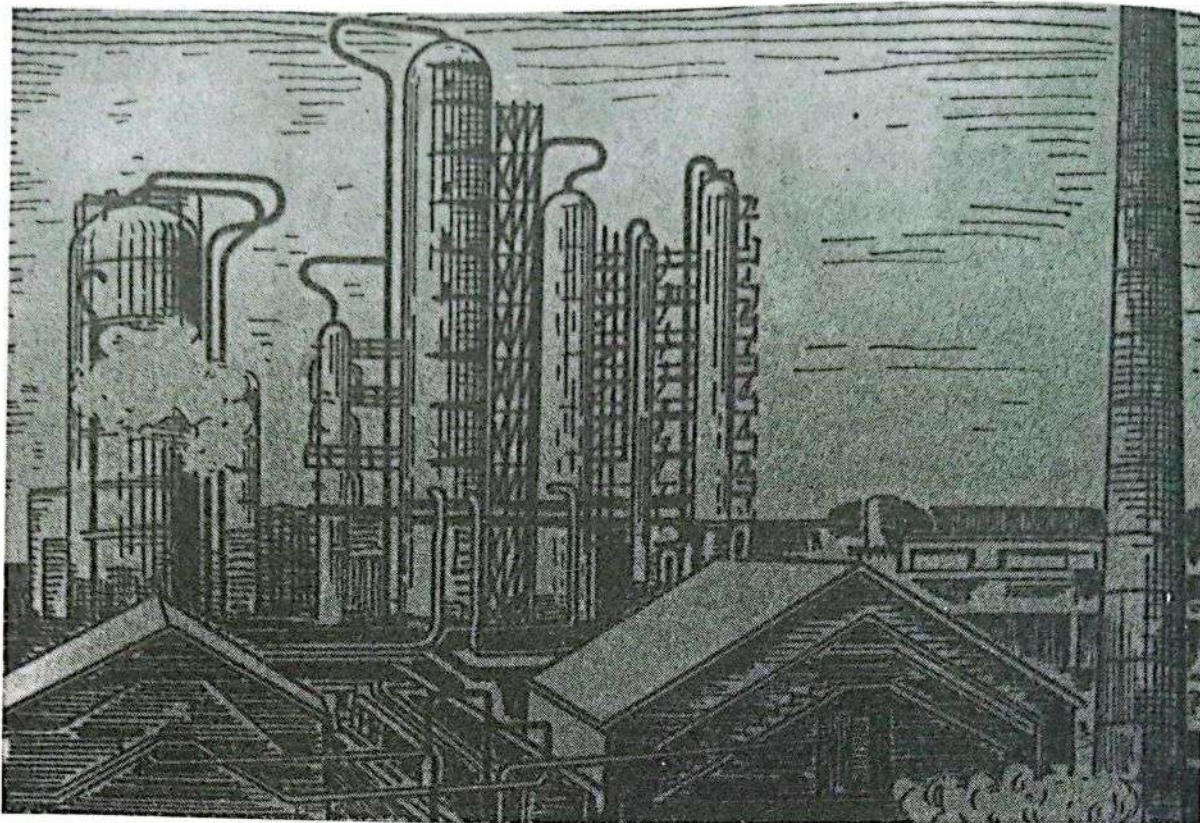


Fig. 31 — Refinaria de Petróleo

Progressos na indústria energética

Entre as formas mais recentes de energia, mas de uso restrito, encontra-se a energia atômica ou a energia nuclear, a mais poderosa até então conhecida. Porém, devido aos altíssimos custos da sua produção, aos perigos de contaminação, em virtude da altíssima radioactividade do urânio (sua fonte) e até ao monopólio rígido, que as potências atômicas detêm sobre a tecnologia nuclear, o seu uso ainda é muito restrito.

Várias outras pesquisas têm sido levadas a cabo para a descoberta de outras fontes alternativas ao petróleo. Assim, a **energia maremotriz** (das marés), **energia eólica** (dos ventos), **energia solar** (radiação so-

lar), **energia do álcool carburante** extraído da cana-de-açúcar e da mandioca, têm ocupado espaços de destaque nas pesquisas científicas do mundo actual.

A descoberta de novas fontes de combustível acarretavam enormes desenvolvimentos em outras áreas económicas, sobretudo na indústria metalúrgica, onde se desenvolvem técnicas para a obtenção de ligas metálicas especiais, de larga aplicação na **indústria de máquinas**, o que pressupõe o desenvolvimento dos **transportes**.

Para além dos transportes, o desenvolvimento tecnológico, beneficiou, com as novas fontes de energia, o sector das **comunicações**.

Progresso no sector das comunicações

1841	O inventor norte-americano Samuel Morse (1791-1872) tira a patente do telégrafo , aparelho destinado a transmitir a mensagem (em código Morse) por meio de electricidade.
1876	O físico norte-americano de origem escocesa Alexander Graham Bell (1847-1922) torna pública a sua grande conquista — o telefone .
1877	O inventor norte-americano Thomas Alva Edison (1847-1931), além de aperfeiçoar o telégrafo e o telefone e de introduzir a lâmpada incandescente de filamento de carvão (1879), deixou o notável contributo de invenção do fonógrafo (1877), que significava o domínio do som.
1889	O físico alemão Henrich Rudolf Hertz (1847-1931), descobre as ondas electromagnéticas , empregues posteriormente em radiotelefonía, radiotelegrafia, televisão e radar.
1895	As experiências com fotografia a partir, praticamente, de 1822, e o aperfeiçoamento do cinestoscópio de Edison (aparelho muito primitivo para transmitir imagens fixas em sucessão) permitiram aos inventores franceses, os irmãos Auguste (1862-1954) e Louis-Jean Lumière (1864-1948) a criação do cinematógrafo , que significava o domínio da técnica da imagem movimentada. A partir daí, desenvolveu-se intensamente a indústria cinematográfica , principalmente nos Estados Unidos.
1895-1919	O físico italiano Guglielmo Marconi (1874-1937), valendo-se das pesquisas anteriores, realizou experiências de transmissão sem fio por meio de ondas hertzianas (1895), transmitindo de um lado a outro do Oceano Atlântico (1901) a voz humana.
1920	A partir de conquistas anteriores, surgia na década de 20 uma das mais notáveis conquistas da humanidade — o rádio . Passando por inúmeros aperfeiçoamentos, e principalmente com emprego de transistores e de pilhas , o rádio transformou-se num extraordinário veículo de aproximação e de serviço entre os povos.
Década de 30	Numa época de crises económicas e conflitos sociais, surgia um dos mais poderosos meios de comunicação de massas, capaz de transmitir simultaneamente, som e imagem a qualquer lugar

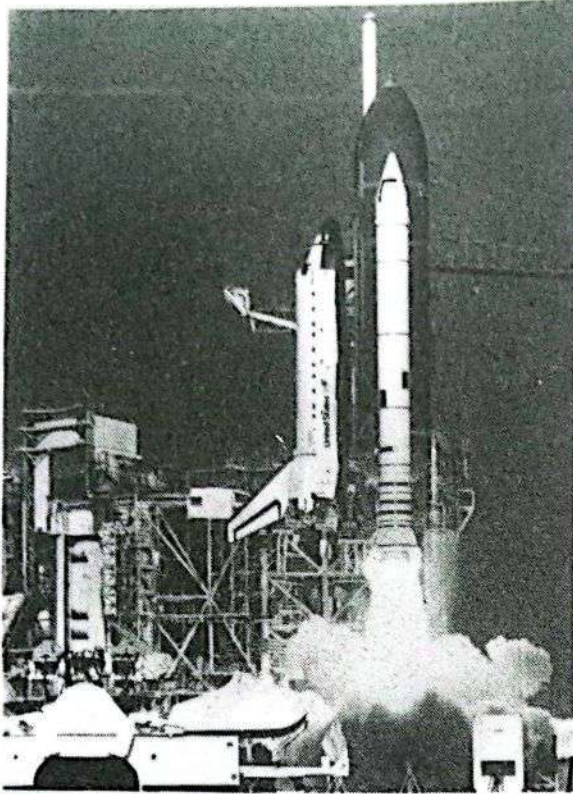


Fig. 32 — Lançamento de Nave Espacial

Importantes avanços deram-se também em relação à pesquisa espacial. Numerosos **satélites artificiais** rondam hoje o espaço cósmico, transmitindo informações meteorológicas, revelando recursos naturais da Terra, retransmitindo imagens para a televisão, unindo continentes, através do telefone, em fracção de segundos.

O aperfeiçoamento das invenções anteriores e o amplo domínio sobre os princípios da electricidade, levaram o homem a novas e fabulosas conquistas da **indústria electrotécnica**. Entre os **computadores**, e emprego sempre crescente na movimentada vida moderna, e a **automação**, ou seja, o processo tecnológico da produção em massa, mediante o uso das máquinas sofisticadas,

capazes de substituir boa parte do trabalho humano, e com isso, aumentar os lucros das empresas.

A **indústria têxtil** teve um valioso impulso com os **aperfeiçoamentos tecnológicos** introduzidos nas máquinas empregadas em fiação e tecelagem, com a descoberta de novos **corantes químicos**, permitindo uma enorme variedade de cores e padrões de tecidos, com larga utilização de **fios sintéticos**.

A indústria químico-farmacêutica, desenvolveu-se na medida das suas novas e grandes conquistas no campo da Medicina, da Higiene e da Saúde Pública. Uma linha variadíssima de produtos foi lançada no mercado, incluindo medicamentos, vacinas, insecticidas, detergentes e águas sanitárias. Os aspectos positivos dessas conquistas foram a melhor produtividade agropecuária e a sensível diminuição da taxa de mortalidade. As consequências negativas foram os diversos problemas ambientais, cujo problema é o maior desafio do mundo de hoje.

No campo da Biologia, da Genética, da Medicina e da Psicologia — as denominadas "Ciências da Vida" — não foram menos extraordinárias, e os progressos científicos, acarretando o respectivo desenvolvimento tecnológico, representado pelo aperfeiçoamento dos instrumentos cirúrgicos, microscópicos, raios X e raios laser aparelhos de radioscopia, radioterapia e muitos outros.

Progressos no campo das "ciências da vida"

Biologia	O naturalista Inglês Charles Darwin (1809-1882) oferece grande contributo para a pesquisas sobre a origem da vida. Nas suas obras " <i>A origem das Espécies</i> " (1859) e " <i>A Ascendência do Homem</i> " (1871), Darwin defende a teoria de que as espécies vivas de hoje originaram-se de antigas espécies já desaparecidas. É a teoria evolucionista , que a sobrevivência das espécies depende de serem elas mais fortes e aptas.
Genética	O britânico austríaco Gregor Mendel (1822-1884) dedicou-se aos estudos das leis genéticas. Foi um trabalho muito importante para se conseguir novas espécies vegetais e animais e para o conhecimento das doenças hereditárias. a partir daí é que se tem tentado chegar à produção da vida em laboratório e ao "bebé de proveta" dos nossos dias.
Medicina	O químico francês Louis Pasteur (1822-1895) demonstrou a origem das doenças transmissíveis mediante a teoria microbiana . Isto levou ao desenvolvimento de métodos de desinfecção das mãos, roupas, quartos dos hospitais, instrumentos cirúrgicos etc. Foi ele quem descobriu a vacina contra raiva. Robert Koch (1843-1910) descobriu o bacilo da tuberculose (1882) e o vibrião da cólera asiática (1883) Alexandre Fleming (1881-1955), bacteriologista escocês, descobriu a penicilina .
Psicologia	Entre as actuais descobertas da medicina está o transplante de órgãos com resultados promissores mas com um sério desafio: o de superar os problemas de rejeição que o corpo humano oferece habitualmente ao órgão transplantado.

Passada a Segunda Guerra Mundial, foram acelerados estudos sobre a energia nuclear e a construção de naves espaciais, permitindo ao homem a sua chegada à lua e o envio de instrumentos a outros planetas do nosso sistema solar.

Mas o avanço aconteceu também na área das artes plásticas, da música, da arquitectura. Embora não seja possível registar com detalhe esse aspecto, importa registar que eles vêm marcados com notável criatividade das actividades humanas.

Progressos no campo da Física e a Era Espacial

Física	O físico alemão Albert Einstein (1879-1955) formula a teoria da relatividade (1905-1926). Esta descoberta encontrou forte apoio nas descobertas posteriores sobre a estrutura do átomo e a sua desintegração e as qualidades radioactivas de alguns corpos. Começava o domínio da energia nuclear e o seu emprego nada pacífico nas dolorosas experiências das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki.
Era Espacial	4 de Outubro de 1957: A URSS lança no espaço o 1º satélite artificial — o Sputnik . 12 de Abril de 1961: O astronauta soviético Yuri Gagarin torna-se o primeiro homem a passear no espaço a bordo da nave Vostock 1 . 5 de Maio de 1961: O americano Alan Shepard repete o feito Gagarin, a bordo da astronave Mercury . 21 de Julho de 1969: Os americanos chegam à lua a bordo da nave Apollo 11 , sendo Nell Armstrong o primeiro homem a pisar a lua.

A REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E OS DESNÍVEIS DO MUNDO ACTUAL

Até volta do século XVIII, o mundo não conhecia grandes desníveis no seu desenvolvimento, apesar de algumas diferenças ditadas pelos hábitos costumeiros de cada civilização. No entanto, a grande Revolução Técnica e Científica, realizada pelos países capitalistas da Europa que basicamente assentou na exploração dos recursos naturais do sul (hoje subdesenvolvido), com uso de mão-de-obra barata como a escravatura e o trabalho forçado, que produziram grandes lucros para os países do norte (hoje desenvolvidos), a situação alterou-se 100 anos depois. Com efeito, um reduzido número de países

européus como a Grã-bretanha, os Países baixos, a França e a Alemanha, começou a acumular uma grande quantidade de riquezas. 50 anos depois juntam-se a este grupo os Estados Unidos, a Rússia, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia, cujos volúmenes de produção e níveis de vida dos seus povos apresentavam-se bastante distanciado dos restantes países do mundo.

A RTC foi a política de pilhagem dos países do sul. De uma forma geral, este grupo de países (países do Norte), constitui hoje o que se apelida de países ou **pólos de desenvolvimento** do planeta, e as suas características são,

basicamente, o grande nível de satisfação das necessidades dos seus povos em todos os capítulos da vida, nomeadamente: na educação, alimentação, na saúde e o seu grande desenvolvimento tecnológico. Apesar deste desenvolvimento, os aludidos

países ainda degladiam-se com inúmeras dificuldades no que respeita ao nível de desemprego, a criminalidade (crime organizado) e sobretudo os grandes problemas ambientais, cujo desenvolvimento sustenta desde há muito tempo.

OS PROBLEMAS AMBIENTAIS

O progresso tecnológico e o crescimento industrial alteraram substancialmente o meio ambiente, o que se traduz em sérios problemas de esgotamento de recursos irrenováveis como o petróleo, que neste momento é o combustível mais divulgado, de desequilíbrios ecológicos originados pelo acréscimo de substâncias na atmosfera.

Outros problemas com que o nosso planeta se debate é o problema da explosão demográfica, em que o número cada vez mais crescente de habitantes do globo ameaça a sua própria existência, se para o efeito não serem tomadas medidas tendentes a equilibrar o crescimento populacional, com o crescimento económico sobretudo nos países pobres como o nosso. O aumento populacional se tem sentido de forma particular nas cidades, onde o éxodo do campo para as cidades provoca um congestionamento populacional, pressão sobre as infraestruturas, problemas de abastecimento de água e energia, poluição sonora e uma cada vez mais crescente criminalidade.

As actividades industriais que conheceram um grande incremento na época contemporânea provocaram a degradação da natureza pela constante agressão que esta tem sido vítima, devido às intensas actividades humanas. O lançamento de nuvens de fumo sobre o ambiente, algumas das quais com produtos tóxicos é responsável pela degradação da qualidade do ar, sobretudo nos países desenvolvidos: as chuvas ácidas, resultantes de reacções entre a atmosfera e as substâncias industriais lançadas pelas fábricas são responsáveis pela destruição de centenas de hectares de florestas, sobretudo nas regiões temperadas.

O lançamento de dejectos industriais nos cursos de água doce, provocou já a inutilização de quase todos os rios europeus, cuja água é imprópria ao consumo humano. Os acidentes de grandes petroleiros no oceano mundial e a lavagem de tanques de combustíveis dos grandes cargueiros do mundo provoca a poluição das águas do oceano mundial, afectando a flora e a fauna marinha.

A produção de perfumes, desodorizantes diversos, inseticidas e outros, com emprego de substâncias denominadas **clorofluorcarbonos** (CFCs), ataca a camada de ozono que protege a Terra, o que tem resultado no aumento da radiação solar, com consequências imprevisíveis para o futuro do globo.

As emissões do gás carbônico, produzido pela combustão do carvão e petróleo, são responsáveis pelo incremento do efeito de

estufa, cuja consequência imediata é o aumento da temperatura e o consequente descongelamento dos glaciares, cuja função é a manutenção do equilíbrio térmico e regulação do ciclo hidrológico. Como resultado disto tudo, os níveis do oceano mundial tendem a elevar-se, o que pode provocar consequências catastróficas às inúmeras cidades costeiras, construídas no mundo.

Os dez maiores poluidores do ambiente	
1	<p>dióxido de carbono (CO₂)</p> <p>Geralmente origina-se nos processos de combustão da produção de energia, de indústria e de calefação doméstica. Acredita-se que a acumulação deste gás poderia aumentar consideravelmente a temperatura da superfície terrestre, ocasionar desastres geoquímicos e ecológicos.</p>
2	<p>monóxido de carbono (CO)</p> <p>Produzem-no as combustões incompletas, em particular as da siderurgia, das refinarias e dos veículos a motor. Alguns cientistas afirmam que este gás, altamente nocivo, pode alterar a estratosfera.</p>
3	<p>dióxido de enxofre SO₂</p> <p>A fumaça proveniente das centrais elétricas, dos automóveis e do combustível de uso doméstico contém amíude ácido sulfúrico. O ar assim contaminado agrava as enfermidades do aparelho respiratório, corrói as árvores e os edifícios de pedra calcária e coroe alguns têxteis sintéticos.</p>
4	<p>dióxidos de nitrogênio (N₂O₅)</p> <p>São produzidos por motores de combustão interna, os aviões, os fornos, os incineradores de uso excessivo de fertilizantes, os incêndios dos bosques e as instalações industriais.</p> <p>Formam o smog das grandes cidades e podem ocasionar infecções respiratórias, entre elas a bronquite dos recém nascidos.</p>
5	<p>fosfatos Na₃PO₄ Ca₃(PO₄)₂</p> <p>São encontrados nas águas de cloaca, e provém em particular, dos detergentes, dos fertilizantes químicos utilizados</p>

6	mercúrio (Hg)	Produz-se na utilização de combustíveis fósseis, a indústria cloro-alcálica, as centrais de energia eléctrica, a fabricação de tintas, os processos de exploração de minas e de refinação e a preparação da pasta de papel. Constitui um grave agente poluidor dos alimentos, especialmente dos que provêm do mar, e é um veneno, cuja acumulação afecta o sistema nervoso.
7	chumbo (Pb)	A fonte principal da poluição de chumbo é uma matéria antidetonante de petróleo, mas contribuem também para ela, as fundições deste metal, a indústria química e os pesticidas. Trata-se de um tóxico que afecta as enzimas e altera o metabolismo celular, acumulando-se nos sedimentos marinhos e na água potável.
8	petróleo	A poluição é causada pela extradição de produto em frente as costas, aos desastres com grandes petroleiros, evacuação efectuada durante o transporte deste e lavagem de navios tanques. Os seus efeitos são catastróficos, sobretudo em relação a fauna e flora marinha e a contaminação de praias.
9	DDT e outros pesticidas	Usado como pesticidas, o DDT ataca com grande frequência os crustáceos, mesmo quando as suas concentrações forem muito baixas. Dado ao seu uso preferencial na agricultura, ele é lixiviado pelas correntes até aos rios e depois para os mares, atacando assim os peixes, contaminando a alimentação do homem, e afectando a reprodução de certas aves. O seu uso no combate a insectos, provoca a destruição de certos insectos úteis, o que leva a ocorrência de insectos nocivos às culturas.
10	radiação	Origina-se maioritariamente da produção de energia atómica, da fabricação e prova de armas deste tipo e dos navios de propulsão nuclear. É de grande importância o seu emprego na medicina e na pesquisa científica, porém, a partir de determinadas doses, pode ocasionar tumores malignos e mutações genéticas.

A luta da sociedade pela preservação do meio ambiente

O crescimento demográfico e o desenvolvimento da industrialização e da economia de consumo

estão a criar graves problemas na relação Homem-Natureza. A poluição é apenas o aspecto mais visível de um conjunto de fenómenos que começam a preocupar seriamente um cada vez maior número de pessoas, desde

simples cidadãos a intelectuais, governantes e instituições internacionais como a OMS, a UNESCO, a FAO, etc..

A exploração intensiva e irracional dos recursos naturais ameaça o equilíbrio da Natureza, que em alguns casos parece irremediavelmente comprometido. O uso incontrolado de determinados produtos químicos e o lançamento de desperdícios e resíduos tóxicos na atmosfera, nos rios, mares e lagos, levam ao extermínio de muitas espécies, que futuras gerações apenas conhecerão a partir de fotografias ou de filmes e constitui um grave perigo para a vida do próprio homem.

Face aos crescentes problemas do meio ambiente, a opinião pública começou, a partir da década de 60, a reagir contra aqueles que ameaçavam o colapso total da vida na Terra. Muitos movimentos ecológicos têm unido intelectuais, políticos, religiosos, os *mass média* (imprensa) e outros.

De todos estes meios, os *mass média* têm um papel de relevo. Os jornais, circulando por toda a parte, tornam-se um importante instrumento de educação das massas, alertando sobre os principais problemas decorrentes, não só dos respectivos países como do mundo em geral. De entre os *mass média* a televisão é a que dispõe de maiores capacidades de educação das massas, associando às vantagens do cinema (imagem móvel) com as da rádio (comentário sonoro directo), ela permite

que todos os visados recebam, no mesmo instante e com o mesmo impacto a mensagem enviada.

A reacção do mundo tem sido em bloco, por se ter consciência da globalidade dos problemas ecológicos que se faça sentir num dado local, reflecte-se com os mesmos riscos numa região distante, a destruição da floresta amazónica, por exemplo, não só afecta o Brasil, como também todo o mundo, pois ela é ecologicamente o pulmão do globo terrestre.

A **Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente de Estocolmo**, realizada em 1972, a **Conferência de Helsinquia**, em 1977, e a **Conferência do Rio**, reunida em 1992, mostram a preocupação da humanidade em encontrar soluções para os problemas ambientais, que abalam o mundo dos nossos dias.

À luz de desenvolvimentos recentes, em muitos países os governos encaram os problemas ambientais de forma séria e participam na redução do nível de poluição das fábricas, instalação de estações de reciclagem do lixo, criação de reservas naturais, aproveitamento de novas fontes de energia como a energia solar e eólica, recuperação de ambientes degradados entre outras medidas, no cumprimento de tratados mundialmente aceites. A nível político, muitos governos do mundo aceitam o estabelecimento de instituições oficiais que velam pelo meio ambiente. No nosso país, o primeiro ministério de coordenação ambiental foi criado em 1995, e é

dirigido por Bernardo Ferraz, grande ambientalista que desde muito respondia pela comissão nacional do meio ambiente.

A Conferência do Rio

Em Junho de 1992, mais de 30 mil pessoas se encontraram no Rio de Janeiro para mais uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Ao encontro compareceram 120 Chefes de Estado e de Governo e suas delegações, além de organizações não-governamentais, empresários, grupos religiosos, educadores, estudantes, e povos indígenas (sobretudo os índios da floresta amazónica). Moçambique fez-se representar nesta Conferência por uma delegação de alto nível, dirigida pelo presidente Joaquim Chissano.

Os líderes mundiais aprovaram, por unanimidade, três importantes acordos e mais de 150 países rubricaram as grandes convenções do Rio, onde as mais importantes foram:

- **A DECLARAÇÃO DO RIO**, que contém a principal súmula que devem nortear o comportamento humano no tocante ao meio ambiente e estabelece direitos e responsabilidades de países, comunidades e indivíduos.
- **A AGENDA 21**, um programa de acção bastante ambicioso de 800 páginas para o século XXI, abrangendo mais de 100 áreas de acção. Os capítulos iniciais

tratam de aspectos sócio-económicos do desenvolvimento sustentável, inclusive estratégias de erradicação da pobreza, dos problemas de saúde e população.

- **A DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA FLORESTA**. Sem força de lei, o documento recomenda maior rapidez no reflorestamento, no plantio de árvores e na preservação, além de maior respeito para com os direitos dos habitantes das florestas e das nações que as abrigam, no tocante a partilha de benefícios.
- **A CONVENÇÃO BÁSICA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**. Este tratado, tem por objectivo estabilizar as concentrações de gases de estufas, principalmente o dióxido de carbono que contribui para o aquecimento da Terra. Os países industrializados reconhecem como desejável o retorno aos níveis de emissões de 1990 até o ano 2000. Caso seja necessário serão instituídas medidas mais rigorosas por forma a controlar estas emissões.
- **A CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE**. Insta os países a adoptarem regulamentações para a conservação dos recursos biológicos, atribui responsabilidades legais às nações, pelos actos das suas companhias privadas noutros países e recomenda a prestação de assistência técnica e uma indemnização aos países em

desenvolvimento pela extração de matéria-prima genética.

Apesar desta Conferência ter causado dúvidas e desapontamento em alguns dos participantes, pelo facto de não se ter assumido compromissos específicos, com

prazos, para mudanças políticas, nem aumentos específicos nos programas de assistências, pode-se considerar um sucesso, pois chegou-se a consenso quanto à necessidade urgente de integrar políticas de desenvolvimento do meio ambiente.

QUESTIONÁRIO

- 1— Mikhail Gorbatchov, após assumir o poder em Março de 1985, tornando-se secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, desencadeou uma série de mudanças para que a URSS ingressasse "no novo milénio de maneira digna, própria de uma grande e próspera potência". Nesse processo, os termos *Perestroika* e *Glasnost* significavam, respectivamente:
 - a) reestruturação e abertura
 - b) revolução e amnistia
 - c) imperialismo e abertura
 - d) reestruturação e pluripartidarismo.
 - e) privatização e isolamento.
- 2 — A "coexistência pacífica" entre os Estados Unidos e a União Soviética sofreu revés em 1962, em virtude:
 - a) da intervenção da China comunista na pacificação do Vietname;
 - b) do rompimento das negociações de Pan Mun Jon para a unificação da Coreia;
 - c) do fracasso da reunião entre Eisenhower e Estaline, em Genebra;
 - d) da intervenção da Rússia no processo de descolonização de África;
 - e) da instalação de mísseis em Cuba por decisão de N. Krutchev;
- 3 — O macartismo da década de 50, nos EUA, foi um movimento que visava:
 - a) conceder igualdade de oportunidades às minorias negras norte-americanas.
 - b) Afastar de encargos públicos e de posições importantes na economia e na sociedade, elementos que pudessem ter simpatias com o regime soviético.

- c) Levar à presidência da República, o comandante chefe das forças armadas aliadas no pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial.
- d) Impedir a integração racial nos Estados Unidos durante a presidência de Eisenhower.
- e) Conter o expansionismo soviético através de uma delimitação clara das zonas de influência norte-americana.

4 — Após terminar a segunda Guerra Mundial, o lançamento do Plano Marshall, pelo governo norte-americano, constitui manobra estratégica fundamental no interior da Guerra-Fria nascente entre os Estados Unidos e a União Soviética, pois o Plano Marshall:

- a) Era um instrumento decisivo, tanto económico quanto político-ideológico, da luta contra o perigo do avanço ainda maior do comunismo na arrasada Europa do pós-guerra.
- b) Visava deter o avanço do comunismo sobre os países do oriente médio.
- c) Reperesentava uma retomada, em moldes mais eficazes, da tradicional política da "boa vizinhança" dos Estados Unidos em relação à América latina, vinda dos tempos de Roosevelt.
- d) Garantia, para os norte-americanos, do retorno à política isolacionista, voltada para os seus interesses internos, deixando por conta dos europeus ocidentais as tarefas da reconstrução.

Para alguns pensadores eurocentristas, o desenvolvimento económico e intelectual dos povos é directamente proporcional à localização geográfica destes. Segundo eles, o subdesenvolvimento que se regista nos países situados nas regiões intertropicais, revela a incapacidade destes de desenvolver, seja qual for o ideal do desenvolvimento, enquanto os países situados em latitudes superiores, encontram condições climáticas favoráveis para um desenvolvimento mais amplo, o que justifica a colonização que estes exerceram sobre os primeiros.

- Com base nos conhecimentos adquiridos, comenta a afirmação.

Bibliografia

1. AAVV, *50 anos de História do Mundo 1900-1950*, Volume 1, Editorial século, Lisboa
2. **Barreira**, Aníbal e **Morreira, Mendes**, *História Activa 3, A guerra de 1914/1918 aos nossos dias*, 9º ano de escolaridade, edições ASA, Porto
2. **Campos**, R. (1985), *História geral*, Actual editora, São Paulo
3. **Datsiuk**, B. (1977), *História da URSS*, Edições progresso, Moscovo
4. **Golwitzer**, H. (1976), *O imperialismo europeu 1880-1914*, Livraria Sá da Costa
5. **Issacman**, A E (1979), *A tradição de resistência em Moçambique: o vale do Zambeze, 1850-1921*, Afrontamento, Porto
6. **Lugan**, B. (1989), *Historie de L'Afrique du Suid Deul Antiquité à nos jours*, Librairie Académique Perrin, Paris
7. **Manfred**, A. Z. (1980), *História do Mundo, Vol. III*, Edições Progresso, Moscovo
8. **Oliver**, R. e **Foge**, J. D. (1980), *Breve História de África*, Livraria Sá da Costa, Lisboa
9. **Saroni**, F. (1979), *História das civilizações 2*, editora FTD, São Paulo
10. **Shillington**, K. (1989), *History of Africa*, Macmillan Publishers, Londres
11. **Sóbolev**, P. N. e outros (1977), *História da grande Revolução Socialista de Outubro*, Edições Progresso, Moscovo
12. Universidade Eduardo Mondlane (1982), *História, Manual da 10ª Classe*, Faculdade de letras, Maputo
13. **Vicentino**, C. (1991), *História Geral*, Editora Scipione, São Paulo

